



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Renan Siqueira Moraes

**Olhar a miscigenação. Raça, racialismos e filosofia da história do Brasil na
Revista Brasileira (Fase Veríssimo)**

Rio de Janeiro

2017

Renan Siqueira Moraes

Olhar a miscigenação. Raça, racialismos e história na Revista Brasileira (Fase Veríssimo)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

M827 Moraes, Renan Siqueira.
Olhar a miscigenação: raça, racialismos e filosofia da história do Brasil na Revista Brasileira (Fase Veríssimo) / Renan Siqueira Moraes. – 2017.
139 f.

Orientador: Thiago Lima Nicodemo.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Brasil – História – Teses. 2. Miscigenação – Teses. 3. Revista Brasileira – Teses. I. Nicodemo, Thiago Lima. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 981

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Renan Siqueira Moraes

Olhar a miscigenação. Raça, racialismos e história na Revista Brasileira (Fase Veríssimo)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em: 18 de abril de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Karoline Carula

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Rodrigo Turin

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Francisco Gouvea de Sousa

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Gilson e Vaneide.

AGRADECIMENTO

A Deus, antes.

Meus pais fizeram tudo isso possível, não apenas por um desdobramento da lógica natural, mas pelo incentivo às escolhas por mim feitas. Quando precisei ir mais longe, eles me impulsionaram. Minha gratidão é enorme. Minha irmã, meus avós e tias, meus familiares que, à distância, torceram por mim, sou igualmente grato.

Algumas pessoas participam de nossas vidas agregando tons mais suaves a elas. Pedro e Fernanda foram amigos que trouxeram muitas alegrias à minha. Seja nos cafés, nos passeios, nas tardes ensolaradas da Baixada Fluminense, em leituras coletivas de algum material produzido. Certamente esta tarefa teria sido mais árdua sem a presença deles.

Gostaria de agradecer aos amigos que, de alguma maneira, me ajudaram com a presença alegradora. Alexandro e Vinícius foram companhias de boas conversas em bares cariocas, Pedro Acosta em bares baixadenses. Fabiano e Mariana foram muitas vezes ouvidos de minhas lamentações, agradeço a paciência, finalmente se findam (ou não). Não poderia deixar de mencionar, de maneira coletiva para não correr o risco do esquecimento, os amigos e amigas da turma do mestrado e do PPGH-Uerj, assim como os companheiros e companheiras da graduação que enfrentam este momento de crise com bastante força, resistindo aos ataques e descasos à Universidade.

Alguns amigos foram muito importantes para a confecção do texto, eles foram leitores atentos, críticos e solícitos. Pedro, Fernanda, Vinicius e Alexandro foram leitores frequentes em diversos momentos desta construção. Fabiano, Thaísa, Cairo, Marco Antonio e Carlos leram alguns trechos em momentos diversos. Já no finzinho, Renata me ajudou com sugestões. Todos fizeram considerações interessantes e apontamentos pertinentes às possibilidades de desenvolvimento desta história.

O professor Thiago foi uma pessoa que acreditou em mim num momento em que eu estava perdido com um projeto de mestrado a desenvolver. Graças a ele, aquele projeto é o que o leitor tem agora em mãos. Foi um leitor crítico e incentivador, dando-me a liberdade necessária para criação, mas cobrando com algum os resultados do progresso da pesquisa. Agradeço a ele as sugestões, apontamentos e a paciência que teve com minhas insistências inconsistentes.

Os professores André Campos, Karoline Carula e Priscila Faulhaber me incentivaram a prestar o processo seletivo do mestrado e me ajudaram a desenvolver o projeto, sugerindo caminhos e leituras.

Ivana Lima e Rodrigo Turin, com estimável esmero e solicitude, compuseram a banca da qualificação, indicando caminhos possíveis e sugerindo leituras importantes.

Os agradecimentos teriam um peso pequeno se não fossem mencionados os professores que tornaram possível esta caminhada. Sou filho de uma escola pública deteriorada, mas onde se encontravam pessoas com uma paixão maravilhosa pela arte de ensinar. A todos os professores e professoras do Colégio Municipal França Carvalho e do Colégio Estadual Paulino Barbosa, dedico esta dissertação, vocês foram imensamente responsáveis por este percurso.

Na escola pública eu aprendi a ler, escrever e fazer contas. Na Uerj aprendi a pensar de maneira crítica, obtive ferramentas importantes para refletir sobre o mundo e compreendi os significados de uma vida dedicada às letras e ao ensino. Todos os professores foram imensamente importantes para minha formação, porém destaco os professores: Manoel Salgado Guimarães que sabia estimular o pensamento crítico dos alunos; Edmilson Rodrigues pela poeticidade do ensinar e do escrever; Lucia Bastos pelo rigor com a pesquisa; Eliane Garcindo pelas aulas maravilhosas e boas conversas; Laura Nery que, apesar de não ter sido oficialmente minha professora, sempre ajudou os alunos, seu amor à profissão é à maneira de ágape. A professora Monique Siqueira, a quem sou muito grato, me ajudou bastante com sugestões valiosas para a elaboração da reflexão aqui proposta, assim como para a bibliografia levantada no primeiro capítulo.

Os funcionários da Uerj e as pessoas que trabalham para esta Universidade funcionar, agradeço as inúmeras ajudas. O que seria desta caminhada sem as cópias do Denilson, sem os salgados do seu Hélio, sem os 40% dos livros do Jô, os cafés do Edu, os muitos galhos quebrados pelo Ferreirinha, pelo Sidnei da biblioteca, pela Dani, Marco e Paulo da secretaria da pós. Agradeço a todos.

À CAPES, pela bolsa concedida e oportunidade de poder desenvolver a pesquisa, e ao PPGH-Uerj, seus funcionários e professores que me ajudaram inúmeras vezes.

Àqueles que não atrapalharam, vocês foram indispensáveis.

Algumas pessoas foram muito importantes para que este trabalho fosse possível, seria lastimável o descuido de esquecer-me de algumas delas. Por isso eu agradeço coletivamente a todos e todas que me aturaram nestes dois anos, ouviram minhas angústias e disseram palavras de conforto. Pela internet, pelo telefone ou pessoalmente, agradeço por vocês existirem na minha vida.

A todos dedico este trabalho! Todos têm sua importância em cada vírgula, em cada ponto, em cada sentença, em cada oração.

A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil

O olhar assegura então a possibilidade da prova, em todos os sentidos fundamental para o trabalho de narrativa do passado e construção política da nação no presente do século XIX.

Manoel Salgado Guimarães

RESUMO

MORAES, Renan Siqueira. *Olhar a miscigenação. Raça, racialismos e história na Revista Brasileira (Fase Veríssimo)*. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O trabalho que o leitor tem em mãos possui a intenção de suscitar a reflexão sobre os usos das linguagens racialistas no Brasil do final do século XIX. Para tanto, buscou-se analisar nas páginas da *Revista Brasileira*, tomando o periódico como um termômetro para as formas e sentidos da utilização do conceito de raça, artigos que propunham avaliar a sociedade e a nação com base em argumentos racialistas. Nas páginas que se seguirão, pretendeu-se uma abordagem sobre os racialismos a partir dos conceitos chaves para compreendê-los, quais sejam, os de raça e miscigenação para a interpretação do Brasil feita por aqueles intelectuais, e o de evolucionismo como pressuposto teórico para a leitura das raças que eles pretendiam. Com base numa interpretação da história intelectual, percebemos as ideias como fenômenos que se movimentam e se reinventam de acordo com os interesses de quem utilizam-nas, supondo assim que o pensamento racialista brasileiro independe dos racialismos europeus ou estadunidenses. Neste sentido, a hipótese sugerida no trabalho é a de que os usos dos racialismos engendraram uma filosofia da história que pretendia a interpretação da brasilidade com base nas marcas que a miscigenação deixava na sociedade, na cultura e nos contatos entre a diversidade temporal das raças que constituíam a nação.

Palavras-chave: Revista Brasileira. História Intelectual. Pensamento Racialista Brasileiro.

ABSTRACT

MORAES, Renan Siqueira. *Looking at the miscegenation. Race, racialisms and history in the Revista Brasileira (Veríssimo Age)*. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This current work intends to give rise to the reflection about the usage of racist language in Brazil at the end of the 19th century. Thus, it has been made an analysis of the pages of the *Revista Brasileira* taking the periodical as a thermometer for the ways and the senses of the utilization of the concept of race, articles which proposed to assess the society and the nation under racist arguments. Throughout the next pages, it has been taken an approach to the pieces of racism by the mean of key concepts for understanding them, whichever they are of race or miscegenation for the interpretation of Brazil made by those intellectuals, plus that one of evolutionism as theoretical assumption for the reading of races as they intended to. Based on an interpretation of the intellectual history, it has been noticed that the ideas as phenomena are moved and shaped as the interests of who use them, therefore it has been supposed that the racist Brazilian thinking does not hinge on European or North American racism. Thus the suggested hypothesis in this work is that the uses of racism engendered a philosophy of history which intended the interpretation of the national identity supported on the marks which the miscegenation left in the society, in the culture and in the touches between the temporal diversity of the races which composed the nation.

Keywords: *Revista Brasileira*. Intellectual history. Brazilian racist thinking.

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1	A REVISTA COMO DISPOSITIVO DE VISIBILIDADE: OLHAR A MISCIGENAÇÃO A PARTIR DA <i>REVISTA BRASILEIRA</i>.....	20
1.1	José Veríssimo e a Segunda fase da <i>Revista Brasileira</i>.....	21
1.2	Polêmica, ciência e a dialética localismo/cosmopolitismo.....	30
1.3	O intelectual e o periódico, o suporte e as ideias.....	38
1.4	Rede de colaboradores.....	43
1.5	Horizontes políticos e intelectuais.....	47
2	HISTÓRIA, CIÊNCIA, EVOLUCIONISMO: TÓPICAS RACIALISTAS NA <i>REVISTA BRASILEIRA</i>.....	55
2.1	Raça e história.....	56
2.2	Raça e ciência.....	66
2.3	Raça e evolucionismo.....	72
2.4	Raça e racismo.....	81
3	LEITURAS DA MISCIGENAÇÃO: HORIZONTES RACIALISTAS NA <i>REVISTA BRASILEIRA</i>.....	86
3.1	Projetos e diagnósticos de brasilidade.....	87
3.2	Leituras e horizontes de brasilidade.....	102
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS.....	120
	ANEXO - Índice de artigos da fase José Veríssimo da <i>Revista Brasileira</i>.....	128

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A filosofia da história dum povo qualquer é o mais temeroso problema que possa ocupar a inteligência humana.¹

A tarefa de pensar o Brasil no final do século XIX estava imersa nas preocupações com as mudanças políticas e sociais oriundas da Abolição e da República, os dois eventos marcaram um momento da crise do Estado brasileiro. Os quinze anos que antecederam essas datas e os que sucederam assinalaram uma agitação da sociedade em diversos momentos e lugares, das revoltas escravas que se intensificavam desde meados da década de 1870 à Revolta da vacina em 1904 uma crise contínua aponta para um problema que começa a ganhar bastante relevância: o povo como uma massa anônima e desconhecida que perturbava a ordem. Era necessário compreender quem eram estes sujeitos que compunham o nacional, a tarefa de pensar a nação na década de 1890 estava imersa na definição da população.

Em 1888, Silvio Romero dizia que a história deveria revelar as tendências particulares da nação,

seu fim não é só mostrar o que esse povo tem de comum com os outros; sua obrigação é ao contrário exibir os motivos das originalidades, das particularidades, das diferenciações desse povo no meio de todos os outros. Não lhe cumpre só dizer, por exemplo, que o Brasil é o prolongamento da cultura portuguesa a que se ligaram vermelhos e negros.²

A escrita da história, nessa concepção, possuía a missão de revelar a nação, inscrevendo em sua narrativa os nacionais numa articulação entre etnografia e geografia, ou seja, o povo e o meio. Segundo o autor, “resta ainda saber como estes elementos atuaram e atuarão uns sobre os outros e mostrar as causas de seleção histórica que nos vão afastando de nossos antepassados ibéricos”.³

Era preciso entender essa gente que estava a perturbar a ordem política e social. Carl von Martius sugeriu, em 1843, que a história do Brasil deveria ser escrita através do contato entre as

¹ ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980, p. 69.

² *Idem, Ibid.*

³ *Idem, Ibid.*

três “raças” formadoras, observando as contribuições de cada uma para a construção da nação. Ele afirmava que “cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas “raças”, oferece a este respeito um motor especial”.⁴ Os apontamentos de Martius na década de 1840 tornaram-se uma tônica nas reflexões sobre o caráter nacional brasileiro: o Brasil se constitui no (e do) contato entre as três “raças” formadoras. O entendimento da gente que perturbava a ordem estaria mais acessível a partir da compreensão das três raças e como teria ocorrido aqueles contatos.

Silvio Romero retomava os apontamentos de Martius para desenvolver suas reflexões históricas e caracterizar a formação nacional, ele pretendia “escrever um trabalho *naturalista* sobre a história da literatura brasileira”, numa narrativa munida de “critério popular e étnico para explicar nosso caráter nacional”.⁵ Ele invertia a ordem de importância que o naturalista alemão dava às “raças” que fundavam a nação: enquanto este pensava cronologicamente a contribuição do indígena, do português e do africano, Romero supunha que “o primeiro lugar há de ser dado ao português” com base na importância cultural. Entretanto, como a escrita da história tinha de dar conta das particularidades de uma nação, ele afirmava: “o mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil; é a forma nova de nossa diferenciação”.⁶

Segundo Rodrigo Turin, “a escrita da história, nessa perspectiva, é a escrita dos contatos, das misturas, dos cruzamentos. O processo é marcado por vetores que se entrecruzam, formando unidades diferentes das originais, específicas”.⁷ Efetuava-se, no final do século XIX, uma equação etnológica na qual o produto do entrecruzamento das “raças” puras, dos vetores originais, era o mestiço; e o resultado dessa operação passava pelo processo fisiológico e sócio-político. No entanto, alguns pensadores não compreendiam o mestiço como produto, antes, como meio ainda não realizado.

Em artigo a *O Brasil-Médico*, revista semanal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Nina Rodrigues defendia que “o mestiçamento da população brasileira está ainda em via de formação e se caminhamos para lá, não se pode falar ainda de uma “raça” mestiça única capaz

⁴ MARTIUS, Carl F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. In. GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 64.

⁵ ROMERO, Silvio. *Op. Cit.*, p. 57.

⁶ *Idem, Ibid.*, p. 120.

⁷ TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2005, p. 162.

de figurar como individualidade antropológica ao lado das três “raças” puras primitivas”.⁸ Nina Rodrigues discutia, de maneira germinal, os aspectos étnico-morfológicos das doenças tropicais, mais tarde ele se deteria ao estudo do “problema ‘o Negro’ no Brasil”. Para o autor, essa questão possui “feições múltiplas: uma do passado (estudo dos Negros que colonizaram o país); outra do presente (Negros crioulos, Brancos e Mestiços); a última, do futuro (Mestiços e Brancos Crioulos)”⁹.

A historicização racial do brasileiro elencava narrativas que dessem conta da leitura do passado (história) e do presente (etnografia) para a elaboração de prognósticos seguros: “a conjunção do etnográfico e do histórico acarretou em uma nova forma de ver a história”,¹⁰ com base numa naturalização do tempo. Na análise de Joelma Tito da Silva, “o passado e o presente compunham o ambiente de pesquisa observável e classificável, não para servir à exemplaridade do porvir, mas para denunciar a ameaça representada pelo cruzamento das “raças” para o futuro da nação”.¹¹ Na articulação das temporalidades étnicas às reflexões acerca da brasilidade, havia uma preocupação de entender não a formação do brasileiro (os vetores originais), mas o seu resultado (um produto ainda por vir). Em outras palavras, indagava-se a possibilidade do Brasil compor a marcha das nações civilizadas.

Nessa questão, um aspecto perceptível é o que Antônio Candido chamou de dialética do localismo e do cosmopolitismo. Silvio Romero elaborava esse tema nos seguintes termos: “todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma deve que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve ser aplicado ao nosso país”.¹² Os problemas da história do Brasil deveriam estar antenados aos dos países civilizados, para que a “adaptação das ideias europeias” fornecesse um *modus operandi* que edificasse o processo civilizatório nacional.

⁸ RODRIGUES, Raymundo Nina. Antropologia patológica. Os mestiços brasileiros. In. *O Brasil-Médico*, Rio de Janeiro, a. IV, n. 7, p. 51.

⁹ RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2010, p. 18.

¹⁰ TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo*. Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013, p. 237.

¹¹ SILVA, Joelma Tito da. Uma esfinge do futuro: e raça em Nina Rodrigues. In. RAMOS, Francisco R. Lopes & SILVA FILHO, Antonio L. M. e Silva. *Cultura e memória*. Os usos do passado na escrita da História. Forataleza: Núcleo de Documentação Cultural - UFC, 2007, p. 268.

¹² ROMERO, Silvio. *Op.Cit.*, p. 59.

Se para Silvio Romero as interpretações da história do Brasil deveriam estar de acordo com as teorias estrangeiras, Araripe Junior apontava em outro sentido. Num ensaio comparativo entre Émile Zola e Aluísio Azevedo, o crítico cearense dizia que seria “estilo tropical” que condicionaria qualquer possibilidade de interpretação: “o naturalismo ou se subordina a esse estado de coisas, ou se torna uma planta exótica – de mera curiosidade”.¹³ Numa assertiva, ele apontava que “o naturalismo brasileiro é a luta entre o cientificismo desalentado do europeu e o lirismo nativo do americano pujante de vida, de amor, de sensualidade”.¹⁴ Essa concepção que enunciava um embate entre as ideias nacionais e estrangeiras pode ser associada a uma valorização dos elementos culturais brasileiros, incluindo aí um enfoque étnico sobre o mestiço.

A escrita da história do Brasil na virada do século XIX para o XX buscava entender quem era esse povo que desestabilizava a ordem política nacional – seja nas anônimas revoltas escravas nas fazendas paulistas ou nos enfrentamentos de Canudos nos sertões da Bahia ou ainda amotinando as ruas da capital federal na Revolta da Vacina. O Estado, em alguma medida, desconhecia os pormenores desta população, “a etnografia vinha não apenas esclarecer a história, mas também oferecer ao governo um saber que pudesse orientar o gerenciamento da população em sua diversidade antropológica”.¹⁵ A escrita história do Brasil, portanto, partiria não só do contato que engendraria a miscigenação, mas da reflexão sobre o contraste populacional que constituía a brasilidade.

A observação da população possibilitou a elaboração de uma filosofia da história do Brasil que se pautava nos contatos e contrastes – a narrativa histórica deveria tratar da miscigenação como fator de constituição da peculiaridade do ser brasileiro. Ou seja, era necessário apreender o mestiço a partir dos passados em contatos e contrastes, e do presente conflitante nas inúmeras perturbações sociais para avaliar e elaborar horizontes de possibilidades para a nação. Olhar a miscigenação era uma forma de refletir a brasilidade em suas particularidades com relação às outras nações, olhar o mestiço era uma maneira de entender os anseios que levavam a população às convulsões sócio-políticas.

* * *

¹³ ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. Estilo tropical. A formula do naturalismo brasileiro. In. *Novidades*, Rio de Janeiro, 22 de mar. 1888, p. 2.

¹⁴ *Ídem, Ibid.*

¹⁵ TURIN, Rodrigo. *Op. Cit.*, 2013, p. 244.

Não precisamos começar destacando quão rico foi o cenário intelectual brasileiro nos anos finais do século XIX. Com todas as polêmicas e controvérsias acerca de incontáveis temas que eram reclamados por sujeitos que pretendiam autoridade sobre tais ou quais estudos e interpretações. Como Marc Bloch,¹⁶ supomos que as causas em história não são dados que se insinuam ao pesquisador, antes, são buscas destes quando se debruçam sobre uma questão, um período. As causas que buscamos nas páginas da *Revista Brasileira* são as controvérsias sobre as proposições e operações racialistas utilizadas em diversas interpretações de Brasil mobilizadas naquele momento. A circunstância do estudo é interessante para observarmos dois aspectos dessa história intelectual: a relação entre pensamentos locais e globais e a revista como suporte de conteúdos que sustentam de maneira mais dinâmica tais movimentos de ideias.

É preciso observar de partida que elencar o periódico como fonte documental para a pesquisa tem como objetivo atentar para esse dinamismo, a transitoriedade de ideias que eram postas à prova, experimentando argumentos e leituras. Neste sentido, a “circulação” não é apenas uma metáfora geométrica para medir os alcances intelectuais, mas também uma maneira de compreendermos a vicissitude deles frente às transformações do que pretendiam alcançar com tais pensamentos. Por outro lado, o exercício intelectual pretendia-se consonante com os desdobramentos científicas dos estudos ocidentais, o que nos leva a pensar na relação entre o local e o global não como dicotômica ou dialógica, mas inserida numa tensão na qual pensadores brasileiros fazem usos de teorias europeias que, como consequência destas experiências, já não são mais ideias vindas do outro lado do Atlântico.

Edward Said observa que “*la vida cultural e intelectual normalmente se alimenta y con frecuencia se mantiene gracias a esta circulación de ideas*”, ao que acrescenta em seguida “*los desplazamientos de ideas y teorías de un sitio a otro son al mismo tiempo una realidad de la vida y una afortunada condición instrumental de la actividad intelectual*”.¹⁷ As teorias só sobrevivem quando se deslocam de um lugar para outro, de um momento a outro, sendo esta a condição da vida intelectual: os movimentos e contatos. As teorias viajam, expandem-se no tempo e no espaço, e quando o fazem exercem influência diferente no pensamento do intelectual que delas se apropria. Segundo Said, há quatro etapas no processo de formulação de uma ideia. Primeiro há

¹⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: JZE, 2001, p. 159.

¹⁷ SAID, Edward. Teoría ambulante. In. _____. *El mundo, el texto y el crítico*. Buenos Aires: Editora Debate, 2004, p. 303.

um ponto de origem de onde ela emerge sob um conjunto de circunstâncias iniciais, depois se distancia desse ponto ao passar pela pressão de contextos diferentes no tempo e no espaço, em terceiro lugar existem condições de aceitação para sua adoção (adaptações e resistências a determinados pressupostos), e por fim, a ideia já incorporada a um novo contexto acaba transformada “*por sus nuevos usos, su nueva posición en su nuevo tiempo y lugar*”.¹⁸ Neste sentido, poderíamos indagar sobre os limites e as possibilidades da teoria.

No estudo sobre a história do pensamento racial brasileiro, Thomas Skidmore argumentou que a realidade brasileira constringia os pensadores do pós-abolição, dado a diversidade étnica. Por isso ele atribuiu às teorias raciais uma “variedade alienígena”. Concebia dos movimentos ontraditórios no pensamento racial do século XIX:

de um lado, os movimentos abolicionistas triunfaram por todo o mundo do Atlântico Norte e, finalmente, até o Atlântico Sul. No entanto, nesse exato momento em que a escravidão recuava sob o impacto das mudanças econômicas e da pressão moral, pensadores europeus ocupavam-se em sistematizar as teorias das diferenças inatas.¹⁹

As teorias raciais, assim como o ímpeto abolicionista, teriam descido do Norte para o Sul a partir de três escolas de pensamentos científicistas: a etnológico-biológica, a histórica e a do darwinismo-social.²⁰ Essas teorias que influenciaram o pensamento brasileiro do pós-abolição eram “teorias racistas no Brasil” porque, segundo Skidmore, o pensador brasileiro talvez não tivesse capacidade intelectual ou moral de desenvolver alguma linha racialista original.

Tomando essa interpretação clássica que foi utilizada algumas vezes na literatura sobre o tema, podemos observar uma noção engessada da história intelectual. Teorias estrangeiras, importação de ideias, influência europeia do e no pensamento brasileiro, estas abordagens geram uma série de incompreensões, uma delas a de supor que o intelectual brasileiro não seria capaz de desenvolver argumentos racialistas. Não se trata de abordar “as ideias fora do lugar” aqui, antes, as ideias em movimento. É importante ressaltar que o racialismo, as teorias raciais, não são formulações necessariamente europeias. Podem ser assim consideradas se pensarmos que foram desenvolvidas em território europeu, mas isso interessa só em partes. É preciso termos em mente

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 304.

¹⁹ SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 65.

²⁰ *Idem, ibidem*, pp. 67 e 68

que para a criação intelectual o cenário cultural é mais valioso que o geográfico, ou seja, é mais importante para o pensamento as circulações de ideias, as formas como elas circulam, o ambiente sociopolítico, os desenvolvimentos científicos, etc. É mais importante as tramas que articulam os contatos diversos de saberes diferentes em movimentos desiguais de poderes e possibilidades. Desta forma, as teorias raciais seriam mais atlânticas que europeias.

Os racialismos não dependiam tão-somente da cultura, e da cultura científica, sobretudo, europeias; ou seja, eles ganharam motivações e argumentos diferentes em cada circunstância e em cada lugar onde foi enunciado. Neste sentido, pensamos que as teorias não são completas ou fechadas em si, como coloca Said: “la teoría no puede ser nunca completa, exactamente igual que el interés de uno por la vida cotidiana no se agota nunca en simulacros, modelos o abstracciones teóricas de la misma”.²¹ Portanto, por mais que os evolucionismos tenham sido desdobramentos intelectuais de sujeitos ingleses, franceses, alemães, as teorias sempre possuem algum espaço que sirva para sua adaptação num argumento diferente. E no caso do Brasil, este argumento deveria dar conta da interpretação de uma nação que era a “amalgamação de tanto metal heterogêneo”, como supunha José Bonifácio.

Os contatos que os europeus modernos estabeleceram com o mundo – a partir da transferência da importância geopolítica do Mediterrâneo para o Atlântico – na emergência da ordem moderna-capitalista são demasiados significativos para a construção de um pensamento racialista. E este mundo que emerge com a experiência atlântica moderna fornece, posteriormente, aos sujeitos que se estabeleceram nas diversas regiões, possibilidades de argumentações aproximadas; não só por conta da escravização dos africanos e do imaginário em torno da “maldição de Cam”, mas também por conta da experimentação taxonômica de catalogar e classificar a natureza com base na ideia de “Novo Mundo”.

A partir destas experiências intelectuais nas quais o mundo se apresentava de maneira variada àquele que o pretendesse interpretar, tendo em vista que a condição de existência de uma teoria ou ideia é sua adaptação para os objetivos pessoais daqueles que buscavam analisar determinada matéria, observamos que a miscigenação é um ponto importante para tais leituras realizadas deste lado do Atlântico. Menos por motivos óbvios das características da população, mas pelas pretensões de fundar uma nacionalidade diversa que tivesse naquele ponto uma esfera

²¹ SAID, Edward. *Op. Cit.*, p. 322.

de identificação e um plano a se desenvolver. Por um lado, numa leitura mais aceita no período, a miscigenação como condição de adaptação da “civilização” europeia nos trópicos; por outro, numa concepção decadente, a sugestão de que tais cruzamentos engendraram uma população degenerada, fraca, arruinada.

A miscigenação é uma matéria recorrente no pensamento brasileiro desde o século XIX, desde quando nação se tornou um tema, desde que se observou a população – sobretudo nas grandes cidades. Diz-se que nossa sociedade tem a acrescentar à “Civilização” o ideal mestiço, uma cultura que é projetada (muitas vezes) como pacifista e inclusiva. A ideia de país mestiço foi defendida e exaltada por muitos dos pensadores que fizeram nossa história, de Silvio Romero a Gilberto Freyre, de José de Alencar a Mario de Andrade. A miscigenação se tornou um dos mais fortes mitos fundador da nação, esboçado pelas penas de viajantes estrangeiros no século XIX e pelas elaborações da elite intelectual do país. Desta maneira, acredita-se que só no Brasil a miscigenação explodiu este “espetáculo de cores”. Notemos a curiosidade desta pretensão ao “monopólio da mistura”, quando muitos outros países também possuem uma vasta experiência de miscigenação.

Evidentemente a miscigenação não foi tratada de forma homogênea – ela era preenchida de considerações diversas. No Império é possível observar duas ponderações, mais ou menos genéricas, sobre o mestiço: uma ligada ao mundo da desordem e outra a um projeto de harmonização nacional.²² Estas concepções também não eram coesas, e só podem ser percebidas numa relação muito tensa entre cada intérprete e o mundo em que elege interpretar. Com as transformações na linguagem intelectual operada pela “Geração de 1870”, estas concepções foram esboçadas no que depois se convencionou chamar de uma visão “otimista” e outra “pessimista” da nação, ou ainda, positiva e decadentista. Neste sentido, as marcas deste debate devem ser avaliadas a partir da “polissemia da mestiçagem” como alternativa ao estudo da “questão racial”.²³

* * *

²² LIMA, Ivana S. *O Brasil mestiço*. Discurso e prática sobre relações raciais na passagem do século XIX para o século XX. Rio de Janeiro: Departamento de História/PUC, 1994 [Dissertação], p. 9.

²³ *Idem*. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. Segundo Ivana Lima, “questão racial” é um termo complexo e equivocado, pois sugere alguma naturalização. Sobre este ponto, três cuidados devem ser tomados: a) não naturalizar como questão invariável, b) perceber a historicidade dos termos que dão conta desta história e c) não subestimar o léxico das designações raciais.

No primeiro capítulo trabalharemos a relação entre suporte e conteúdo, periódico e artigos, no debate público do final do século XIX, procurando compreender de que maneira a *Revista Brasileira* contribuiu para entendermos os usos do conceito de “raça”. Aqui utilizamos a metáfora do termômetro para dar conta das referências que o pensamento racista brasileiro estabelecia. Trata-se de uma análise dos modos como os intelectuais se estabeleciam e movimentavam suas ideias para que em seguida possamos analisar as linguagens racistas.

No segundo capítulo analisaremos os lugares-comuns que a constelação conceitual do pensamento racista mobilizavam e articulavam. As tópicos das linguagens racistas era organizada em três lugares: na narrativa (histórica, etnográfica, sociológica), na ciência (pretensão da qualidade científica) e no evolucionismo (que trazia cientificidade à narrativa). Aqui supomos que *topos* é mais que um lugar-comum, antes a articulação destes lugares que possibilita alguma proximidade de reflexões diversas sobre determinado tema.

No capítulo três, aproveitando a análise do *topos* racista e da revista como suporte a articulação das diversas argumentações no debate público, analisaremos as maneiras de ler a brasilidade e elaborar horizontes. Neste momento buscaremos compreender como os usos do conceito de “raça” esboçaram uma filosofia da história do Brasil que se mostrou perceptível nas páginas da *Revista Brasileira*.

Dois categorias norteiam o trabalho: horizontes de expectativas e racismo. A primeira está relacionada ao tempo histórico e remete a uma noção abstrata e genérica de análise: os horizontes de expectativas são esperanças de futuro que se pretende. Segundo Reinhart Koselleck, “[a expectativa] é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também ela se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”.²⁴ A segunda categoria é definida por Tzvetan Todorov como conjunto de doutrinas que pensam e tratam cientificamente a “raça”: a) afirmação da existência das “raças” humanas; b) ligação entre o comportamento do indivíduo e suas características físicas; c) comportamento comum ao grupo, o sujeito não tem vontade e segue uma moral herdada de sua “raça”; d) hierarquia universal dos valores, onde se sustenta a superioridade ou inferioridade de alguma “raça”; e) política baseada no conhecimento, ou seja, trata-se de definições políticas para

²⁴ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas In. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 310.

ação de um grupo sobre o outro, na maior parte das vezes subjugando-o.²⁵ Utilizamos as categorias no plural tendo em vista explorar a diversidade de posições acerca das leituras aqui analisadas

Diante destas inquietações, buscamos avaliar os desdobramentos do pensamento racalista brasileiro com vistas a compreender os usos do conceito de “raça”, suas variações e os objetivos intelectuais, assim como formulações de uma filosofia da história do Brasil. Para tanto, a análise de artigos da *Revista Brasileira* nos serve à verificação dos movimentos de ideias em torno da “raça”, pensando que um artigo possui o caráter não só de exposição de um pensamento, mas também como teste da aceitação de seus argumentos. Neste sentido, compreender as revistas como suporte de reflexões que são postas em trânsito nos permite analisar estas obras não como definitivas, mas como ideias em movimentos.

²⁵ TODOROV, Tzevetan. *Nós e os outros*. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: JZE, 1991, p. 108-110.

1 A REVISTA COMO DISPOSITIVO DE VISIBILIDADE: OLHAR A MISCIGENAÇÃO A PARTIR DA *REVISTA BRASILEIRA*

Mais facilmente que o jornal ou o livro, pode a revista recolher de todo o país e por todo ele disseminar as manifestações da sua vida espiritual, sendo ao mesmo tempo um centro de convergência e irradiação de todas elas. E assim, sem sair de sua esfera, viria exercer uma função social de criar e estreitar entre os estudiosos e escritores de todo o país relações de confraternidade espiritual e de levar por todo ele as vozes daqueles que nas letras, nas ciências, nas artes são os órgãos do sentir e do pensar nacionais.²⁶

Trabalhar com artigos de revista significa, em primeiro lugar, investigar seu veículo de difusão, pois ele influencia diretamente a significação dos textos nele inseridos.²⁷

As páginas da *Revista Brasileira* foram um importante palco para o movimento de ideias no cenário intelectual do *fin-de-siècle* tropical. O programa da revista era “dar um órgão à vida espiritual brasileira”, com uma pretensão do tamanho do país mas que alcançava um diminuto público de “leitores ativos”.²⁸ Isso num momento em que as inclinações ao cientificismo e à polêmica como gênero discursivo marcavam estratégias para reivindicação de legitimidade argumentativa. O periódico servia de suporte aos interesses de pensadores que buscavam expandir o alcance de suas reflexões, a despeito do público-alvo, delimitando zonas de ação político-intelectual no debate público.

Katia Aily Camargo sugere que “o estudo de publicações periódicas pode proporcionar ao pesquisador possibilidades de vislumbrar quais seriam os temas de interesse numa determinada época, a maneira como foram abordados, quem eram seus autores e seus leitores”.²⁹ Compreender a *Revista Brasileira*, o período e as intenções de sua fundação, os autores mais assíduos e influentes, os desígnios e a orientação editorial, assim como o formato da publicação nos ajuda a analisar como se relaciona suporte e conteúdo, supondo uma influência direta e

²⁶ Editorial. In. *Revista Brasileira*, t. I, 1895, p. 3.

²⁷ CAMARGO, Katia A. A revista como fonte de pesquisa. In *Educação: teoria e prática*. v. 13, n. 24, 2005, p. 81

²⁸ Conceito tomado de empréstimo de MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 215.

²⁹ CAMARGO, Katia A. *Ibidem*, p. 80.

recíproca. Ou seja, de que forma a orientação editorial contribuía para que as reflexões fossem expostas de tal ou qual maneira?

Procuramos analisar, a partir desta relação suporte-conteúdo, a construção de um ambiente favorável ao debate público intelectual e às experimentações de ideias e argumentos sobre determinados temas. Neste sentido, busca-se explorar a constituição da revista no período para encaminhar um raciocínio da publicação como um “termômetro” dos usos dos racialismos no momento. Isto é, de que maneira a *Revista Brasileira* apresenta discussões sobre uma filosofia da história do Brasil que se pauta no olhar a miscigenação.

1.1 José Veríssimo e a terceira fase da *Revista Brasileira*

Corria o ano de 1883 quando José Veríssimo (1857-1916) se lançou à empreitada de editar uma revista com intuito de movimentar a vida intelectual da amazônica cidade de Belém. O magazine batizado de *Revista Amazônica* possuía a preocupação de ecoar na região a experiência da *Revista Brasileira*,³⁰ periódico onde dois anos antes Veríssimo publicou um artigo sobre as “Religiões dos Tupi-Guaranis”. A quatro de março daquele ano, a *Revista* acabara de sair em seu primeiro tomo, Veríssimo escreve uma carta para a Corte, endereçada a um escritor de recente renome e que também escrevera para a *Revista Brasileira*. Na missiva, o editor oferece o primeiro volume, pede colaboração do escritor e explica o periódico:

É uma tentativa, talvez utópica, mas, em todo o caso bem intencionada. Não sei se terá mais, ou, pelo menos, tanta vida como a [*Revista*] *Brasileira*. Eu por mim o que posso prometer é que farei tudo para que viva. Mas eu só, e no meio de uma sociedade onde os cultores das letras não abundam, nada posso; e se não fosse confiar na proteção daqueles que, como Vossa Excelência, conservam vivo o amor ao estudo, não a publicaria.³¹

O interlocutor era Machado de Assis e a carta iniciaria uma amizade de longa data e de diversas contribuições. Nela podemos observar o desejo de Veríssimo em incentivar a circulação de ideias, assim como sua ambição em contribuir para o periodismo brasileiro.

³⁰ Revista editada por Nicolau Midosi de 1879 a 1881.

³¹ MACHADO DE ASSIS, J. M. *Correspondência de Machado de Assis*: tomo II, 1870-1889. Coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro : ABL, 2009, p. 246.

Machado de Assis o responde como quem já prepara de antemão um consolo para o empreendimento de pouca sorte no Brasil, dizendo-lhe que “a simples tentativa é já uma honra”. Ressalta ainda o escritor que

há alguns dias, escrevendo de um livro, e referindo-me à *Revista Brasileira*, tão malograda, disse esta verdade de La Palisse: “que não há revistas, sem um público de revistas”. Tal é o caso do Brasil. Não temos ainda a massa de leitores necessária para essa espécie de publicações. A Revista Trimestral do Instituto Histórico vive por circunstâncias especiais, ainda assim irregularmente, e ignorada do grande público.³²

Na missiva, o escritor ressalta a pouca vitalidade de publicações como aquelas num país de tão poucos leitores, deixando transparecer o ceticismo que lhe era característico. Encerra a carta desculpando a linguagem que “não é a mais própria para saudar o aparecimento de uma nova tentativa” e ressaltando saber “que fala a um espírito prático, sabedor das dificuldades, e resoluto a vencê-las ou diminuí-las, ao menos”. O que procuramos abordar aqui não é alguma exaltação do editor paraense; antes, uma atenção para suas preocupações.

É possível perceber algumas das inquietações de Veríssimo em sua obra dos anos de 1880: a circulação do conhecimento e a educação. Na segunda metade do século XIX a educação era uma preocupação de muitos intelectuais sensíveis aos dilemas nacionais. A imprensa e o ensino são as ocupações que Veríssimo carrega por toda a vida e busca nelas complementaridades necessárias à formação de uma nação mais culta e integrada ao mundo das letras. Ou seja, só se pode vislumbrar um trabalho intelectual de largo alcance numa sociedade de leitores, como salientara Machado de Assis, e a instrução pública tem como objetivo sanar esta deficiência. A *Revista Amazônica* persistiria por onze tomos, até 1884.

Educação e imprensa como complementaridades de um esforço civilizatório na concepção de Veríssimo que “em 1883, fundou a Sociedade Promotora da Instrução impulsionada por sua crença positivista na ação regeneradora da educação, possibilitando o progresso e a civilização do país”.³³ No ano seguinte assumiria a direção do Colégio Americano, é nomeado diretor da Instrução Pública do Estado do Pará em 1890 e em 91 se muda para o Rio de Janeiro. Na capital federal atua na imprensa, com uma coluna no *Jornal do Brasil*, e, de 1892 a 98, no ensino público

³² *Idem, ibidem*, p. 254.

³³ BEZERRA NETO, José Maia. “José Veríssimo: pensador social e etnografia da Amazônia”. In. *Dados* [online]. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, 1999, pp. 539-564.

como diretor do Externato do Ginásio Nacional (nome que a República deu ao Colégio Pedro II). Desta forma, a educação busca formar os cidadãos vindouros, fornecendo as bases para um futuro letrado e civilizado; a imprensa possui um caráter pedagógico de difusora do conhecimento útil e ilustrado, proporcionando à sociedade a circulação de informações sobre o mundo.³⁴

Nos idos da década de 1890, já estabelecido no Rio de Janeiro e decepcionado com a tão sonhada República, Veríssimo acreditava ser o momento de arriscar um novo empreendimento impresso. Após alguns anos de intensas trocas nos circuitos letrados carioca, o intelectual paraense se lança ao desafio de fazer circular novamente a *Revista Brasileira*.³⁵ Encerrava já 1894 quando a imprensa brasileira noticiava o retorno do periódico e no ano seguinte fazia divulgar a *Revista*: no *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *O País*, entre outros, apareciam chamadas da publicação com um índice das matérias contidas em cada fascículo. Em meados da década de 1890 reaparece o título *RB*, dirigida agora por José Veríssimo e editada pela tipografia Laemmert. A revista contava com o apoio de figuras centrais da vida cultural brasileira: escritores, pensadores sociais e homens de ciência que buscavam naquelas páginas refletir sobre a nação. Agora eles tinham uma nova arena de atuação política e cultural, e a revista buscou abrir espaço para as concepções as mais variadas.

O jornal *Minas Gerais*, em outubro de 1894, fazia circular uma nota do *Jornal do Comércio* sobre o reaparecimento da *Revista Brasileira* que se daria em breve:

temos a satisfação de comunicar aos nossos leitores o breve aparecimento de uma revista literária, a *Revista Brasileira*, inteiramente consagrada à causa da cultura nacional e que será redigida pelo ilustrado Sr. José Veríssimo. A *Revista Brasileira* vem não só continuar uma preciosa tradição, infelizmente duas vezes interrompidas, como sobretudo no atual momento acudir ao imperioso reclame da nossa civilização, que não conta uma só revista dessa natureza, onde se registrem os progressos de sua cultura.³⁶

A atuação de Veríssimo na imprensa lhe rendeu como frutos uma divulgação elogiosa da reedição da *Revista*. As propagandas salientavam que a publicação possuía um espectro nacional, resgatando a tradição das tentativas anteriores de edição da revista e a difusão de uma cultura letrada brasileira. A busca pelo nacional era uma das aspirações mais importante destes intelectuais do final do século XIX, a temática aparecia nos poemas, nos contos, nos ensaios,

³⁴ Sobre José Veríssimo ver BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.

³⁵ A partir de agora, *RB*.

³⁶ *Minas Gerais*. Órgão oficial dos poderes do Estado. Minas Gerais, 4, 7 de out. 1894.

apontando em cada pena uma defesa de qual nação se ambicionava. Neste sentido, as pretensões nacionais era um dos principais anseios que a *Revista* possuía, publicando horizontes de possibilidades sobre o Estado e a nação.

Com efeito, “no campo do periodismo, o acontecimento mais importante para a vida intelectual foi o reaparecimento da *Revista Brasileira*, sob a direção de José Veríssimo”,³⁷ afirma Wilson Martins buscando localizar a centralidade de Veríssimo no círculo letrado carioca. Num período em que os escritores buscavam estabelecer autonomia, inclusive se reunindo em alguns clubes, Ana Maria Martins destaca que a *Revista* foi uma “alternativa para [eles] se colocarem em letra impressa, [ela] resultava em verdadeira biblioteca antológica da produção literária e cultural do país”.³⁸ Entretanto, as pretensões do diretor eram mais amplas e a revista procurou abranger não só a seara literária, tal como fazia *A Semana*, alguns anos antes, mas um amplo espectro dentro das possibilidades culturais e científicas.

A revista era um periódico central que reunia parte expressiva dos homens de cultura e ciência brasileiros, e, inclusive, foi palco da formação da Academia Brasileira de Letras. Alessandra El Far, em seu estudo sobre os primeiros anos da ABL, ressalta a importância da terceira fase da revista para a fundação da academia. Segundo a autora, “todo final de tarde, com ou sem textos a entregar, os colaboradores passavam pela redação da *Revista Brasileira* e lá se entregavam a longas conversas literárias”.³⁹

O lado científico do periódico também mereceu destaque na vulgarização⁴⁰ para o público leigo das reflexões científicas realizadas nas faculdades e institutos e também fora delas. Moema de Rezende Vergara, em sua tese em história das ciências, dedicou-se ao assunto da vulgarização científica realizada pela *Revista Brasileira*, buscando diferenciar os conceitos de divulgação e vulgarização. Grosso modo, enquanto divulgação evoca um tipo de publicação destinado ao público especializado (a *Revista do IHGB*, *os Arquivos do Museu Nacional*, *Gazeta Médica da Bahia*, etc.), a vulgarização está relacionada a um público mais amplo de revistas culturais e/ou literárias (como a *Revista Brasileira*, *Revista Amazônica*, *Revista do Brasil*, etc.). Moema

³⁷ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*, v. IV. São Paulo: Ed. Cultrix, 1979, 484.

³⁸ MARTINS, Ana Maria. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001, p. 114.

³⁹ FAR, Alessandra El. *A encenação da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 45.

⁴⁰ Ver Moema de Rezende Vergara, *A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003. [TESE]

Vergara aponta que o periódico “se qualificava como um meio de expressão para as reflexões sobre os problemas brasileiros, em um momento de transformações culturais, em que a ciência tinha um papel de destaque”.⁴¹

Como este capítulo estabelece um diálogo direto com a tese de Vergara, talvez seja pertinente avaliar de que maneira ela trata o conceito de vulgarização. Ele está ligado às transformações modernas da relação entre ciência e público: “a prática da vulgarização científica seria um lugar de contato entre os porta-vozes do discurso científico e o público leigo, prática que se dá no plano da linguagem”.⁴² A prática da vulgarização é uma consequência do processo de especialização das disciplinas que criavam uma linguagem técnica de difícil acesso ao público que desconhecia os pormenores de determinada área. O Brasil do final do século XIX estava começando a passar por esta especialização e o papel do vulgarizador era necessário “para transformar a ciência de um objeto estranho, distante da vida do cidadão comum, em um objeto estranho, distante da vida do cidadão comum, em um objeto familiar e próximo”.⁴³ A *RB*, como suporte de ação vulgarizadora em diversos momentos, tinha um espaço de legitimação social e política da produção científica, ou seja, o periódico possuía a dimensão de ponte na dinâmica entre produzir ciência e o compreendê-la.

A primeira vez que a *RB* apareceu, na segunda metade dos anos de 1850, dirigida por Candido Batista de Oliveira, ela se denominava um “jornal de ciências, letras e artes”. Era uma reorganização de outro periódico, *Guanabara*. No prospecto o editor já assegurava que

a publicação literária que se dá à luz hoje, sob a denominação de *Revista Brasileira*, nada mais é que a transformação de outro jornal do mesmo gênero, o *Guanabara*, tomando maiores proporções (...). A redação da nova *Revista* está confiada às mesmas pessoas que colaboraram na publicação do *Guanabara*. (...) A redação da *Revista Brasileira* empenhará finalmente todos os seus esforços para bem preencher a honrosa tarefa de que se empregara, tanto pela importância do seu fim, como sobretudo para corresponder dignamente aos desejos benévolos DAQUELE, que no fastígio do poder somente anela a prosperidade do Brasil, amparando com generosa proteção e promovendo desveladamente a ilustração nacional, o mais seguro abono da ordem e da liberdade regrada, que faz hoje a nossa felicidade, e fará também no futuro a dos nossos filhos.⁴⁴

⁴¹ VERGARA, Moema de Rezende. *A Revista Brasileira*. *Op. Cit.* p. 81.

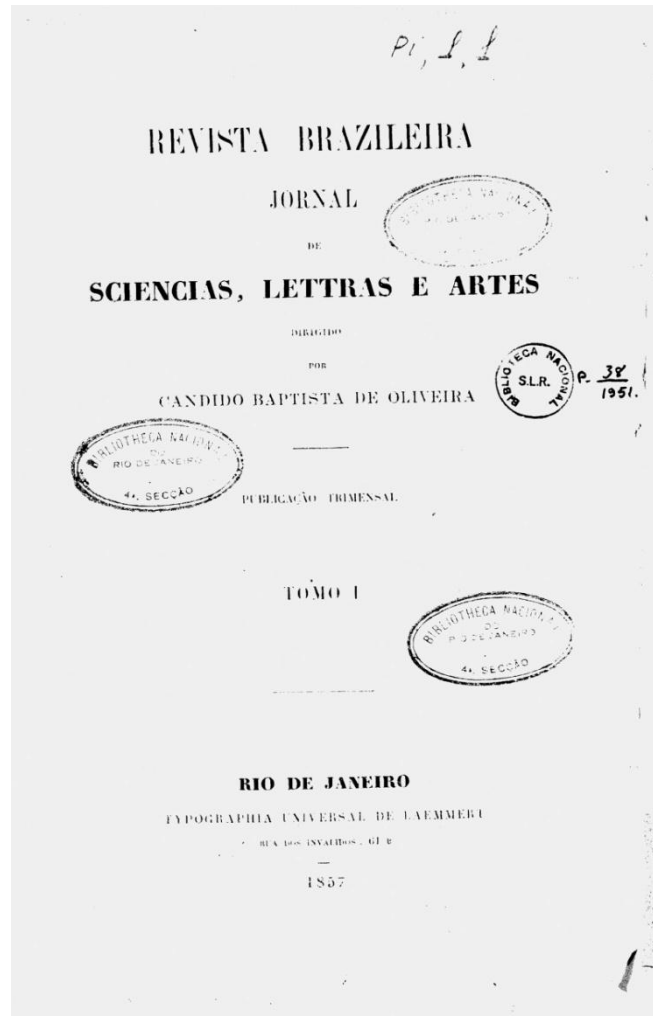
⁴² *Idem, ibidem*, p. 12.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 16.

⁴⁴ Prospecto. In. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, t. I, 1857, p. s/d.

A pretensão de promover a ilustração nacional é uma marca da publicação do gênero, podemos percebê-la também no período Nicolau Midosi e Veríssimo. A revista nesta fase publicou muitos artigos sobre ciência, economia e cultura. Porém, seus grossos volumes não duraram muitos tomos e em poucos anos o periódico parou.

Figura 1 – Capa da primeira fase da *Revista Brasileira*

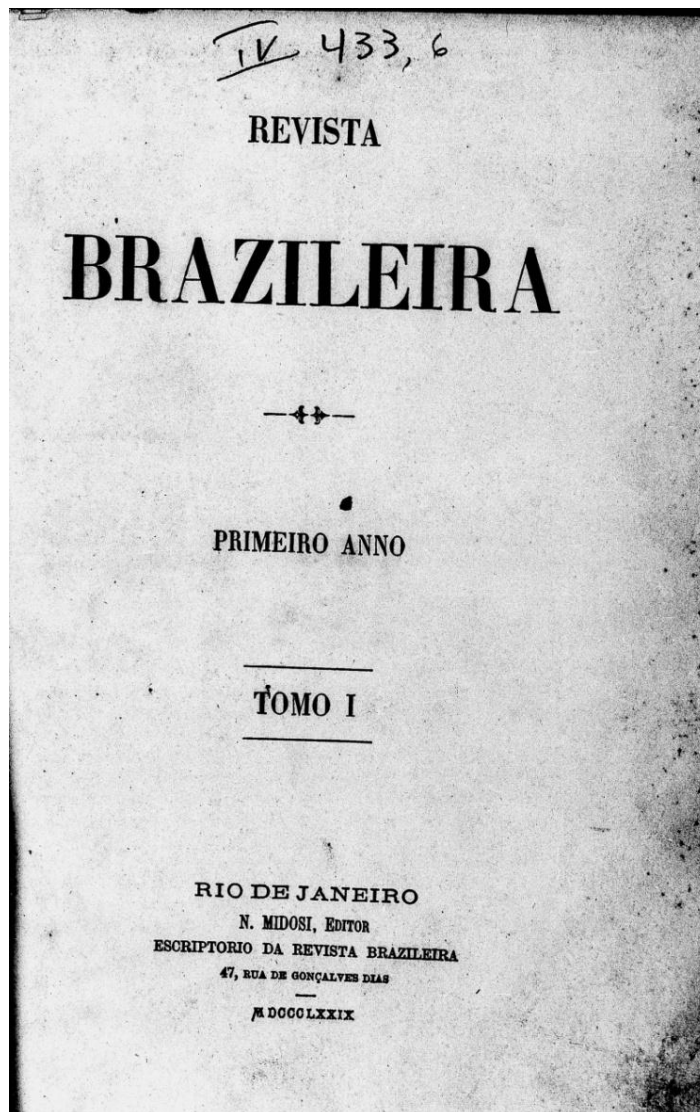


Fonte: OLIVEIRA, Candido Baptista de, 1857, p. Capa.

Candido Batista de Oliveira (1801-1865) era formado na Universidade de Coimbra, em 1824, em matemática e filosofia. Foi ministro da marinha, presidente do Banco do Brasil, sócio do IHGB, diretor do Jardim Botânico, professor da Escola Militar, etc. Estava próximo do círculo

de letrados de Araújo Porto-Alegre, Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães. O alvo da publicação eram os letrados e homens de ciência que viam na imprensa a possibilidade de ilustrar a nação, criar meios para combater o obscurantismo num país de pouca oportunidade de ensino, como sugere Maria Lucia Pallares-Burke.⁴⁵ A publicação não durou muitos anos, foi irregular como a *Guanabara*, e em 1861 encerrou as atividades.

Figura 2 – Capa da segunda fase da *Revista Brasileira*



Fonte: MIDOSI, Nicolau, 1879, p. Capa.

⁴⁵ PALLARES-BURKE, Maria Lucia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In. São Paulo, Cad. Pesq., n. 104, 1998, p. 148.

A revista reapareceu em 1879, dirigida por Nicolau Midosi e contou com grandes nomes da literatura e das ciências de então. Uma parcela dos articulistas desta fase estava presentes também no período Veríssimo, o que nos faz pensar que a distância entre estes dois momentos – tanto no que diz respeito ao tempo entre uma e outra, e por isso também, quanto aos anseios e pretensões dos artigos publicados na *Revista* – foi a menor em todas as fases do periódico que circula até os dias de hoje. Isso significa, muito mais que uma filiação do período Veríssimo ao anterior, uma proximidade entre a linha editorial de uma e de outra. Vejamos o editorial de 1879:

A revista, transição racional do jornal para o livro, ou antes laço que prende estes dois gêneros de publicação, afigura-se-nos por isso a forma natural de dar ao nosso povo conhecimentos que lhes são necessários para ascender a superior esfera, no vasto sistema das luzes humanas. Na revista dão-se a ler, sem risco de cansaço, artigos sobre todos os conhecidos assuntos por onde anda o pensamento, a imaginação, a análise, o ensino do homem. Não se trata aí de uma só matéria, como de ordinário no livro singular, ou de muitas matérias em rápido percurso, como no jornal, mas de todas com a conveniente demora, em forma e extensão proporcionadas aos espíritos, qualquer que seja o grau da instrução de cada um, a intensidade de sua convicção, a tendência do seu gosto, a ordem do seu interesse.⁴⁶

Observemos nesta passagem uma concepção de revista à qual Veríssimo se aproxima: “Mais facilmente que o jornal ou o livro, pode a revista recolher de todo o país e por todo ele disseminar as manifestações da sua vida espiritual”.⁴⁷

Em 1895 José Veríssimo fez reviver o título, vinculando-se às propostas das fases antecessoras, como podemos ler no editorial de lançamento:

Sai agora pela terceira vez a *Revista Brasileira*. Não tem com as suas gloriosas antecessoras senão o laço dos mesmos ideais. Como elas, pretende servir com dedicação e sinceridade a causa da cultura nacional. Aos seus fundadores parece que é propícia a ocasião de dar ao pensamento brasileiro, em todas as suas variadas formas, um meio de expansão.⁴⁸

Neste editorial percebemos, além da filiação às tentativas anteriores, a pretensão de proporcionar um espaço de reflexão, discussão e divulgação de ideias. José Veríssimo aciona uma memória das fases anteriores, sobretudo da dirigida por Midosi, que possuíam em comum muitos dos escritores e pensadores, como Machado de Assis, Silvio Romero, Múcio Teixeira,

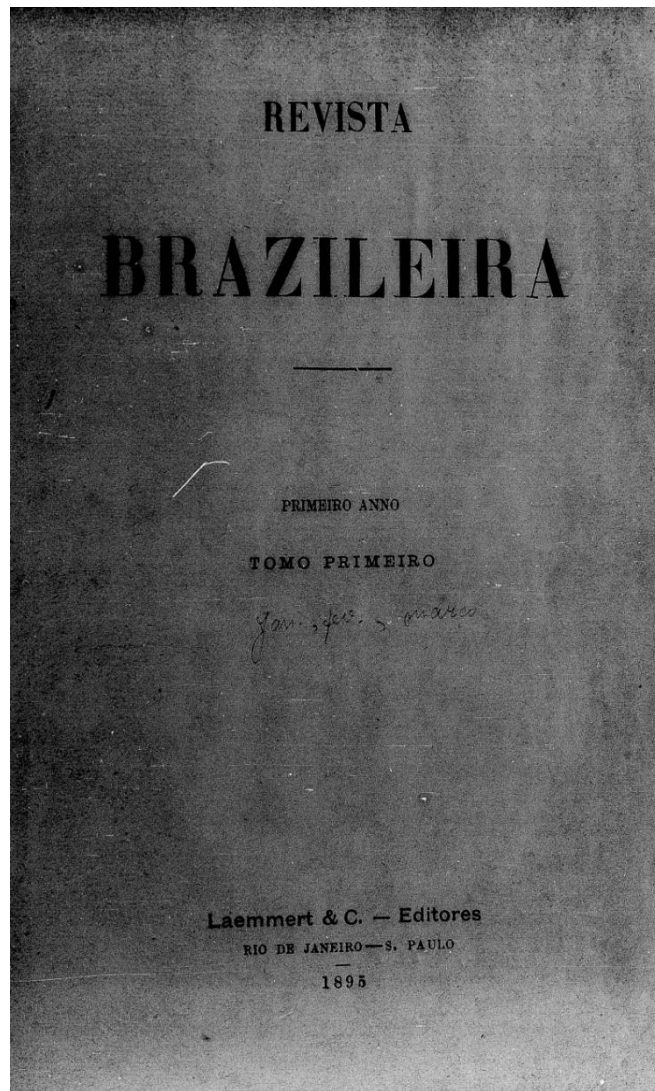
⁴⁶ A Revista Brasileira. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. I, 1879, p. 6.

⁴⁷ Editorial. In. *Revista Brasileira*, t. I, 1895, p. 3.

⁴⁸ *Idem*.

além do próprio Veríssimo. Esta filiação cria não só um ambiente de anseios e pretensões em comum – “dar ao nosso povo conhecimentos que lhes são necessários para ascender a superior esfera, no vasto sistema das luzes humanas”, ou ainda, “promovendo desveladamente a ilustração nacional” –, mas uma identidade. Segundo Jacques Le Goff, “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva”.⁴⁹

Figura 3 – Capa da terceira fase da *Revista Brasileira*



Fonte: VERÍSSIMO, José, 1895, p. Capa.

⁴⁹ LE GOFF, Jacques. Memória. In. _____. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003, p. 469.

1.2 Polêmica, ciência e a dialética localismo/cosmopolitismo

Os leitores da revista não eram numerosos, como se pode imaginar, e a circulação nacional não fazia da publicação alvo senão de uma diminuta parcela da população. É neste sentido que Moema Vergara analisa o projeto editorial como autorreferente, ou ainda, “autores-leitores”. Nas palavras da historiadora, “trata-se de uma publicação para consumo próprio feita pela elite letrada brasileira”.⁵⁰ Talvez não tão restrita como aponta Vergara, a *RB* tem de ser compreendida como uma proposta de celebração à qualidade intelectual da nação, com uma pretensão de autonomia em relação ao governo: formulando espaços discursivos de autoridade. Desta maneira, estes pensadores do final do século XIX buscavam algum afastamento do governo tendo em vista edificar uma esfera de autoridade sobre os temas caros ao país para, em seguida, reaproximar-se como sujeitos que precisam estar imbuídos de poder para dar conta dos problemas brasileiros.

José Veríssimo é um dos autores que mais vai reclamar este afastamento entre os intelectuais e o Estado na virada do século e a *ABL* é fruto desta preocupação.⁵¹ Além do editor da revista, outros pensadores estavam descontentes com os rumos políticos, nas palavras de Nicolau Sevcenko: “a República desabou sobre esses autores como uma tormenta”.⁵² Entretanto, não é a decepção política que fez estes autores proporem uma distância do Estado, mas a intenção de reivindicar uma esfera de legitimidade com o objetivo de elaborar soluções imaginadas por eles para os problemas sociais. Não podemos perder de vista que isso não tem como objetivo algum receio em debater política, antes, a política era uma discussão assídua na publicação. E na criação daquele espaço de fala, a *RB* aglutina pensadores e pensamentos diversos no sentido de proporcionar uma esfera de inquietações acerca das questões brasileiras no período.

Uma crônica publicada por Machado de Assis n’*A Semana*, a 17 de maio de 1896, sobre um jantar oferecido pela *RB* dava conta do receio ao debate político:

⁵⁰ VERGARA, Moema de Rezende. *A Revista Brasileira. Op. Cit.* p. 74.

⁵¹ Ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultura na Primeira República.* São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 112.

⁵² *Idem, Ibid.*, p. 117.

E todos se toleravam uns aos outros. Não se falou de política, a não ser alguma palavra sobre a fundação dos Estados, mas curta e leve. Também não se falou de mulheres. O mais do tempo foi dado às letras, à poesia, à filosofia. Comeu-se quase sem atenção. A comida era um pretexto. Assim voaram as horas, duas horas deleitosas e breves. Uma das obrigações do jantar era não haver brindes: não os houve. Ao deixar a mesa tornei a lembrar-me de Platão, que acaba o livro proclamando a imortalidade da alma; nós acabávamos de proclamar a imortalidade da Revista.⁵³

Dado a diversidade de concepções políticas dos colaboradores, o temor pelo debate político no jantar fica mais compreensível. Havia os republicanos, os monarquistas como Machado de Assis e Joaquim Nabuco, aqueles que tinham interesse no socialismo como Veríssimo, além de liberais, conservadores, etc. No entanto, isso não significa que nas páginas da *RB* reinasse a tolerância ou alguma “distância que seus colaboradores procuravam manter do cotidiano político da recente República brasileira”.⁵⁴

A preocupação com o cotidiano político nacional é observável, entre muitos outros, em artigos como “Federação e República” (Medeiros e Albuquerque, tomo 1), “A questão do Rio Grande” (entrevista com diversos autores, tomo 2), “O espírito americano” (Magalhães de Azeredo, tomo 5), “A loucura epidêmica de Canudos” (Nina Rodrigues, tomo 12) e “A guerra no Sertão” (Euclides da Cunha, tomo 19). Portanto, a inquietação política movia uma série de reflexões que buscavam avaliar não apenas problemas locais, como a Guerra de Canudos e a Revolta Federalista, mas também indagações no âmbito nacional – acerca das formas de governo mais apropriadas ao Brasil – e continentais, no texto que abordava a Doutrina Monroe.

Na década de 1890, quando o jornalismo diário se transformava em grande empresa, abrangendo uma população mais ampla e fazendo das ideias um ponto de demarcação político, qual era o propósito de uma revista literária trazer recorrentemente reflexões políticas? Para tratar do assunto, tomemos de empréstimo um par de categorias desenvolvidas por Marco Morel: “leitores passivos” e “leitores ativos”. Segundo Morel, “o público chamado aqui de passivo (...) situava-se fora das fronteiras da República das Letras e dos grupos de poder. Era no fundo um grupo mais facilmente idealizável. Não mais espelho de uma identidade, mas miragem buscada em terreno nem sempre seguro. Era um público visto como rude, iletrado, pobre, sem instrução”; enquanto os “leitores ativos” pertenciam à “República das Letras” e estavam mais próximos das

⁵³ MACHADO DE ASSIS, J. M. *A Semana II*. Obras completas. São Paulo: Globo, 1997, p. 25.

⁵⁴ VERGARA, Moema de Rezende. *Op. Cit.* p. 202.

esferas de exercício do poder.⁵⁵ Evidentemente, não tenho a pretensão de cristalizar aqui públicos que eram diversos, tendo a noção de que existiam sujeitos que atravessavam ambas as categorias. Muitos dos articulistas da revista publicavam para ambos os públicos, como o editor José Veríssimo que possuía uma coluna no *Jornal do Brasil*. Cabe, antes, tomarmos a *RB* como periódico inclinado aos leitores ativos.

Voltada para um público de leitores cultos, a revista tinha como ambição estabelecer um espaço privilegiado de fala onde, para além de uma identidade ilustrada, consolidaria uma esfera autônoma de intervenção política e social no debate público. Desta maneira, os editores tinham o anseio “de dar um órgão à vida espiritual brasileira e a aspiração de ser este órgão”⁵⁶ com intenção de ser a revista brasileira por excelência, debatendo em suas páginas as coisas do Brasil e que o brasileiro deveria conhecer sobre o país e o mundo. Apesar de o editorial sugerir uma ampliação do público leitor, podemos observar que a revista tem como espelho sujeitos cultos preocupados com a “vida espiritual brasileira”. De fato há, no núcleo editorial da revista, uma preocupação com a expansão do público leitor, com sua instrução; sobretudo no que tange a uma inquietação com a formação de portadores sociais de consciência nacional, o que não se torna elementar no periódico onde outras temáticas são mais exploradas. E como na revista a escrita é autorreferente, a publicação se tornou muitas vezes arena de polêmicas diversas.

A polêmica era um recurso retórico recorrente entre os intelectuais da época que buscavam nela maneiras de demarcar concepções e lugares de fala. Com efeito, segundo Ventura, “nas polêmicas, os letrados lutavam por suas ideias e grupos, pela ‘sobrevivência’ ou ‘morte’ na cena da literatura e do jornalismo”.⁵⁷ Estes embates de ideias nem sempre demandavam racionalidade do polemista. Pelo contrário, eram penas movidas pela emoção na tentativa de persuadir a opinião geral para o pensamento que se defende. A natureza da polêmica “envolve uma dimensão educativa que visa influenciar de algum modo o estado de espírito das pessoas que observam o embate. Não é por consequência um mero diálogo”, sugere Jacques Wainberg, que complementa: “simples discordância de opinião não é fator suficiente para evocar uma polêmica. O que entra em jogo aqui é a potencialidade de seus efeitos. A controvérsia deve ter um peso

⁵⁵ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 215 e 216.

⁵⁶ Editorial. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. I, 1895, p. 1.

⁵⁷ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 13.

maior (...) deve provocar a polarização dos pontos de vistas”.⁵⁸ Nesta arena, o leitor tem o eminente papel de direcionar os rumos da controvérsia e das argumentações, pois é ele quem sentencia a interpretação ou proposição triunfante. E numa revista onde parcela significativa dos leitores eram “cidadãos” daquela República das Letras, as polêmicas ganhavam uma relevância maior na demarcação de zonas de (in)fluência em esferas de exercício político-intelectual. Lembremos que um dos maiores polemistas do período, Silvio Romero, atuou assiduamente nela, publicando suas críticas belicosas.

Sobre Romero, Araripe Júnior escreveu um extenso artigo na revista, no qual procurava compreender o caráter polemista do crítico sergipano. Na tentativa de explicar esta vontade de contenda, Araripe aponta que faltava a Romero “a sagacidade ou a polidez artificial dos centros civilizados” e por isso havia sido “recebido a maneira de um bárbaro”, malgrado “esse bárbaro trouxesse um cérebro iluminado”.⁵⁹ No texto com características de biografia, o autor delinea a partir de uma interpretação psicologizante de Romero o perfil combativo ou belicoso de um intelectual que fazia parte daquele grupo letrado, mas não era muito bem quisto. Talvez na tentativa de tornar compreensível aos outros intelectuais as polêmicas de Romero, que na própria revista travou um embate com Veríssimo acerca da interpretação do teatro de Martins Pena.⁶⁰ Porém, o que importa ressaltar aqui é que as polêmicas também podem ser vistas como demarcação profissional ou disciplinar, como nas disputas entre direito e medicina.

Característico desta controvérsia, o artigo do professor da Faculdade de Medicina da Bahia Nina Rodrigues – uma aula inaugural proferida em 1898 para o curso de medicina legal – é uma referência na afirmação dos saberes da medicina legal como ferramenta de interpretação social e formulação de leis. A aula é uma cartografia sobre o andamento do debate em diversos países, sugerindo o valor da disciplina na instância jurídica. É também uma apologia à cadeira de medicina legal e uma defesa do saber médico como instrumento para tratar de questões da sociedade, da população, da “raça”. Por conseguinte, o reconhecimento da “medicina

⁵⁸ WAINBERG, Jacques A. *Línguas ferinas*: um estudo sobre a polêmica e os polemistas. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010, p. 60.

⁵⁹ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Silvio Romero – polemista. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XV, 1895, p. 186.

⁶⁰ Silvio Romero analisou a obra de Pena de maneira pessimista, o que Veríssimo condenou em seu artigo. Ver: Silvio Romero, Martins Penna, tomo X; e José Veríssimo, Martins Penna e o teatro brasileiro, tomo XV.

judiciária”⁶¹ se fundamenta na necessidade de relacionar “raça”, “civilização” e “situação geográfica” às potencialidades das sociedades e aos distúrbios sociais.⁶² Segundo Nina Rodrigues, “a solução do problema [médico-jurídico] deve variar naturalmente com a natureza das instituições médicas e jurídicas de cada país, com o caráter, usos e costumes de cada povo”.⁶³ Portanto, é preciso o conhecimento da natureza da sociedade e da geografia para tratar das particularidades de cada nação; e a medicina legal contribuiria para esse conhecimento enquanto uma disciplina autônoma e uma profissão equivalente a do jurista.

Por outro lado, alguns artigos trataram de defender o direito como conhecimento científico e por isso autônomo nas decisões e formulações jurídicas. Dois tomos antes da publicação da aula de Nina Rodrigues, o jurista e político Francisco de Paula Lacerda de Almeida publicou um trabalho avaliando as contribuições de Clóvis Bevilacqua para o direito. O autor parte da indagação acerca da cientificidade do direito (problemática comum em outros estudos sobre a pedagogia, por José Veríssimo, e a história, por Fausto Cardoso), nas primeiras páginas ele reflete se o direito está mais próximo da filosofia ou da ciência e afirma: a disciplina pouco tem a contribuir se se pretender filosofia, mas se optar pela ciência, acaba por estabelecer um sentido mais prático do conhecimento.⁶⁴ O que estava em jogo era a consolidação de autoridade sobre esferas normatizadoras da sociedade, o que implicava demonstrar não só a eficácia teórico-científica de uma ou outra disciplina, mas o convencimento de sua aplicabilidade pelas instâncias de poder.

Para compreender o cenário intelectual do período é preciso ter em mente que as polêmicas formaram um gênero no qual as controvérsias sinalizavam mais que sobrevivência de grupos e ideias: a possibilidade de aproximação das esferas de exercício de poder. As páginas da *RB* são rico material de análise, pois nelas foram travadas inúmeras controvérsias sobre muitas outras temáticas, mobilizando diversas perspectivas teóricas, discutindo uma infinidade de noções. Neste sentido, para depreendermos o momento intelectual é interessante observar a relação que aqueles pensadores estabeleceram entre o nacional e o mundial, entre localismo e

⁶¹ Como por vezes o autor utiliza com intenção de tornar mais claro a relação entre o saber médico e a instância normatizadora.

⁶² RODRIGUES, Raymundo Nina. O problema médico-judiciário (sua solução no Brasil). In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XV, 1898, p. 331.

⁶³ *Idem, ibidem.*, p. 335.

⁶⁴ ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de. Teoristas e filósofos do direito (estudos sobre Clóvis Bevilacqua). . In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XIII, 1898, pp. 300-302.

cosmopolitismo. Eles lançaram interpretações do Brasil, reconhecendo sua maturidade nacional por “possuir uma dimensão cultural própria [e] uma identidade que se define ao mesmo tempo na literatura e na história”.⁶⁵ Portanto, não caberia aqui pensar que o “bando de ideias novas” serviria para imitar no Brasil as experiências estrangeiras, antes, seria mais oportuno avaliar de que maneira a relação localismo/cosmopolitismo⁶⁶ foi compreendida.

Segundo Antonio Candido, “se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos”.⁶⁷ Esta dialética ocorre na tensão entre a substância local e o ideal europeu, num choque entre a realidade brasileira e a educação europeia. A dialética nos é interessante para pensarmos a relação entre teoria e interpretação da sociedade, de modo que esta se fundamente com usos das teorias que são desenvolvidas em solos europeus e aqui ressemantizados para atender aos interesses dos intérpretes. Articulada às controvérsias sobre os usos teóricos, a dialética local/mundial sinaliza não apenas referências de perspectivas utilizadas pelos autores, mas os sentidos de suas argumentações.

Aproveitemos uma sugestão de Edmilson Rodrigues para analisar a relação local/cosmopolita: “a avaliação do diálogo com Portugal se torne um elemento-chave – não só por reflexo e oposição, mas por pesquisa”.⁶⁸ Ele indica que na passagem da “autoafirmação” para a “autoconfiança”, onde não existia mais a necessidade de rebelar-se contra Portugal e quando os intelectuais passaram a falar de Portugal sem necessariamente apontar semelhanças e diferenças, o movimento da modernidade fez com que aqueles pensadores vislumbrem suas potencialidades e capacidades para interpretar a nação e gerir teorias. Marca deste movimento é o texto-elogio que Veríssimo republica na *RB* sobre o literato português Almeida Garrett na ocasião de seu centenário.

No artigo, Veríssimo exalta Garrett como “homem representativo” de sua nação, intérprete e educador de sua geração e do seu mundo “porque ao mesmo passo que definem os sentimentos da sua “raça”, do seu povo, do seu tempo, alumiam o seu sentimento, provocam a

⁶⁵ RODRIGUES, Antonio Edmilson. Cultura política na passagem brasileiro do século XIX ao século XX. In: LESSA, Mônica Leite & FONSECA, Silvia C. P. de Brito. *Entre a Monarquia e a República*. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 210.

⁶⁶ Ver CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

⁶⁷ *Idem, Ibid.*, p. 109.

⁶⁸ RODRIGUES, Antonio Edmilson. *Ibidem*, p. 211.

sua atividade, guiam a sua ação”.⁶⁹ Sem pretender generalizar o pensamento de Veríssimo aos outros colaboradores da revista, este texto é exemplar do diálogo entre a produção intelectual brasileira e portuguesa, uma pesquisa que busca avaliar as influências do escritor português na sua terra e no Brasil. E se o trânsito da exposição de Veríssimo se estabelece de Portugal para o Brasil, faz-se antes como tentativa de compreender os desenvolvimentos da literatura nos dois países a partir da obra de Garrett.

As interpretações sobre a modernidade brasileira circulavam mais ou menos em três eixos argumentativos: brasilidade como cópia, brasilidade como imitação e brasilidade como ruptura.⁷⁰ Aproveitando esta leitura de Edmilson Rodrigues, pensemos que o primeiro eixo é caracterizado por um cosmopolitismo que observa na história nacional algumas limitações e supõe que a alternativa seria copiar as instituições e costumes europeus; esta interpretação é característica de intelectuais como Joaquim Nabuco. O segundo eixo interpreta o desenvolvimento do país a partir da história ocidental, apontando uma “relação de combinação entre a dimensão local e a universal”;⁷¹ são característicos deste grupo os usos teóricos dos evolucionismos. Por fim, o terceiro eixo argumentativo se apropria do romantismo propondo uma história do Brasil a partir da superação com o vínculo europeu, buscando a singularidade nacional pelo elogio à natureza; tendência que busca no ufanismo polícarpiano a exaltação nacional, imprimindo a sua fala um otimismo exacerbado. É importante termos em mente que estas linhas de interpretação do Brasil não são engessadas e que alguns intelectuais circulavam entre elas.

Estes pensadores desejaram intensamente pertencerem ao mundo europeizado ou civilizado demandava o investimento na produção e circulação científica: “a ciência era vista (...) como o veículo que levaria o país a percorrer o caminho rumo à civilização”.⁷² Era, pois, importante criar espaços e meios para ampliar o acesso à ciência e, sobretudo, à leitura, que era um hábito de uma pequena parcela da população no período. Diante disso, espaços como academias, cursos superiores, museus, assim como conferências públicas e periódicos, foram primordiais para se expandir o alcance do debate científico. As revistas literárias como a *RB* eram eminentes espaços de expansão da possibilidade de compreensão científica, atraindo um público

⁶⁹ VERÍSSIMO, José. Garrett e a literatura brasileira. In *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XVII, 1899, p. 156.

⁷⁰ RODRIGUES, Antonio Edmilson. *Op. Cit.* p. 211 e 212.

⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 211.

⁷² CARULA, Karoline. *A tribuna da ciência*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 27.

que não necessariamente participava de centros de desenvolvimento de ciência, como os museus, faculdades e institutos.

Com efeito, o núcleo editorial⁷³ elegia como “função social” da publicação o estreitamento das relações entre escritores e estudiosos com intuito de servir como meio privilegiado ao caminho trilhado para a “civilização”. Nas palavras dos editores, “viria exercer uma função social de criar e estreitar entre os estudiosos e escritores de todo o país relações de confraternidade espiritual e de levar por todo ele as vozes daqueles que nas letras, nas ciências, nas artes são os órgãos do sentir e do pensar nacionais”.⁷⁴ Neste sentido, a vulgarização científica tinha o expressivo papel de ampliar o conhecimento sobre ciência através de três exercícios: entretenimento aliado à instrução, abrangência de alcance e rigor científico com linguagem acessível.⁷⁵ É com este objetivo que o professor da Escola de Politécnica, Álvaro Joaquim de Oliveira, publica a introdução de seu livro, *Elementos de química*, no décimo primeiro tomo da *RB*. Ou seja, não só explicar os processos de desenvolvimento de uma investigação científica, mas, sobretudo, suas finalidades. Em suas palavras:

Fazendo-nos conhecer aproximadamente a ordem natural, a ciência não só alimenta e desenvolve a nossa inteligência melhorando as nossas concepções, que assim traduzem cada vez mais fielmente o espetáculo exterior, mas aperfeiçoa igualmente os nossos atos e sentimentos: os atos guiando-nos nas circunstâncias em que devemos agir, dentro dos limites de nossa intervenção, para modificar aquela ordem natural; os sentimentos, fazendo-nos conhecer a fatalidade das principais condições de nossa existência: o que predispõe, diante do destino comum aos seres do nosso planeta, ao desenvolvimento os melhores motores de nossas almas; desenvolvimento esse que se realiza mais facilmente pelo conhecimento das leis da natureza humana ou da moral.⁷⁶

O “espetáculo exterior” ao qual o autor se refere é o mundo em interação com o sujeito, que o interpretaria de maneira mais eficaz se utilizasse a lente da ciência para tornar os “atos” e “sentimentos” humanos mais convenientes para a experiência com o mundo. Na “introdução ao estudo das ciências” buscava-se não apenas definir os processos de produção de conhecimento,

⁷³ Chamo de núcleo editorial aqueles que estão mais próximos de José Veríssimo, contribuindo para a continuidade da revista, tais como Magalhães de Azeredo, Machado de Assis, Silvio Romero, entre outros.

⁷⁴ Editorial. In. *Revista Brasileira*, t. I, 1895, p. 3.

⁷⁵ VERGARA, Moema de Rezende. As representações de ciência em espaços de divulgação no Brasil oitocentista: uma nova pedagogia. In. MOLLO, Helena Miranda *et alli*. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 172.

⁷⁶ OLIVEIRA, Álvaro Joaquim de. Introdução ao estudo das ciências. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XI, 1897, p. 265.

antes, uma defesa da ciência como elemento indispensável para o crescimento humano e, por conseqüência, nacional.

Além de um sentido mais prático de transformação da vida cotidiana, a ciência estava vinculada às formulações e reflexões acerca da nação e sua população. Com efeito, no último quartel do século XIX as preocupações com a nacionalidade estavam relacionadas às elucubrações científicas a partir, principalmente, dos evolucionismos e positivismos. A ciência era proclamada como a grande redentora da humanidade, ocupando espaços relevantes nos jornais e revistas como a portadora do progresso e da “civilização”. Os artigos com base nos racialismos, portanto, estavam ligados à pretensão de expandir seus sentidos e significados para além das academias, faculdades e institutos onde eram pesquisados, e a revista oferecia um suporte especialmente eficaz para tais finalidades.

A predisposição à polêmica, a preocupação com a relação entre Brasil/mundo (ou, pelo menos, o ocidente) e a pretensão à qualidade de ciência eram marcas do cenário intelectual brasileiro do final do século XIX. Alguns deles buscaram se distanciar do governo, como é o caso de Veríssimo, prezando a profissionalização do escritor; mas podemos pensar também que pretendiam a autonomia dos seus lugares de fala para reclamar maior autoridade. A *RB* serviu de plataforma para a reflexão cultural que articulava ciência, literatura e política, transmitindo aos articulistas a missão de contribuir para o progresso moral e “espiritual” da nação. Do Ouvidor se projetava uma estrutura de sociabilidade intelectual que reivindicava a si o exercício “de dar um órgão à vida espiritual brasileira”.

1.3 O intelectual e o periódico, o suporte e as ideias

A moderna noção de intelectual aparece relacionada a certo ativismo no debate público desde, pelo menos, o “caso Dreyfus”, na Paris *fin-de-siècle*. Ela se refere àqueles que, a partir da atividade crítica e pelo prestígio social que possuem, intervêm no debate público, muitas vezes denunciando alguma injustiça. Neste sentido, seguindo os apontamentos do filósofo Francis Wolff, existem três condições para a emergência do intelectual: o “sujeito social” que trabalha com o pensamento de maneira crítica e a partir de algum conhecimento não-técnico; um “objeto de conhecimento universal” que possa ser debatido com a ciência de que são valores morais

universais; e, por fim, um “espaço público” de atuação intelectual que deve permitir-lhe a liberdade necessária para expressão, circulação de ideias e um regime político sensível à opinião pública.⁷⁷

Pensando no intelectual como um agente político que age no debate público, ele manifesta-se nesta esfera como um vigoroso defensor de determinadas perspectivas; dentre elas, o progresso e a “civilização” se destacam no século XIX. O sujeito social que se envereda pela atividade do pensamento crítico no âmbito público busca, mais do que interpretar ou transformar o mundo, apresentar possibilidades que sensibilizem outros sujeitos sociais num ato de identificação pública de demandas pessoais ou intersubjetivas. Este intelectual, observador de um mundo em constante transformação e consciente de que sua singularidade produz uma infinidade de interpretações, busca intervir no debate público apresentando à sociedade que lhe é sensível uma concepção cara a ambos. Neste sentido, percebemos que este intelectual aparece no final do século XIX não só como formador de opinião pública, mas, como aquele que estimula a circulação de ideias. Esta forma de entender o intelectual não é fruto de uma circunstância específica – o sujeito do *j'accuse* –, mas de uma experiência de mundo mais ou menos comum no ocidente, que é a maneira como as ideias são postas em circulação.

Tomemos como exemplo as ocorrências na *RB* do caso de Canudos; a primeira foi numa coluna sobre política publicada no último fascículo do nono tomo, escrita à 14 de março de 1897, quando a terceira expedição apontava seus insucessos. Ferreira de Araújo assinava a coluna *Política da RB*, onde defendia fervorosamente a República. Na revista da segunda quinzena de março o autor alertava:

não era favorável a situação do país, que estava ainda a sofrer as conseqüências dos desastres que nos tem cercado, mas havia calma, tranqüilidade, baseados na crença de que estava terminada a era das revoltas e de que a todos os espíritos tinha chegado a convicção de que não há de esperar reformas melhoramentos úteis promovidos por meios revolucionários.⁷⁸

Preocupado com as recorrentes crises da jovem república, que dificultava a estabilização e rotinização do novo regime, Ferreira Araújo cobra das autoridades políticas urgência no trato

⁷⁷ WOLFF, Francis. O dilema dos intelectuais. In. NOVAIS, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, pp. 47 e 48.

⁷⁸ ARAÚJO, Ferreira de. Política. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. IX, 1897, p. 379.

com a insurgência na Bahia. Ele advertia que a “calma, tranqüilidade” dos dirigentes da república era responsável pela baixa de ilustres combatentes, como o coronel Moreira Cesar. À persistência da “revolta”, assegura o autor:

é preciso vingar a morte de tantos bravos (...), é preciso que nova cilada não abra mais feridas no coração da Pátria. Agir com cautela e segurança, exterminar de vez aquela horda que, ainda que não fosse de inimigos das instituições, é pelo menos um elemento de perturbação que pode irradiar, e seria uma vergonha para o governo que a tolerasse e a deixasse impune.⁷⁹

Ferreira Araújo escrevia no calor do momento, falava aos cultos leitores da *RB* a necessidade não só de preservar e valorizar o novo regime, mas, sobretudo, de construir uma opinião pública republicana.

Depois dos argumentos politicamente enfiados de Araújo, a revista publicou já no último tomo de 1897 os relatos psico-etnográficos de Nina Rodrigues, que acompanhara os conflitos como médico de campanha. O médico-legista buscava dar uma impressão científica aos ocorridos na Bahia, mobilizando saberes etnográficos e psiquiátricos para explicar o sucesso de Conselheiro na mobilização popular. O autor – que escreveu na última expedição e publicou dias após o fim dos conflitos – sugeria a necessidade de uma pesquisa sociológica para apreender o estágio evolutivo da “população nômade dos sertões”, só assim a loucura de Antônio Conselheiro seria melhor compreendida: a partir da relação entre o meio e a psicose.⁸⁰ Nina Rodrigues trazia cientificidade ao debate público, seu prestígio social de homem de ciência agregou ao espaço da revista uma autoridade sobre o tema e seu texto buscava sensibilizar a opinião pública para uma atenção maior às populações mestiças do sertão.

No final de 1899 Euclides da Cunha publica fragmentos de suas anotações jornalísticas do conflito, trouxe ao debate algum lirismo numa linguagem que combina literatura de viagem, jornalismo e análise sociológica. A narrativa tem um início vertiginoso própria do aceleração temporal do período: “a remoção dos doentes e feridos para Monte-Santo era urgente. Assim partiram logo as primeiras turmas protegidas por uma força de infantaria até o extremo sul da zona perigosa”.⁸¹ O autor descreve o cenário da Guerra como faziam os viajantes do XIX:

⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 380.

⁸⁰ RODRIGUES, Nina. A loucura epidêmica de Canudos. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XII, 1897, p. 130.

⁸¹ CUNHA, Euclides da. Guerra no sertão. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XIX, 1899, p. 270.

fazendo da mão e da pena os olhos e escrevendo aquilo que via, acrescentando à descrição a leveza do estilo jornalístico do final do século. A circulação de ideias e o debate público sobre questões como Canudos fazem do intelectual um sujeito capaz de elaborar interpretações privilegiadas sobre a sociedade e da revista um espaço de enunciação estimado. Neste sentido, a emergência da figura do intelectual moderno está ligada aos espaços de circulação de ideias num momento de aceleração da troca de informações.

O conjunto de processos evocado pela dinamização do espaço público⁸² reforça alguma sensação de aceleração do tempo, ou seja, as transformações político-sociais e as inovações científicas fornecem ferramentas de interpretação do cotidiano cada vez mais imediatas. As novidades tecnocientíficas da segunda metade do século XIX propiciaram maior agilidade na circulação de ideias, ensejando uma discussão maior e mais veemente acerca do mundo com os avanços na imprensa. A vida moderna engendra uma percepção do tempo gradativamente acelerada, transitória, contingente, uma experiência efêmera de interpretação do mundo. As revistas apresentavam esta transitoriedade das ideias, tanto no que diz respeito à circulação, quanto na brevidade de suas pretensões. Jacqueline Pluet-Depatin, ao estudar as revistas como centro de sociabilidade intelectual, ressalta que

as revistas não são livros. Não seria justo criticar um artigo de revista por sua confecção rápida e superficial. Ele não tem caráter eterno. Não é pensamento sob sua forma definitiva. Mas também não é a crônica jornalística que se lê tomando um chocolate.⁸³

Podemos relacionar estas reflexões às sugestões de Monica Pimenta Velloso: “as revistas desempenham um papel estratégico e de grande impacto social” como “obra em movimento”,⁸⁴ pois o artigo possui o caráter dinâmico próprio da vida moderna. Segundo a autora,

em contraposição do livro, que evoca o caráter de eternidade, o artigo de uma revista jamais expressa um pensamento de forma definitiva. Situando-se na correnteza dos

⁸² Marco Morel define “espaço público” como “cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, que não se confundem com o Estado; a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral dos agentes históricos diversificados; e os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas”. Ver MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Op. Cit. p. 17.

⁸³ PLUET-DEPATIN, Jacqueline. La Belle époque des revues. *Apud*. CAMARGO, Katia Aily F. A revista como fonte de pesquisa. In. *Educação: teoria e prática*. V. 13, N. 24, 2005, p. 81.

⁸⁴ VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In. ____ et alli. *O moderno em revista*. Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 43.

acontecimentos e daí extraindo seu roteiro de ideias e pontos de discussão, a revista é marcada por uma escrita dinâmica e reflexiva. É justamente por essa sua relação específica com a temporalidade que ela se distingue nitidamente do jornal. Se ambos se debruçam sobre um tempo acelerado, típico da cultura do modernismo, a revista não visa captar a atualidade imediata.⁸⁵

O formato do artigo é, pois, muito apropriado ao leitor moderno que demanda mais informações sobre o mundo e em tempo mais ligeiro, muitas vezes trazendo conteúdos transitórios, efêmeros e contingentes. Neste sentido, “as revistas apresentam-se como lugar estratégico na construção, veiculação e difusão do ideário moderno”,⁸⁶ abordando o conhecimento do mundo de maneira inteligível à agilidade das novas experiências urbanas. Com efeito, no editorial à terceira fase da *RB*, José Veríssimo assinala que a empreitada tem por finalidade alimentar os leitores modernos com um formato apropriado e que uniria os espíritos da modernidade:

mais facilmente que o jornal ou o livro, pode a revista recolher de todo o país e por todo ele disseminar as manifestações da sua vida espiritual, sendo ao mesmo tempo um centro de convergência e irradiação de todas elas. E assim, sem sair de sua esfera, viria exercer uma função social de criar e estreitar entre os estudiosos e escritores de todo o país relações de confraternidade espiritual e de levar por todo ele as vozes daqueles que nas letras, nas ciências, nas artes são os órgãos do sentir e do pensar nacionais.⁸⁷

A revista era um suporte que desempenhava, neste mundo moderno, a função de fazer circular as ideias de forma dinâmica, transitória e contingente. O que tornava, muitas vezes, experimental o teor das abordagens dos artigos da revista, tendo em mente que “seu veículo de difusão (...) influencia diretamente a significação dos textos nele inseridos”.⁸⁸

A imprensa aparece como referência de modernidade e do que havia de novo naquela sociedade. Um periódico literário como a *RB* trazia não só temas da literatura, como também da sociologia, da política, das ciências, entre outros, para o debate público de maneira que leitores não especializados tivessem acesso a estas discussões. Como sugere Débora El-Jaick, as revistas

⁸⁵ *Idem, Ibid.*

⁸⁶ VELLOSO, Monica Pimenta. *Op. Cit.*, p. 49.

⁸⁷ Editorial. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. I, 1895, p. 3.

⁸⁸ CAMARGO, Katia A. *Ibidem*, p. 81.

literárias “propunham-se a difundir o saber científico e estimular a literatura nacional, compostas de textos ligeiros e amenos”.⁸⁹

1.4 Rede de colaboradores

As estruturas de sociabilidade intelectual são disposições sociais de relativa complexidade de serem apreendidas, pois formam intrincadas tramas estabelecidas pelo contato entre sujeitos que nem sempre são evidenciadas na literatura que fica. As revistas, desta maneira, conseguem dar conta de alguma relação entre intelectuais diversos que atuam num determinado momento e em espaços nem sempre aproximados. Jean-François Sirinelli destaca que

as revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão e exclusão ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade.⁹⁰

Tais estruturas se constituem como espaços públicos onde o debate se estabelece numa tensão entre projetos e leituras diferentes. Numa revista, estes debates são expostos revelando a relação de afetividade entre o grupo coordenador e o intelectual que encaminha as ideias em discussão. Neste sentido, a *RB* oferece ao intelectual uma ferramenta para certo ativismo no debate público, assim como um suporte de sociabilidade que pode ser observada tanto nas páginas da revista – entre os textos que se estabelecem como referências uns aos outros –, como na sede que servia de encontro para o *5 o'clock tea*.

Próximos ao núcleo editorial da revista haviam escritores e pensadores que se dedicavam ao êxito dos frutos da *RB*; entre outros, Machado de Assis e Magalhães de Azeredo eram colaboradores tão assíduos quanto preocupados com o periódico. Azeredo escrevia, em carta para Machado de Assis, do gosto por empenhar-se “em auxiliar o José Veríssimo na medida das [suas]

⁸⁹ ANDRADE, Débora El-Jaick. A imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX: *O Guanabara* em defesa da arte e dos artistas nacionais. In. ENGEL, Magali. *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, pp. 15 e 18.

⁹⁰ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996, p 149.

forças, porque a *Revista* satisfaz uma necessidade nacional”.⁹¹ Há na correspondência entre estes dois escritores uma vontade pela conservação da *RB*, além de um compromisso de Machado de Assis em fazer publicar os textos de Azeredo quando este, em sua carreira de diplomata, se encontrava distante. No entanto, importa-nos mais, por ora, o movimento das ideias dentro deste espaço de sociabilidade que é a revista.

Para além da proximidade entre Veríssimo, Azeredo e Machado de Assis, a revista agregava nomes de grande reputação, alguns que estavam em começo de carreira e outros que, apesar da juventude, já eram reconhecidos em suas áreas de atuação. Sem a pretensão de desenhar alguma face para a revista, podemos imaginar (com base nos colaboradores mais freqüentes e das temáticas recorrentes) alguns de seus direcionamentos. Para tanto, seria interessante esboçar brevemente as vivências de alguns autores que publicaram na revista, sujeitos das mais diferentes idades e momentos de suas carreiras.

Machado de Assis, Araripe Junior, Joaquim Nabuco e Silvio Romero eram dos mais experientes autores que publicavam no periódico, e na segunda metade dos anos de 1890 já haviam publicado suas obras mais significativas. Machado já era um renomado autor e escrevia crônicas para a imprensa que demandava a astúcia de sua pena para captar os traços da vida urbana carioca. Era quem mais reivindicava um espaço reservado ao prestígio das belas letras no círculo de escritores ao qual fazia parte. Araripe já havia escrito boa parte de sua obra ficcional e se dedicava à crítica literária, que se encontrava dispersa em diversos artigos de revistas e jornais. Num deles buscou analisar as formas da literatura naturalista no Brasil, no que chamou de “estilo tropical”, onde interpretou tal linguagem com base na teoria de Taine (“raça”, meio e momento) apontando a originalidade do romance brasileiro. Nabuco era um monarquista liberal conhecido pela campanha abolicionista, além de um “historiador político”⁹² nas palavras de José Veríssimo. Teve intensa produção intelectual na década de 1890 – sendo que dois de seus mais importantes livros, *Um estadista no Império* (1897-99) e *Minha formação* (1900), foram publicados nesta segunda metade de década e tiveram trechos divulgados na *RB*. Silvio Romero era o polemista da

⁹¹ MACHADO DE ASSIS, J. M. *Correspondência de Machado de Assis*: tomo III, 1890-1900. Coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro : ABL, 2009, p 301.

⁹² Quando do lançamento do primeiro volume de *Um estadista do Império. Nabuco de Araújo e sua vida*, Veríssimo publicou uma resenha onde analisa a obra como uma história política do Brasil no império. Ver VERÍSSIMO, José. Um historiador político – O Sr. Joaquim Nabuco. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XIV, 1895.

pena impolida, no dizer de Araripe Junior, na segunda metade de 1890 já havia polemizado com diversos intelectuais e escritores brasileiros e estrangeiros. Era também autor de uma série de ensaios e críticas, *História da literatura brasileira*, de 1888, era sua obra magna.

Clóvis Bevilacqua, Lucio Mendonça e Nina Rodrigues são mais novos que os autores acima citados, em termos geracionais eles estavam em vias de consolidação da carreira. O primeiro vivia uma intensa atividade intelectual na segunda metade da década de 1890, só de 96 a 99 publicou seis estudos sobre o direito. Seu prestígio na seara jurídica e sua posição de professor em Recife o levaram à frente da redação do projeto de Código Civil, de 1916. Mendonça estava preocupado com a formação de uma agremiação literária que reunisse as mais ilustres penas das letras brasileiras e que fosse mais duradoura que as anteriores. Freqüentador do chá das cinco da *RB*, foi numa destas reuniões que revelou a ideia da Academia para alguns amigos próximos, como Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Já Nina Rodrigues não fazia parte do círculo intelectual da *RB*, apesar de ter se formado no Rio de Janeiro no final dos anos de 1880. No entanto, sua ascendente carreira de homem de ciência reforçava nas páginas da revista a cientificidade pretendida. Na segunda metade de 1890, Nina elaborava diversos estudos etnográficos sobre a população negra brasileira.

Fausto Cardoso foi um bacharel formado nos idos da década de 1880 na Faculdade de direito do Recife, que na época sofria a mudança dos novos tempos e formava cada vez mais jovens da “classe média urbana, que crescentemente se distanciavam da hegemonia rural”.⁹³ Ainda segundo Lilia Schwarcz sobre a dita “Escola de Recife”, “esses intelectuais compartilhavam da sensação de que a ciência pode tudo e de que existiria uma verdadeira tarefa, uma missão a ser cumprida”.⁹⁴ Recife era um dos grandes centros de produção intelectual, demasiadamente imerso neste ímpeto cientificista; Fausto Cardoso participou de vários círculos de debates literários e filosóficos neste período. Depois se encaminhou pela política.⁹⁵ Em 1894 escreveu um livro bem debatido e recebido à época, *Concepção monista do universo. Introdução ao cosmo do direito e da moral*, onde explicitava e defendia aspectos da ciência monista e seu emprego no direito.

⁹³ Sobre estas questões e a produção intelectual de Recife ver Lilia Schwarcz, *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das letras, 1993, p. 150.

⁹⁴ *Idem, Ibid.*

⁹⁵ <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARDOSO,%20Fausto.pdf>. Acessado 30/05/2016

Graça Aranha, Oliveira Lima e Magalhães de Azeredo são os mais novos dos autores que destacados para esta breve explanação, três diplomatas, ambos membros fundadores da ABL. Dois deles formados em Recife Magalhães de Azeredo em São Paulo. No período tratado, Azeredo trabalhava no Uruguai e, posteriormente, na Itália, Oliveira Lima servia em Washington e Aranha exercia a magistratura no interior de Espírito Santos, experiência que lhe rendeu *Canaã*, em 1902. Ambos do mesmo círculo literário, assíduos correspondentes de Machado de Assis – que aparece aqui como o ponto central do meio intelectual ao qual a *RB* estava inserida. Para além da proximidade com Machado de Assis e José Veríssimo, a intenção de esboçar alguma imagem dos intelectuais que contribuiram com a *RB* era traçar não alguma homogenia artificial, mas, antes, tratar da heterogenia dos articulistas, que possuíam diferentes profissões, concepções filosóficas, formações e estavam, como busquei desenhar, em momentos diversos de suas carreiras. A centralidade de Machado e Veríssimo, assim como do escritório da *RB* no Ouvidor, servia antes para o que Graça Aranha dizia, em palestra, a um público argentino:

Todas as tardes no Rio de Janeiro, antes que o sol transmonte, um grupo de homens se reúne em uma pequena e modesta sala. É o *Five o'clock tea* da *Revista Brasileira*, refúgio suave, tranqüilo da tormentosa vida fluminense. (...) Recolhemo-nos àquele retiro e reciprocamente nos infiltramos de fluidos intelectuais.⁹⁶

É notável a dedicação aos temas jurídicos – talvez pela proximidade em relação à reconstrução do Estado com a nova roupagem republicana. Os assuntos constitucionais ou legais preencheram boa parte da revista. Por se tratar de uma publicação literária, os textos de ficção são abundantes, trazendo para suas páginas romances, poemas e contos de diversos escritores. Os textos jurídicos só perdem, em espaço, para os de ficção, e em terceiro lugar estão as vulgarizações científicas que Moema Vergara estudou. Por fim, os textos de crítica literária e aqueles que tratavam de fazer uma interpretação social, seja pela história, pela sociologia ou pela etnografia, ganhavam uma expressiva atenção na revista.

Veríssimo pretendia lançar uma publicação de ciências, letras, artes e política, fazendo do espaço do periódico uma reservada e elevada tribuna, onde os assuntos que ele imaginava mais necessários e pertinentes ao mundo culto brasileiro fossem tratados com o cuidado de cada autor. Como inscrito no editorial: “em política, em filosofia, em arte não pertence a nenhum partido, a

⁹⁶ ARANHA, Graça. A literatura atual do Brasil. In *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XIII, 1895, p. 184.

nenhum sistema, a nenhuma escola. Pretende simplesmente ser uma tribuna onde todos os que tenham alguma coisa que dizer e saibam dizê-la, possam livremente manifestar-se”.⁹⁷ Como um suporte para a discussão de questões importantes dos pensadores brasileiros, a *RB* imprimiu horizontes latentes de possibilidades que ajudam a dar conta dos debates intelectuais e da relação entre expectativas de escrita e expectativas de recepção.

1.5 Horizontes políticos e intelectuais

Reunidos no segundo tomo, a partir de um questionário elaborado por Veríssimo, diversos autores responderam sobre “A questão do Rio Grande”⁹⁸ seus pontos de vista para a resolução. Veríssimo indagou pensadores que, segundo acreditava, possuíam propriedade para a resposta “pelo seu saber jurídico, pela sua posição social ou política, ou pelas suas capacidades profissionais de jornalistas ou publicistas”.⁹⁹ A pergunta elaborada por Veríssimo pedia para o conhecimento jurídico e político: “quais são, ou vos parecem, os meios de nos limites da Constituição e das leis, resolver a chamada ‘questão do Rio Grande’?”.¹⁰⁰ Dentre aqueles que enviaram a resposta para publicar na revista, estavam: Pedro Tavares Junior, Medeiros e Albuquerque, Silvio Romero, Thomaz Alves Junior, Ferreira de Araujo, Fernando Mendes, Severo Macedo, Francisco Portella, Frederico Borges e J. Izidoro Martins Junior. As respostas em sua maior parte atentam para a pouca importância do direito para a resolução do problema. Silvio Romero diz que a indagação “afigura mais uma grave e complicada questão política do que um mero problema de direito estrito”, e acrescenta ainda que “só o estadista hábil, de posse de todos os esclarecimentos, de todos os dados, de todas as fontes de informação, poderá orientar-se com segurança no meio de tão incandescente debate”.¹⁰¹ Romero, assim como boa parte dos outros autores, assinala que tal debate deveria ser realizado, antes de tudo, partindo da política.

A década de 1890 foi um período de grandes projetos nacionais: alguns mais entusiastas e outros mais pessimistas. A realidade política inaugurada com a República e os progressos

⁹⁷ Editorial. In. *Revista Brasileira*, t. I, 1895, p. 3.

⁹⁸ Trata-se da Revolta Federalista que ocorreu entre 1893 e 1895, tendo como motivo maior autonomia dos estados do sul.

⁹⁹ “A questão do Rio Grande”. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. II, 1895, p. 257

¹⁰⁰ *Idem*.

¹⁰¹ “A questão do Rio Grande”, *Op. Cit.*, p. 267.

técnicos na área da imprensa possibilitaram uma nova experiência para os letrados. Eles não estavam mais preocupados somente com a inserção social, mas com a profissionalização e atuação política, como já destacado anteriormente. Antonio Dimas aponta que “o homem de letras não se contentava mais com o simples prestígio que o jornal lhe dava nem com o alcance modesto de sua possível influência intelectual”, e acrescenta que “queria ser remunerado condignamente, assim como alargar sua ação e atuar como consciência crítica de um país em que os políticos de valor já eram matéria escassa”.¹⁰² Desta maneira, pensadores sociais e homens de ciência buscavam uma interação mais autônoma com o governo, na tentativa de formulação de políticas a partir de um argumento de autoridade que se pretendia legitimado pela ciência.

Os conflitos sociopolíticos da nascente República levantaram dúvidas sobre o futuro da nação, tornando-se tema de elucubrações de intelectuais e políticos. Eles repensaram a nação em meio às transformações experimentadas neste *fin-de-siècle* brasileiro e a meta era reestruturar o país nos padrões civilizacionais dos europeus. Estes tempos de mudanças – caracterizados pela sensação de ausência e idealizados pela esperança de “ordem e progresso” – engendraram reflexões não tão novas sobre o povo brasileiro. Sob nova roupagem, o problema da identidade nacional emergia como dilema legado pelo Império à República. Para tanto, o novo regime acabou adotando o lema (liberdade, igualdade e fraternidade) da Revolução Francesa com novas aspirações.

Na década de 1880, a monarquia tinha baixa popularidade, sobretudo com a possibilidade de um monarca estrangeiro num terceiro reinado, porém, a falta de clamor público pela monarquia não conferiu à república caráter popular, a própria propaganda republicana não incorporou segmentos populares. O tom moderado e ordeiro dos republicanos não percutiu a crise do Império e as pautas mais radicais davam conta de reverter a hipercentralização monarquista. Os desafios da República eram incomensuráveis, os compromissos dos primeiros governos com um sem-número de projeções ideológicas era a marca do que de caótico havia naqueles tempos. Consumado o Golpe de Estado, formado o governo provisório, a demanda se tornava a rotinização da política, a resolução dos conflitos sociopolíticos, a elaboração de um futuro civilizado para a nação, etc. Com efeito, tratava-se de dar sentido ao novo regime. A não-

¹⁰² DIMAS, Antonio. A encruzilhada do fim do século. In. PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1994, v. 2, p. 552.

realização de inúmeras pautas republicanas levou a uma rápida sensação de decepção com o novo regime.

O imaginário republicano, segundo Antonio Guimarães, buscou “reduzir os ideais de liberdade ao fim do cativo, limitou a igualdade aos limites das classes sociais, e fez da fraternidade entre as “raças” o solo único da solidariedade social”.¹⁰³ Como o autor sugere no título do artigo: a liberdade é negra e está posta no fim da escravidão, a igualdade está inerente ao mundo dos brancos e a fraternidade é mestiça; e ainda, a “utopia do branco” é atingir aquela meta da “civilização” europeia nos trópicos e o “medo de preto” se dá pelo virtual anseio de revoluções escravas. O abolicionismo, sobretudo na década de 1880, é um movimento político e social central para este empreendimento na década seguinte.

A abolição tardou num processo lento e penoso nas discussões da elite política. Talvez por isso que tenha sido comemorada pelos populares com tanto ardor e fez de muitos negros adoradores da monarquia, inclusive o republicano José do Patrocínio, apontado como um dos criadores da Guarda Negra e defensor da Princesa Isabel. O debate abolicionista tocava num ponto central das reflexões sobre a nação, qual seja, o da população. Hebe Mattos nos assegura, neste sentido, que “a questão da abolição não era algo que se reportava apenas a questões econômicas, relativas à ‘mão-de-obra’; incidia diretamente na própria definição de cidadão brasileiro”, e diz ainda que “até 1871, e mesmo depois, havia muita discussão jurídica sobre as limitações da cidadania dos que obtinham alforria”.¹⁰⁴ Portanto, quando as discussões acerca do processo de abolição foram ganhando mais adeptos entre os políticos e intelectuais, uma nova questão aparece ainda de forma embrionária: as relações entre “raça” e identidade nacional.

A instabilidade dos primeiros anos da república, perceptíveis na série de crises como em na revolta federalista, na revolta da armada, na guerra de Canudos, entre outras, apontam para momentos rápidos e recorrentes de vazio de poder – esta vacuidade se intercalava com os momentos de crise. A *RB* reaparece pouco mais de cinco anos após a república, dirigida por um republicano decepcionado com os resultados da proclamação. Veríssimo, numa resenha sobre o livro de Silvio Romero, *Doutrina contra doutrina*, dizia que “no Brasil (...) não se pode dizer haja

¹⁰³ GUIMARÃES, A. S. A. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade branca e a fraternidade, mestiça). In. *Contemporânea - Revista de sociologia da UFSCar*, n. 2, p. 17-36, jul./dez. 2011, p. 18.

¹⁰⁴ MATTOS, Hebe. “Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil”. In. SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 3, p. 24.

alguma coisa organizada”.¹⁰⁵ O autor dizia, com base num desgosto com o governo republicano, que o positivismo não era uma organização tão madura e que, se ganhou seguidores no momento do governo provisório, fez emergir uma série de oportunistas que só buscavam a aproximação com o poder.

Decorridos cinco anos, o cenário político e social não passava segurança aos observadores da vida governamental: “este período é em nossa vida nacional de reorganização política e social. A *Revista Brasileira* não poderia ficar alheia e estranha”,¹⁰⁶ escrevia Veríssimo no editorial. E o periódico publicou diversos artigos acerca destes tempos instáveis, em 1896 no segundo fascículo do quinto tomo começaria a imprimir uma coluna sobre política assinada por Ferreira de Araújo, fervoroso republicano, como já dito. Araújo defendia que “o Brasil é e tem de ser republicano, e o dever de todo brasileiro é cooperar para que dos erros cometidos se aproveitem lições, e para que a República seja a realidade brilhante que deve ser”.¹⁰⁷ Portanto, mesmo com a decepção de Veríssimo, assim como a de outros intelectuais republicanos, com o regime imposto, ele fazia publicar na revista defesas à república e a um horizonte político republicano.

Tendo não se mostrado indiferente às questões sociopolíticas da vida nacional, os editores da revista acabavam abrindo espaço para a circulação de ideias muitas vezes conflitantes. O periódico publicava textos complexos acerca de determinado tema, tornando a relação entre expectativas de escrita e recepção, ao mesmo tempo, tensa e criativa. Ou seja, os horizontes latentes de possibilidades de uma ideia impressa na revista poderia produzir uma rede de criatividade sobre algum tema, mobilizando diversos autores ao debate intelectual que se tornaria público. Os movimentos das ideias e o espaço pretendido privilegiado de fala da *RB* lançam um outro horizonte de expectativa: o desejo de tornar o argumento em debate atraente às esferas de exercício do poder. Tomemos como exemplo, dada a proximidade com a promulgação do Código Penal e o silenciamento dos movimentos sociais de negros, o debate a respeito da criminalidade a partir da antropologia criminal.

Ao mesmo tempo em que os desenvolvimentos da Nova Escola Penal chegavam ao Brasil, intelectuais apontavam para a necessidade de integrar à sociedade o negro liberto, supondo que eram naturalmente predispostos ao crime. Seria preciso frear a “onda negra” a partir

¹⁰⁵ VERÍSSIMO, José. O positivismo no Brasil. ”. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. IV, 1895, p. 298.

¹⁰⁶ Editorial. In. *Revista Brasileira*, t. I, 1895, p. 3.

¹⁰⁷ ARAÚJO, Ferreira de. Política. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. VI, 1896, p. 128.

de dispositivos sociais normativos, dado que a radicalização da luta antiescravista¹⁰⁸ dos anos de 1880 produziu uma linguagem de violência que fugia à ordem. A campanha abolicionista buscou ordenar o fim da escravidão propondo alguma integração sócio racial dos negros libertos como alternativa política à possibilidade de uma revolta escrava generalizada.¹⁰⁹ Este receio não cessou com a abolição formal da escravidão, continuou na república num empenho de controle social da população que se supunha não muito afeita à ideia de ordem e de progresso. Em meio ao debate acerca do controle da “onda negra”, o “medo branco” trouxe novas concepções sobre crime estudado pela escola antropológica de criminologia: esta nova escola buscava estudar não o crime, mas o criminoso.

Em 1894 foram publicados dois livros exemplares em termos de divulgação da Nova Escola Penal, um com este título escrito pelo professor da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, Francisco José Viveiros de Castro, outro escrito pelo professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Nina Rodrigues, sob o título de *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Enquanto Viveiros de Castro, em texto mais teórico, discute o pensamento de Césare Lombroso e companhia, Nina Rodrigues aplica a teoria lombrosiana à reflexão sobre o nacional. Apesar destes autores não serem os pioneiros na discussão da antropologia criminal no Brasil, estes livros de 1894 foram um importante marco para um debate intelectual que envolvia uma diversidade de opiniões e horizontes.

Viveiros de Castro alerta logo no prefácio que os estudos e a prática jurídica no país tem dado pouca atenção ao crime, ele propõe que

no direito criminal estamos em uma ignorância miserável. Na magistratura, no professorado, na advocacia, na literatura não há senão atraso e pobreza. Os escritores limitam-se a obras de praxe, formulários e anotações, sem critério, sem filosofia, sem ciência, livros de especulação mercantil, de verdadeiro negócio.¹¹⁰

O livro é, pois, uma crítica incisiva aos teóricos do direito e uma tentativa de animar em terras brasileira as leituras sobre uma nova compreensão da prática do crime. Ou ainda, nas

¹⁰⁸ Penso que a luta antiescravista seja algo diferente da abolicionista, pois, enquanto os abolicionismos possuíam uma linguagem intelectualizada e ordeira, a luta antiescravista era efetuada pelos próprios escravos com uso caótico da violência. Ver AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites no século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁰⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op. Cit.*, p. 220.

¹¹⁰ CASTRO, José Francisco Viveiros de. *A nova escola penal*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894, p. 8.

palavras do autor: “este livro é uma vulgarização das ideias e dos princípios da nova escola penal, obra de propaganda e de combate”.¹¹¹ Segundo Marcos Alvarez, o autor sinaliza em seu texto para modernidade dos estudos criminológicos e a importância destes estudos para a renovação das instituições jurídico-penais do Brasil.¹¹² Contra uma instituição que julgava atrasada, Viveiros de Castro defendia que a Nova Escola Penal abriria “vastos e novos horizontes ao direito penal”,¹¹³ trazendo elementos da medicina e da psiquiatria para complementar a construção de uma ciência jurídica e social.

A medicina legal era o ponto de partida para que Nina Rodrigues interpretasse a responsabilidade penal no Brasil à luz do racismo, utilizando-se dos desenvolvimentos da antropologia criminal. Motivado por uma crítica ao Código Penal de 1890, o autor busca demonstrar quão cientificamente equivocado está o preceito da igualdade racial promulgado em 90. Sua leitura evolucionista ressalta que a responsabilidade penal deve estar de acordo com a homogeneidade racial desta sociedade, ou seja, num país como o Brasil é inconcebível um código igualitário. Segundo Rodrigues, seriam necessárias leis diferentes para “raças” em diferentes estágios evolutivos, pois

a concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequência uma inteligência da mesma capacidade em todas as raças, apenas variável no grau de cultura e passível, portanto, de atingir mesmo num representante das raças inferiores, o elevado grau a que chegaram as raças superiores, é uma concepção irremissivelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos.¹¹⁴

Nina Rodrigues diz ser um absurdo tornar responsáveis criminalmente sujeitos que pertencem às “raças inferiores” que não tinham desenvolvido ainda mecanismos psicológicos que os fizessem apreender noções de direitos e deveres. Neste ponto o autor compara “bárbaros e selvagens” a menores de idade e loucos: “tão absurdo e iníquo (...) é tornar os bárbaros e selvagens responsáveis por não possuir essa consciência”,¹¹⁵ a de direitos e deveres.

¹¹¹ *Idem, ibidem*, p. 9.

¹¹² ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e a nova escola penal no Brasil (1890-1930)*. São Paulo: FFLCH-Depto. de Sociologia, 1996, p. 100. [TESE]

¹¹³ CASTRO, José Francisco Viveiros de. *Op. Cit.*, p. 23.

¹¹⁴ RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933, p. 30.

¹¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 85.

É importante lembrar que estes dois livros foram marcos não de pioneirismo, mas da ampliação do debate público a respeito da criminologia. Estas obras ganharam resenhas na *RB*, além de repercussão em artigos analíticos, entre eles podemos destacar o de João Vieira de Araújo por se tratar de uma crítica ao livro de Nina Rodrigues. Logo no primeiro tomo da revista aparecem uma resenha do livro de Viveiros de Castro, escrita por José Veríssimo, e o artigo do professor da Faculdade de Direito de Recife, João Vieira de Araújo. Este é considerado como o primeiro autor a debater as contribuições da Nova Escola Penal, ainda em 1888 no livro *A nova escola de direito criminal*, onde fazia uma análise da obra de juristas italianos. Tanto Araújo como Rodrigues se declararam adeptos da escola italiana, segundo Ricardo Sontag: “ambos eram críticos severos do Código Penal de 1890, mas [Araújo] sairá em defesa da unidade legislação penal substantiva”, e acrescenta em outro ponto, “a unidade da recém-nascida República Federativa brasileira dependia da unidade da legislação penal substancial”.¹¹⁶

A “etnografia criminal” de Araújo é mais que uma crítica ao Código de 90, ele mapeia o debate a respeito da criminalidade e as formas jurídicas no Brasil ressaltando três autores importantes: Tobias Barreto e Clóvis Beviláqua, professores em Recife, Nina Rodrigues, em Salvador. Detém-se no professor de medicina legal e seu livro recente: “em nosso país, na matéria especial da criminalidade Nina Rodrigues condensou no seu livro, essencialmente brasileiro, interessantes ideias sobre o assunto”.¹¹⁷ Araújo defende a unidade do Código e discorda de Rodrigues quanto a diversidade de “raças” e climas influenciarem no cumprimento da lei, ele alegou que da mesma maneira que os costumes influenciam as leis, estas intervêm nos costumes. Neste ponto o autor defende “a influência [do código] como aparelho de disciplina social”,¹¹⁸ se existem desigualdades de “raças” e climas a lei serviria como instrumento do processo civilizador. Mecanismo este muito eficaz para dominar as “raças” que se supunham pouco afeitas à ordem e ao progresso.

Estes estudos sobre o comportamento social e psicológico do criminoso, baseados nos racialismos, tinham o objetivo de ampliar a discussão sobre mecanismos de controle social que dessem conta dos muitos conflitos da jovem república. Alguns intelectuais já se colocavam no

¹¹⁶ SONTAG, Ricardo. Unidade legislativa penal brasileira e a Escola Positiva Italiana: sobre um debate em torno do Código Penal de 1890. In. *Revista Justiça e História*, Rio Grande do Sul, v. 11, 2014, pp. 93 e 114.

¹¹⁷ ARAÚJO, João Vieira de. Etnografia criminal. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. I, 1895, p. 377.

¹¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 371.

debate partindo de certo pessimismo com a diversidade étnica do país, supondo que isto implicaria obstáculos para que a nação alcançasse o padrão civilizacional europeu. Alguns destes artigos foram republicados em livros, sob alguma revisão das críticas que seus autores receberam; outros, de argumentação mais contingente, não saíram da revista. Era característico de revistas literárias como a *RB* sustentar conteúdos que não pretendiam perenes, assim como reivindicar esferas de legitimidade sociopolítica.

Diversas disciplinas foram mobilizadas, sempre no sentido de experimentar ou aplicar certa qualidade de ciência ao argumento, para discutir determinados temas. A etnografia, a história, a crítica literária, entre outras, serviram de base para textos que tratavam de assuntos jurídicos, sociais, culturais, religiosos, etc. Estas disciplinas forneciam legitimidade à ideia que argumentavam, a cientificidade trazia autoridade ao texto. Dentre alguns objetivos, aproximar-se das esferas de exercício de poder a partir de determinada autonomia. Os horizontes republicanos da revista imprimiam aos autores e aos leitores uma aspiração civilizatória, assim como uma pretendida distinção intelectual que fazia do periódico uma tribuna de manifestação pública e independente.

2 HISTÓRIA, CIÊNCIA E EVOLUCIONISMO: TÓPICAS RACIALISTAS NA REVISTA BRASILEIRA

A mescla, porém, de raças totalmente distanciadas de cor, de grau de cultura, de psicologia, é o grande disparate dos modernos tempos, que enfraqueceria irremediavelmente a humanidade se não ficasse sempre um reduto imesclado de gente superior.¹¹⁹

O pensamento iluminista, as “ideias raciais” do século XIX e os esquemas evolucionistas têm, a despeito das inúmeras diferenças entre eles, algo em comum: trata-se de tradições intelectuais que se desenvolveram no contexto do incremento da burocratização dos Estados nacionais ocidentais...¹²⁰

As linguagens racialistas do final do século XIX brasileiro mobilizaram uma constelação conceitual e disciplinar que visavam alcançar uma interpretação científica da brasilidade. No interior dos diversos horizontes de expectativas desenvolvidos pelos intelectuais podem ser observados lugares comuns que se cruzam em argumentações diferentes. A *RB* nos oferece um interessante espaço para apreendermos as tópicas racialistas do debate público no período, pois nele circulavam importantes pensadores que se utilizavam dos conteúdos inerentes ao conceito de “raça”. Tópica (*topos*) não pode ser entendida apenas como “lugar comum”, mas a possibilidade de experimentações de argumentos num determinado espaço de articulação de ideias e reflexões, “como na sua tradução latina por *locus* deixa mais evidente, o *topos* é um espaço, um lugar predefinido onde podemos articular a’ experiência”.¹²¹ Recorrendo à metáfora do termômetro para avaliar os usos do conceito de “raça” na *RB* e, conseqüentemente, no debate político intelectual, buscamos compreender os tópicos presentes nos horizontes teóricos dos racialismos.

Três pontos são regulares nestas tópicas: em primeiro lugar, estas linguagens eram utilizadas para interpretar o tempo da nação, demandando o emprego de alguma narrativa que desse conta deste objetivo; em segundo lugar, no período em que se vislumbrava com euforia os progressos tecnocientíficos, era necessário reclamar cientificidade a esta narrativa; em terceiro

¹¹⁹ ROMERO, Silvio. Martins Penna. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. X, 1897, p. 249.

¹²⁰ HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: EdUnesp, 2006, p. 139.

¹²¹ ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In. _____. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011, p. 133.

lugar, a recorrência aos evolucionismos tinha esta aspiração de trazer qualidade de ciência às narrativas. Desta forma, trazer alguma qualidade de ciência à inscrição das “raças” que constituíam a nação era aplicar as teorias às narrativas historiográficas, sociológicas ou etnográficas. O pensamento racista brasileiro articulava estes três lugares-comuns à composição argumentativa sobre a brasilidade, aproximando ora disciplina, ora teoria e ora a premissa de suas reflexões e análises. A noção de *topos* nos interessa por dar a complexidade imprescindível para percebermos não só tais articulações, mas as heranças intelectuais que elas recebem e as que são reivindicadas pelos intelectuais.

2.1 Raça e história

A qual propósito servia a escrita da História no final do século XIX? As reflexões sobre os usos e utilidades da História se caracterizaram como um esforço em se discutir sua cientificidade e as apropriações de sua escrita para o político e o social. Num momento o qual a ciência exercia um lugar de fala privilegiado, num final de século de notáveis e vertiginosos avanços tecnológicos, e a afirmação nacional era uma necessidade veemente, fazia-se mister estruturar a escrita da história em bases cientificamente sólidas. Desta maneira, tal debate constantemente evocava conceitos como pátria, nação, “raça”, naturalismo, evolucionismo, etc. E freqüentemente vinculando uma linguagem evolucionista à construção e reconstrução do Estado e da nação.

Segundo Manoel Salgado Guimarães, “o pensar a história é uma das marcas características do século XIX, ao longo do qual são formulados os parâmetros para um moderno tratamento do tema”.¹²² Em outro texto o autor afirma que “a relevância da história no processo de construção da nação e no processo de elaboração da identidade nacional se evidencia na medida em que contribui para distinguir as nações entre si, individualizando-as a partir de determinadas qualidades”.¹²³ Escrever a História era criar uma narrativa individualizante que caracterizasse o “coletivo singular” brasileiro, era discorrer sobre as qualidades pretéritas que

¹²² GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5.

¹²³ GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 230.

fazia do Brasil uma experiência única dentro da “marcha das civilizações”, sobretudo, tratava-se de avaliar as potencialidades de uma nação em vias de formação.

Se por um lado, a escrita da história narraria as características da brasilidade, por outro seu ensino criaria portadores sociais deste qualificativo nacional, ou seja, a educação pátria formariam sujeitos aptos a compreender o momento histórico da nação. José Veríssimo lamentava a ausência de um ensino programático da história pátria já nas últimas décadas do século XIX, em sua *A educação nacional*, de 1895. Dizia o autor que “a educação nacional se não pode fazer senão pelo estudo da pátria, e no estudo da pátria a sua história é a parte principal”, e complementa: “todos os povos (...), todas as nações compreenderam que o sentimento nacional e conseqüentemente o patriotismo, se inspiram no conhecimento da pátria e da sua história, isto é, da sua vida”.¹²⁴ Neste sentido, a educação para a formação de portadores nacionais deveria ser realizada invariavelmente com cursos de história onde o conjunto de valores e qualidades do passado e presente nacional fosse compreendido pela escrita científica das historicidades “raciais” da nacionalidade. Competia aos historiadores revelar cientificamente estes valores e qualidades – inscrevendo a “raça”, apreendendo o tempo.

Em artigo publicado na *Revista do IHGB*, no ano de 1894, Araripe Júnior abordava a história como conhecimento útil à construção da pátria, “narração sincera dos acontecimentos e fatos sociais”.¹²⁵ A “missão do historiador” seria, pois, a de dar conta da “vida do povo”, no caso do historiador brasileiro, “mostrar com clareza como operou a colonização das nossas terras”.¹²⁶ Sugere o autor, em seguida:

nos tempos passados os elementos da mestiçagem consistiam no indígena brasílico, no colono português e no escravo africano; destes três saiu a massa atual da nossa população, que de todas essas variedades recebeu sangue, ideias, costumes, e linguagem, preponderando em máxima parte a natureza e o caráter português.¹²⁷

Relacionando o movimento do tempo aos elementos da mestiçagem, o autor traça como “utilidade da história” a função de conhecer o passado para planejar o futuro, ou ainda, “do

¹²⁴ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Topbooks; Puc-Minas, 2013, pp. 135-136.

¹²⁵ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. In. GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 213.

¹²⁶ *Idem, Ibidem*, p. 226

¹²⁷ *Idem, Ibidem*.

amálgama de tantas espécies organizar-se-á um povo, cujo caráter, índole e aptidões só no futuro se poderá reconhecer e apurar”.¹²⁸

Tomando estes dois textos de críticos ligados à *RB*, podemos imaginar as reflexões sobre a escrita da história como exercício científico de apreensão do tempo, ou dos tempos, da nação, assim como alguns dos propósitos de sua escrita. Deste modo, “a ideia de que a história escrita representava o ponto de chegada da difícil peregrinação em busca das marcas do passado e de um esforço concomitante para submeter todos os rastros a uma ordenação narrativa passaria a circunscrever as qualificações do ‘verdadeiro’ historiador”.¹²⁹ Neste jogo temporal existiam conceitos catalisadores da narrativa historiográfica: nação era o principal estímulo à escrita que atraía para si conceitos satélites, como “raça”, leis, Estado, etc. Entretanto, as marcas do passado apreendidas pelo historiador não informavam muito sobre todas as “raças”.

Qual a contribuição de cada uma das três “raças” que constituíam o Brasil para o desenvolvimento nacional? Esta questão motivadora do naturalista Karl von Martius, em sua dissertação sobre “Como se escrever a história do Brasil”, não era necessariamente inédita, mas ficou como uma referência pela formulação sobre os termos das “raças” formadoras. É neste ponto em que o IHGB, como espaço de saber centralizado do Estado imperial nas décadas de 1840 e 50, busca esquadriñar a escrita da nação e os limites da narrativa historiográfica. Para tanto, tal escrita deveria unir, mesmo que de forma tensa, o saber etnográfico e o historiográfico para que a brasilidade fosse conhecida. Deste modo, aquela questão já esboçada, sobre a contribuição de cada “raça” para a nação, é novamente colocada nas décadas seguintes, tendo em vista outras finalidades e outras dinâmicas de circulação do conhecimento. Segundo Rodrigo Turin,

se a conjunção do etnográfico e do histórico acarretou em uma nova forma de ver a história, ela implicava igualmente um novo modo de lidar com o tempo. Em contraste com o uso feito pelos letrados do IHGB de categorias como ‘antigo’ e ‘selvagem’, a geração de 1870 tece uma ordem temporal na qual a aproximação entre os termos torna-se mais complicada.¹³⁰

¹²⁸ *Idem, Ibid.*

¹²⁹ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 160.

¹³⁰ TURIN, Rodrigo. *Op. Cit.*, 2013, p. 237.

A nova geração buscava, pois, a naturalização do tempo como um pressuposto cientificista para alcançar a verdade dos fatos, a profundidade da história.

A escrita da história precisava ser rigidamente científica para comportar os projetos republicanos, notemos que aqui este cientificismo precisa garantir não apenas a rigorosidade da descrição de experiências passadas como também a previsibilidade dos eventos porvir. Esta história busca nos prognósticos uma maneira de mobilizar a ciência (enquanto um instrumento de progresso) ao Estado, visto como espaço de elaborações políticas que miram a “civilização”. Estes prognósticos se satisfazem com a “previsão das possibilidades no âmbito dos acontecimentos temporais e mundanos, mas por isso mesmo produz um excesso de configurações estilizadas das formas de controle temporal e político”.¹³¹ O prognóstico almeja, de maneira racional, a projeção do passado no futuro, e a história naturalista tem como pressuposto esta racionalização; ou seja, trata-se de operacionalizar a realidade como objetivo fundamental da historiografia. Neste sentido, a física e a biologia deveriam fornecer aportes valiosos ao trabalho do historiador.

Na virada do século XIX para o seguinte o mundo se apresentava àqueles que o liam através de algum *pince-nez* como uma pujante sucessão de vitórias da “civilização”. De certo que nem todo intelectual via com bons olhos esta paisagem, outros até a negavam. Em tempos de certeza, a ideia de progresso se colocava hegemônica de tal maneira que poucos eram os que se contrapunham. O triunfo do progresso arrebatou as mentes dos oitocentos, nas palavras de Jacques Le Goff: “o século XIX foi o grande século da ideia de progresso, na linha dos dados adquiridos e das ideias da Revolução Francesa”.¹³² Arrolado neste universo da ideia de progresso, os avanços técnico-científicos se tornavam grandes sedutores destes sujeitos que interpretavam o mundo a partir da urbanização da vida e da experiência moderna. Tal ímpeto possuía a ciência que ganhou vultosas expressões nos pensamentos que se dedicavam às coisas humanas, e as filosofias do século pretenderam-se científicas como se legitimidade tivessem desde então. De tal modo, as inteligências destes tempos se fizeram positivistas, materialistas, evolucionistas, enquanto o estudo das coisas humanas abstraía da física e da biologia os procedimentos para sua análise.

¹³¹ KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In. _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 33.

¹³² LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003 p. 257.

A realidade “fotografada” pela ciência deveria fornecer à humanidade mais combustível para o progresso, para a “civilização”. Nas palavras de Fausto Cardoso, a ciência desvenda as leis do mundo e nos apresenta suas conseqüências a partir da própria intervenção dela no mundo. Em “a ciência da história”, Fausto Cardoso apresenta um monismo evolucionista e naturalista no qual a realidade do mundo deve ser explorada e evidenciada através das leis científicas. Ele propõe que a natureza é o mundo das leis e a ciência o dos princípios, estes são as formulações das leis. Neste sentido, ciência e arte são ambos reflexos do real, da natureza; porém, enquanto a primeira reflete as leis, a segunda reflete as fórmulas.¹³³ A história não seria ciência ou arte, dado que esta reproduz o íntimo da natureza – a emoção¹³⁴ – e a primeira se caracteriza pelo processo de verificabilidade e previsibilidade e em métodos e instituições de valor prático¹³⁵. A história não possui princípios e regras, não forma doutrina previsível e verificável, portanto, não é ciência ainda.

Após esta constatação, Cardoso busca demonstrar o desenvolvimento da história enquanto um tipo de saber do mundo, apontando três momentos para sua produção: a filosofia da história na antiguidade, a sociologia na idade moderna e a história naturalista como projeto de cientificização da história. O que os historiadores fazem são registros empíricos de fatos, o autor diz que foi assim em Heródoto e em Gervinus¹³⁶ a despeito da mudança notável nos métodos das narrativas. Falta à história a capacidade de explicar as coisas do mundo como a ciência faz, mesmo com todos os avanços do século XIX a história só consegue ligar fatos. Fazendo uso de outras palavras, ele coloca aqueles momentos a partir de um pensamento providencialista (que seria uma filosofia ultrapassada), de outro racionalista (que dá conta de uma forma contemporânea próxima do positivismo) e do naturalismo (que é o futuro da história).¹³⁷ Sua avaliação etapista e evolucionista direciona a história num sentido cientificista, onde o naturalismo é associado à forma que garante exatidão à análise, verificabilidade aos fatos e previsibilidade das experiências vindouras; ou seja, tudo que está no campo das contingências deveria ser rejeitado.

¹³³ CARDOSO, Fausto. *Op. Cit.* p. 246.

¹³⁴ *Idem, Ibid.*

¹³⁵ *Idem, Ibid.*, p. 251.

¹³⁶ *Idem, Ibid.*, t. II, 1895, p. 75.

¹³⁷ *Idem, Ibid.*, t. II, p. 78.

Mesmo a história escrita à luz da ilustração carecia de iluminação científica, cabendo ao pensador que haverá de se erigir para construir a história naturalista desvendar as leis da mecânica deste mundo. Cardoso indica que os equívocos dos analistas líberorracionais são exemplos das suas limitações, esta teoria não possui resultados práticos e científicos. O liberalismo julga que a vontade individual é um princípio das relações sociais e a liberdade uma condição humana, considera, portanto, as vicissitudes do mundo e a multiplicidade de explicações.

A noção da história que animou e anima ainda hoje a política, nunca se preocupou com os fatos, nunca desceu ao terreno das observações e da experiência. E se o fizesse, não acharia certamente bases para induções certas, porque, apesar da luz combinada dos vários processos científicos empregados pelos *artistas da história*, o campo das pesquisas históricas ainda não foi de todo *iluminado*. O pensamento humano apenas começa a divisar vaga, indistinta e longínqua a *mecânica* deste mundo, através do nevoeiro da crença que o habituou a vê-lo, oscilando entre uma providência suprema que lhe traça o caminho e uma razão livre que a guia. E não é, de forma alguma, possível, fazer ciência de um mundo apertado entre os dois pólos de uma ilusão: Deus e o livre-arbítrio. Em resumo: a história ainda não está madura para dar corpo lógico a uma ciência.¹³⁸

Podemos observar aqui como ele se opõe ao providencialismo e ao racionalismo, atribuindo a eles uma escrita da história como arte, portanto, não científica.

A escrita racionalista da história encontrava alternativas na modernidade, segundo o autor, nas reflexões de Montesquieu, que relacionava o comportamento do sujeito aos climas de cada região – a reação contra a filosofia da história encontrava vigor na leitura de Cardoso. O pensamento do filósofo francês também foi influenciado pelo racionalismo, mas o que existia de naturalista ficou marcado como uma contribuição às gerações futuras. Neste ponto o autor aprofunda sua análise nas heranças teóricas do século XVIII e XIX, elegendo Montesquieu como uma figura central. Esta linha de raciocínio teria fornecido base para duas correntes importantes na evolução da escrita da história: a de origem alemã e a francesa, sustentadas por nomes como Herder e Comte, apontando para teorias que tratam da “raça” e do meio, fornecendo base para o surgimento da etnologia e da sociologia.¹³⁹ Neste movimento, Cardoso observa a aparição de três

¹³⁸ *Idem, Ibid.*, t. II, p. 88. Os grifos são meus.

¹³⁹ *Idem, Ibid.*, t. III, p. 48.

grupos que edificarão a futura história naturalista: a física, a psicologia dos povos e a biologia da sociedade.¹⁴⁰

Segundo o autor, a psicologia está para a história assim como a biologia está para a botânica e a zoologia. O papel da psicologia da história é comparar os fatos entre as nações, já que “a psicologia é a ciência da humanidade”.¹⁴¹ Porém, se a história depender da psicologia, ficará eternamente esperando sua cientificidade, pois a psicologia está mais próxima do racionalismo do que do naturalismo. O aporte da física, ou história filosófica, está na observação do meio, ela “se resume em um só autor: Thomas Buckle, o único sob as bases da teoria mesológica tentou construir uma ciência da história”.¹⁴² Entretanto, um equívoco ou incompletude: a noção de meio não pode sozinha explicar os fatos humanos, seria necessário trazer outras questões como a hereditariedade. Até a biologia da sociedade não cumpriu sua sina, a sociologia não ofereceu ainda quadros científicos para a “história mecânica”, falta-lhe o domínio dos princípios que regem o mundo. A sociologia interpreta a sociedade como organismo e a noção científica de organismo está inserida na ideia de hereditariedade.¹⁴³

Cardoso baseia seus argumentos no psicólogo francês Théodule-Armand Ribot para defender o princípio da hereditariedade como critério de aproximação da cientificidade da história. Ribot (1839-1916) foi um psicólogo que defendeu a tese de que os costumes e instituições seriam transmitidas naturalmente pelas gerações através da hereditariedade. Neste sentido, Cardoso aponta que, amparados pela hereditariedade, “os teóricos da raça são muito mais lógicos: procuram a unidade no que eles denominam espírito das raças, alma dos povos, caráter das nações”.¹⁴⁴ E ele ainda acrescenta que “uma das condições para que a história se constitua ciência é que toda a sua matéria se reduza a uma ideia única, a uma unidade” e esta unidade está naquilo que se caracteriza “fixo e imutável nas coletividade humanas, o qual, por mais variável que seja em seu modo de manifestar-se, repousa num fato único, a hereditariedade”.¹⁴⁵

¹⁴⁰ *Idem, Ibid.*, t. III, p. 49.

¹⁴¹ *Idem, Ibid.*, t. III, p. 51.

¹⁴² *Idem, Ibid.*, t. III, p. 295.

¹⁴³ *Idem, Ibid.*, t. IV, p. 152.

¹⁴⁴ *Idem, Ibid.*, t. III, p. 309.

¹⁴⁵ *Idem, Ibid.*.

Cardoso conclui sua exposição com uma assertiva: “a história não é ainda uma ciência, nem oferece material para constituir-se como tal”.¹⁴⁶ E como campo de construção de saber sobre o mundo, ampara-se em narrativas caóticas e imprecisas, “é um montão de fatos coberto por uma rede de conjecturas”.¹⁴⁷ A história naturalista de Cardoso era sustentada pelo cientificismo, pelo progresso, pelos avanços técnico-científicos; pretendia desvendar as leis da natureza para representar com fidelidade o real, esta representação dependia da tradução do mundo social ao mundo físico. Neste mundo em que os bondes aceleravam o dia, a eletricidade facilitava a vida, o telégrafo e o telefone dinamizavam a comunicação e a informação, as contribuições da física seduziam muitas mentes que se dedicavam às coisas humanas.

O artigo de Silvio Romero não busca alguma teoria sobre a escrita da história, em “História do direito nacional” o autor está mais preocupado em trabalhar – a partir de uma História evolucionista – de que maneira o direito se desenvolve da Pré-História da Península Ibérica até o Brasil nação. O texto versa sobre a história do direito como uma análise dos costumes ou hábitos que sinalizariam alguma possibilidade de evolução ou progresso civilizacional. Porém, o que nos importa no artigo de Romero são dois aspectos do texto: o teórico, onde o autor destaca o evolucionismo como base argumentativa; e a maneira como trata a miscigenação.

Segundo Romero, “na história, como na natureza, tudo se prende, tudo obedece ao princípio filogenético da evolução”.¹⁴⁸ Esta abertura busca definir o traço evolucionista de sua exposição para justificar a história que “começa pelo princípio”, ou seja, da importância do pré-histórico que “circula no sangue do português de hoje”. Sua leitura organicista da história, pautada nas contribuições da sociologia de Herbert Spencer, traçou as etapas da constituição do que se tornou um dos colonizadores e formuladores da nação brasileira. Sua história é, sobretudo, uma história da miscigenação; por isso alça como argumento principal a formação do “Ibérico” como mistura diversa de três “raças” diferentes: turanianos, semitas e arianos.¹⁴⁹ Romero propõe

¹⁴⁶ *Idem, Ibid.*, t. IV, 1895, p. 153.

¹⁴⁷ *Idem, Ibid.*, t. IV, p. 154.

¹⁴⁸ ROMERO, Silvio. História do direito nacional. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. I, 1895, p. 29.

¹⁴⁹ *Idem, Ibid.*, t. I, p. 33.

que o mestiço ibérico é a combinação desigual de sangues diversos, pois no “mestiçamento do ibero da península, celtas romanos e godos possuem cotas mais amplas”¹⁵⁰.

Numa oposição entre romanos e germânicos, quase como que diz entre latinos e germânicos ou saxões, o autor afirma:

acreditamos que a raça ariana, que acreditamos originária da Europa, é a mais elevada e distinta da humanidade, temos igual convicção que, entre os arianos, o ramo mais ilustre é o dos germânicos (...) a ele atribuímos tudo o que de novo tem aparecido na história moderna e que o gênio de gregos, romanos, judeus e árabes é incapaz de explicar.¹⁵¹

Numa leitura próxima de Arthur de Gobineau, o autor pontua que os germânicos conseguiram, de maneira inovadora, unir a capacidade intelectual à vida prática. O texto se inconclui com um elogio à “raça” que não está na constituição do brasileiro. A preocupação historiográfica de Romero está no entusiasmo pela miscigenação das “raças”, interpretada à luz da teoria evolucionista. Enquanto Fausto Cardoso se preocupava com o estabelecimento científico da escrita da história, Silvio Romero elaborava uma leitura do passado com a intenção de desenvolver prognósticos sobre o futuro nacional. Ambos pautando-se na linguagem evolucionista para dar conta da relação entre “raça” e história, como observamos na rigidez cientificista da interpretação de Cardoso e nos movimentos históricos narrados por Romero.

Manoel Salgado aponta que “no processo de construção da nação, a história é interpretada de tal forma que o próprio processo surge como fato dado e perene. Do ponto de vista da nação, a história é interpretada como se a nação já fizesse parte do núcleo do passado”.¹⁵² A convergência particular das três “raças” engendrada por Martius é um dado que os intelectuais da década de 1890 já não questionavam, caberia elucubrar de que maneira cada “raça” concorreria para o progresso nacional. Das “utilidades da história”, inscrever a “raça” na narrativa historiográfica deveria revelar as potencialidades da nação.

A narrativa histórica, no entanto, apreendia as marcas do tempo deixadas pelos europeus, tidos como “civilizados”; a compreensão da temporalidade dos africanos e indígenas, tidos por primitivos na linguagem evolucionista, deveria ser feita baseada na etnografia. As camadas de historicidades diversas observadas nas diferentes “raças” que integravam a população brasileira

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*, t. VIII, p. 46.

¹⁵¹ *Idem, ibidem*, t. XV, p. 102.

¹⁵² GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. *Op. Cit.*, 2011, p. 230.

tornavam o exercício de inscrever a “raça” na narrativa histórica alguma coisa mais complexa, mais que o aporte da etnografia, seriam necessários novos conceitos. Segundo Rodrigo Turin, “de selvagens a primitivos, observa-se um processo mais amplo de *temporalização* que redefine uma rede semântica moderna”,¹⁵³ esta rede desenvolve linhas seculares de interpretação do tempo com base nas descobertas científicas do século XIX. Com efeito, os desdobramentos sobre a datação da humanidade que, em meados do século, passou dos cinco mil anos bíblicos para as dezenas de milhares que a ciência atribuía, tiveram grande impacto nas teorias da segunda metade do XIX. Existem conceitos não necessariamente novos, como “primitivos” ou “atrasados”, mas que são preenchidos de uma carga evolucionário-naturalista pelos estudos etnográficos, algumas opondo ciência e religião.

Neste intento de fazer prevalecer o discurso científico sobre o religioso, Nina Rodrigues publicou um estudo etnográfico acerca da cultura brasileira não-europeia: *Ilusões da catequese no Brasil*. Publicado posteriormente em francês sob o título de *L’animisme fétichiste des nègres de Bahia*, o artigo é uma parte de estudos sobre a religiosidade afrobrasileira, ou como diz o autor: “africobahiana”. Seu método etnográfico o levou aos terreiros de candomblé para observar *in loco* seu objeto de estudo, para inscrever as “raças” brasileiras na narrativa histórica nacional. E, precipuamente, para compreender as expressões religiosas brasileira que refletem as apropriações miscigenadas de cada “raça”, ou ainda, o influxo cultural de cada “raça” nesta população miscigenada.

Os elementos principais da investigação de Rodrigues são os santos católicos e os orixás do candomblé, onde o autor aponta que o africano não teria condição mental evolutiva para distinguir os dois. Por isso o negro não se converteria ao catolicismo, antes, o catolicismo é que “recebe influência do fetichismo, pois o africano não é capaz de conceber o monoteísmo”.¹⁵⁴ O africano não teria desenvolvido mecanismos de apreensão psicológicos abstratos, como a religiosidade monoteísta; no entanto, Rodrigues concebe o catolicismo como uma religião quase politeísta.¹⁵⁵ Uma das anotações do autor é a equivalência entre santos e orixás, ele observa que existem relações facilmente identificáveis, outras mais difíceis de aproximarem e, algumas outras, onde a ligação não fica evidente. Deste modo, Nina Rodrigues aponta que Xangô é

¹⁵³ TURIN, Rodrigo. *Op. Cit.*, 2013, p. 238.

¹⁵⁴ RODRIGUES, Nina. *Ilusões da catequese no Brasil*. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. IX, 1897b, p. 321.

¹⁵⁵ *Idem*, *Ibid*, p. 324.

equivalente à Santa Bárbara, Oxossi ao São Jorge, etc. Estas equivalências apontadas pelo autor demonstram (ponto central do texto) a “harmonia de sentimentos religiosos” e a “ilusão da conversão católica dos negros”.¹⁵⁶

Não só o catolicismo era influenciado pelo candomblé, nota o autor, também o espiritismo de Alan Kardec e a cartomancia o eram, na Bahia.¹⁵⁷ Nina Rodrigues destaca a importância do culto africano nas relações sociais e políticas da Bahia, marcas indeléveis de uma temporalidade apreendida pela narrativa etnográfica com intenção de registrar manifestações da brasilidade. E ele ressalta: “é que no Brasil o mestiçamento não é só físico e intelectual, é ainda afetivo ou dos sentimentos religioso”.¹⁵⁸ O aspecto físico da miscigenação era evidente, não cabendo maior atenção do autor, até o intelectual era perceptível, dado que as manifestações do pensamento brasileiro transpareciam, para ele, elementos africanos e americanos, para além do europeu. Um dos objetivos implícitos de Nina Rodrigues no artigo é demonstrar que a miscigenação religiosa e dos sentimentos evoca uma compreensão das temporalidades da “raça” africana com base na etnografia. A etnografia apreenderia os tempos das “raças” não-europeias em conceitos como fetichismo, animalismo, evolução psicológica, etc.

2.2 Raça e ciência

A cientificidade da etnografia contraposta aos equívocos da fé religiosa, no artigo de Rodrigues, trouxe aos círculos intelectuais alguma agitação quando da publicação na *RB*. Foi, talvez, uma evidência da reivindicação de alguma autonomia do lugar de fala de quem experimenta uma interpretação científica, num momento em que o espaço de prestígio da ciência era notável. Neste sentido, história e etnografia eram matérias com pretensões de cientificidade onde um dos objetivos era apreender as composições temporais das “raças” que constituíam a nação. O discurso etnográfico emerge num momento em que os horizontes de expectativas apontam para um processo civilizatório de ordenação das “raças” e classificação da natureza. A diferença entre a narrativa histórica e a etnográfica era estabelecida desta maneira: “as disciplinas

¹⁵⁶ *Idem, Ibid.*, p. 328.

¹⁵⁷ *Idem, Ibid.*, p. 333.

¹⁵⁸ *Idem, Ibid.*, p. 330.

voltadas para o exame dos grupos não-ocidentais, como a antropologia e a etnografia¹⁵⁹, expulsaram o africano e o americano do território da história, o que produziu (...) a separação entre história e etnologia, na passagem do século XVIII ao XIX”.¹⁶⁰

A etnologia, portanto, trabalhava com os grupos humanos que não deixaram registros e marcas escritas, uma atividade ainda mais subjetiva que a história e muito dependente dos sentidos humanos. Era imprescindível, então,

adequar da forma mais direta possível aquilo que é visto àquilo que é dito, sendo a visão o suporte fundamental da escrita. Mas esse trabalho de inscrever o olhar como operador de crença não se resume apenas à questão da autoridade da presença. Se a visão torna-se uma condição da escrita, é necessário igualmente *saber ver*.¹⁶¹

No artigo de Nina Rodrigues a afirmação de testemunhar os eventos narrados serve como um princípio básico de legitimidade do que se trata. Sobre um culto candomblé ao qual foi convidado ele diz que “ainda não me foi possível ir assistir o *candomblé* para que aliás já estou convidado”,¹⁶² deste culto ele não escreve. O artigo publicado na *RB*, parte do livro que seria impresso em francês mais tarde, servia como um teste de receptividade do estudo; mais do que ver para crer, era preciso fazer-se crer. Para tal, o qualificativo de ciência era demasiado necessário.

Em artigo escrito sobre a pedagogia enquanto matéria de conhecimento na *RB*, José Veríssimo aponta duas acepções de ciência: “conjunto de leis certas, demonstradas, provadas que regem uma determinada ordem de fenômenos” e um “sistema de conhecimento sobre uma matéria”¹⁶³. Apesar de acreditar na importância da pedagogia para o crescimento nacional, Veríssimo não supõe uma cientificidade para ela, ao contrário da história, antropologia e sociologia. Ele diz que

¹⁵⁹ No final do século, os estudos de antropologia se referiam à “antropologia física” que lidava com as medidas do corpo e a natureza humana. Já a etnografia se voltava mais para os estudos culturais, principalmente a partir das leituras evolucionistas da cultura.

¹⁶⁰ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 24.

¹⁶¹ TURIN, Rodrigo. *Op. Cit.*, p. 228.

¹⁶² RODRIGUES, Nina. *Op. Cit.*, 1897b, p. 334.

¹⁶³ VERÍSSIMO, José. A pedagogia. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. II, 1895, p. 310.

a etnografia e a etnologia estudam os costumes, as usanças, todos os aspectos da vida de cada raça ou povo, em cada um dos períodos da sua evolução histórica, compara-os, classifica-os, e fornece também à sociologia o lucro das suas pesquisas. (...) Todas estas ciências observam, experimentam, comparam, classificam, deduzem, concluem.¹⁶⁴

Desta forma, segundo o editor da revista, a etnografia tem no empirismo a potencialidade científica de investigar os costumes das “raças” em suas evoluções históricas.

No já mencionado “a ciência da história”, Fausto Cardoso questiona se a história pode ser uma ciência. Mas o que é ciência no final do século XIX? O autor ensaia de partida uma resposta: “uma ciência pode ser definida pelo corpo de doutrina, o conjunto de princípios, a teoria que, em relação a um grupo de determinados fenômenos, é capaz de verificações e previsões certas e indubitáveis”.¹⁶⁵ Neste sentido, ele anseia por aquilo que torne a história uma ciência que seja capaz de captar de maneira objetiva e universal os fenômenos que lhe cabe investigar, daí compara os saberes físicos, biológicos e sociais apontando para dois fatos que considera capitais: “a sucessão e a coexistência dos corpos” como “relações necessárias resultante de pluralização no tempo e no espaço”.¹⁶⁶ Ou seja, assim como os fenômenos físicos são pautados em relações, a história também se pauta em relações e variedades; e se a física estuda formas variadas no tempo e no espaço, a história investiga a coexistência de “organismos superiores e inferiores”, a simultaneidade de “hordas bárbaras” que oscila entre a natureza e a história e as “famílias modernas” que se constituem em unidade política, ou, para utilizar uma categoria koseleckiana, a contemporaneidade de não-contemporâneos.

O universo é, pois, “um grande fenômeno coletivo”, uma sequência de vicissitudes que encontram, em algum momento, alguma fixidez em meio às transformações; e este é o objeto da ciência: “a fase que não muda”.¹⁶⁷ A noção de ciência explorada neste artigo é consoante à filosofia monista de base evolucionista, desenvolvida à luz das contribuições de Charles Darwin por pensadores como Herbert Spencer e Ernst Haeckel. O monismo é “toda doutrina que considera o mundo sendo regido por um princípio fundamental único. Em outras palavras,

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 312.

¹⁶⁵ CARDOSO, Fausto. A ciência da história. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. I, 1895, p. 238.

¹⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 240.

¹⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 243.

doutrina segundo a qual o ser, que só apresenta multiplicidade aparente, procede de um único princípio e se reduz a uma única realidade constitutiva: a matéria ou o espírito”.¹⁶⁸

O lugar de autoridade social que a ciência exercia nos meios cultos urbanos no final do século XIX era observável pela louvação aos progressos tecnológicos. Em consequência dos desenvolvimentos científicos desfrutava-se da energia elétrica, da energia a vapor, de novas técnicas de comunicação, até da imprensa que acelerou sua produção no período. Como colocado por Fausto Cardoso “a ciência é a fotografia das leis”,¹⁶⁹ ou seja, ela é a ferramenta de apreensão da realidade, das leis da natureza. Por isso, a pretensão de dar cientificidade aos discursos que registravam as marcas nacionais – a história e a etnografia – pode ser compreendida como vontade de legitimidade e autoridade sobre as experiências de brasilidade. Era conveniente, pois, o qualificativo científico.

A busca pelo real, “a realidade como vocação”, é uma obstinação destes intelectuais formadores e formados na Geração de 1870, “ao mesmo tempo que procuravam na realidade das ruas um tema para sua literatura, esses literatos colocavam-se como tutores dos grupos iletrados, teriam a missão de levar as luzes da ciência e da civilização”.¹⁷⁰ A busca pela tradução objetiva da realidade, com lastros na literatura naturalista e realista, é um sinal das preocupações intelectuais da segunda metade do século XIX, perceptíveis nas ideologias deterministas e científicas. A primeira como condição filosófica no empreendimento do estudo, a segunda como concepção prática da influência social da ciência.

A célebre elaboração do médico francês Claude Bernard acerca do determinismo, em livro de 1865, indica os princípios de causalidade que a ciência deveria ter:

En effet, le principe absolu des sciences expérimentales est un déterminisme nécessaire et conscient dans les conditions des phénomènes. De telle sorte qu'un phénomène naturel, quel qu'il soit, étant donné, jamais un expérimentateur ne pourra admettre qu'il y ait une variation dans l'expression de ce phénomène sans qu'en même temps il ne soit survenu des conditions nouvelles dans sa manifestation; de plus, il a la certitude a priori que ces variations sont déterminées par des rapports rigoureux et mathématiques. L'expérience ne fait que nous montrer la forme des phénomènes; mais le rapport d'un

¹⁶⁸ MARCONDES, Danilo & JAPIASSÚ, Hilton. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

¹⁶⁹ CARDOSO, Fausto. *Op. Cit.*, t. 1, p. 243.

¹⁷⁰ PEREIRA, Leonardo A. de M. “A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do Império”. In. SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila. *O Brasil imperial*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 304.

phénomène à une cause déterminée est nécessaire et indépendant de l'expérience, et il est forcément mathématique et absolu.¹⁷¹

O determinismo seria, então, uma condição de explicação rigorosa dos fenômenos da natureza, inclusive os da humanidade; esta explicação tinha como suporte epistemológico a física e a matemática. Era também uma maneira interpretar o mundo partindo da submissão do universo às necessidades causais, um princípio “segundo o qual todos os fenômenos naturais estão ligados uns aos outros por relações invariáveis ou leis”.¹⁷² Desta maneira, o determinismo, segundo estas preocupações, é a premissa que torna a ciência viável.

A crença de que a ciência ocupa um espaço privilegiado na sociedade ocidental é o ponto central deste cientificismo da segunda metade do século XIX, pautada na noção de progresso. A ascensão social da linguagem científica entre o meio mais ilustrado da sociedade fazia parte da pretensão modernista da “geração de 1870”. Roque Spencer, em seu livro sobre a ilustração brasileira, aponta que

para o cientificista não há irredutibilidade entre as normas e os ideais, de um lado, e o mundo dos fatos, de outro: uma só *natureza* engloba e explica os dois planos, numa rejeição decidida de dualismos ou pluralismos, tenham os nomes que quiserem. O mundo humano, os valores espirituais, a consciência são apenas fenômenos mais complicados do que os da pura ordem física – mas não são outra natureza.¹⁷³

Com efeito, este pressuposto cientificista se verificava numa linguagem que pretendia reunir numa só lei todo o conhecimento humano com base na ideia de filosofia monista. Neste sentido, as polêmicas sobre o conteúdo científico do conceito de “raça” pautaram as reflexões dos intérpretes do Brasil no período.

A perspectiva dinâmica do cientificismo pode ser percebida nos naturalismos, positivismos e evolucionismos que fizeram carreira no Brasil desta época. Segundo Roque Spencer, “o filósofo deve compreender que a evolução humana obedece a leis rigorosas; que o determinismo que rege o mundo natural é o mesmo que rege o desenvolvimento da

¹⁷¹ BERNARD, Claude. *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*. Retirado da internet do site: http://classiques.uqac.ca/classiques/bernard_claude/intro_etude_medecine_exp/intro_medecine_exper.pdf, p. 56.

¹⁷² MARCONDES, Danilo & JAPIASSÚ, Hilton. *Op. Cit.*, p. 52.

¹⁷³ BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade brasileira*. São Paulo: Edusp, 1986, p. 107.

humanidade”.¹⁷⁴ A leitura dos diversos estágios evolutivos da humanidade e dos homens que formavam o Brasil, a partir dos evolucionismos de matrizes variadas, permitia aos pensadores do final do século XIX avaliar a diversidade das historicidades e experiências de tempo que conviviam no país. Essas historicidades das populações do Brasil, os passados diversos de europeus, indígenas e africanos, apareciam como uma importante questão para estes pensadores que, pautados pelos evolucionismos, repensavam a nação em meio às transformações políticas e sociais dos anos 1890. Refletiam sobre o brasileiro que se projetava num horizonte de possibilidades: o mestiço, “produto” não só de sangue diverso, mas de experimentações temporais igualmente plurais. Era necessário conhecer o “estágio evolutivo” dos africanos e indígenas para compreender o mestiço. Esses intelectuais buscavam uma inscrição científica das “raças” que formavam o Brasil, o discurso histórico e etnográfico precisava registrar a realidade evolutiva delas.

O moderno conceito de “raça” emerge no momento em que a aristocracia perde poder e a burguesia ascende, só passando a descrever a diferença entre os homens quando os europeus tiverem interesses políticos e econômicos nele. Se antes “raça” estava ligada à linhagem de uma família tradicional, agora, na modernidade, ela fala dos grupos humanos desiguais. Segundo o sociólogo britânico Michael Banton, “a raça, como a classe e a nação, foi um conceito desenvolvido primeiramente na Europa para ajudar a interpretação de novas relações sociais”.¹⁷⁵ O autor ressalta que “raça” não começa a ser operada com a expansão marítima, mas que seu uso está intrinsecamente ligado ao maior contato dos europeus com outros povos.

No século XIX, com os avanços científicos e tecnológicos ocidentais, com a expansão europeia cada vez maior em continentes que antes eram conhecidos apenas pelo litoral, com a capacidade bélica mais destrutiva e maior agilidade na circulação do conhecimento e da informação, os conceitos desenvolvidos para descrever igualdades e diferenças se mostravam cada vez mais complexos. “Raça”, “nação” e “classe” foram conceitos incorporados pelas ciências que se desenvolviam no período, de modo que a etnografia avaliava as características da “raça”, enquanto a história se dedicava ao estudo da nação e a sociologia, das classes sociais. É preciso dizer que, apesar de uma parcela desta ciência servir a interesses que não puramente

¹⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 109.

¹⁷⁵ BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1979, p. 24.

científicos, não havia uma pretensão de perverter os dados obtidos. Hoje sabemos que eles não se sustentam, mas em pleno cientificismo estas pesquisas eram consideradas as mais avançadas.

Na leitura racalista, a dinâmica do tempo traz à incerteza do futuro um peso maior aos intelectuais, o devir da “raça brasileira” é tão obscuro quanto a historicidade das “raças” que compõem a nacionalidade e, sobretudo, daquelas em miscigenação. As camadas de tempo que se articulavam, no olhar do intérprete do final do século XIX, na combinação miscigenada brasileira poderiam ser apreendidas com base em teorias diversas e conceitos de base evolucionários. Da redução do problema histórico e nacional aos elementos de mecânica deterministas, do tratamento de aspectos dinâmicos da sociedade por concepções estáticas, o caminho percorrido pelos intelectuais é o do amadurecimento das reflexões teóricas sobre as formas de compreensão do mundo, das “raças”, da miscigenação.

2.3 Raça e evolucionismo

Nos idos de 1870 e 80, as ideias postas em movimento, na análise de Angela Alonso, possuíam um repertório intelectual envolvido com as discussões políticas sobre a crise do mundo Saquarema. Para a autora, os intelectuais de 1870 estavam completamente interessados pelas questões políticas, as teorias científicas serviam para contestar ou reafirmar o regime. Ela justifica esta proximidade entre o mundo intelectual e o político como uma ausência de autonomia intelectual, tanto no Brasil como na Europa.¹⁷⁶ Apesar de Alonso privilegiar um debate de ideias poucas vezes percebidas pelos analistas da história intelectual brasileira, a autora exagera a importância do político nas reflexões destes pensadores de 1870, supondo que eles teriam como objetivo tão-só a crítica ao Segundo Reinado. No entanto, as observações de Alonso são interessantes para pensarmos as preocupações dessa geração de 1870 na década de 1890, assim como dos intelectuais que aparecem na virada do regime político.

Enquanto a atenção dos intelectuais de 1870 estava voltada para a desestabilização do Império, apesar de não ser a única inquietação deles, os pensadores de/em 1890 estavam aflitos com os rumos da República, e por isso buscando alguma autonomia não da política, mas do

¹⁷⁶ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 165-176.

governo. Não pretendo aqui generalizar, nem todos os intelectuais se distanciaram dos governos republicanos, muitos foram ao seu encontro. O que procuro ressaltar é a experimentação de uma linguagem científicista que procurava demonstrar a importância da ciência para o crescimento nacional e, com isso, criar espaços privilegiados de reflexão sobre a sociedade. No Brasil da última década do século XIX, os evolucionismos eram expressões teóricas que fundamentavam uma leitura científica da brasilidade pelo pensamento racista brasileiro.

As transformações sociais, econômicas, políticas e culturais do último quartel do XIX brasileiro, a sensação de aceleração do tempo nos espaços urbanos experimentada a partir das novas tecnologias, a guinada científicista em prol de estudos que pretendiam “fotografar a realidade”, entre outros aspectos do mundo que os intelectuais experimentavam, foram elementos que estavam por trás da recorrência aos evolucionismos. Num artigo publicado no quinto tomo da *RB*, em resposta a outro da *Review of reviews*, Alonso Adjuto discute a obra de Herbert Spencer e a importância deste intelectual para o pensamento ocidental, o autor observa que

é provável que para o historiador do futuro a segunda metade do Século XIX se apresente à visão mental principalmente como a era da evolução. Foi durante este período que o conceito evolucionista realizou a conquista do mundo; que os apóstolos da teoria do desenvolvimento estabeleceram, por fim, o seu direito de serem ouvidos com respeito em todas as artes, em todas as ciências, em todas as províncias da investigação histórica ou social.¹⁷⁷

Tirando alguns exageros do autor, na segunda metade do século XIX o debate dos (e sobre os) evolucionismos foi tão constante que se expandiu por diversas áreas do conhecimento. Entre os autores mais assíduos no pensamento racista brasileiro estão Charles Darwin (1809-1882) com sua noção de seleção natural e luta pela vida, Herbert Spencer (1820-1903) com sua estática social e a leitura organicista da sociedade, Edward Tylor (1832-1917) com a cultura primitiva e o evolucionismo cultural, e, por fim, Ernest Haeckel (1834-1919) com a ideia de recapitulação e de monismo.

No cenário de desenvolvimentos da matéria evolucionista no Brasil muitos foram os objetivos políticos para tais usos, inclusive tomar a Europa, o mundo europeu-civilizado, como meta. Regina Gualtieri diz que as convicções evolucionistas levaram os pensadores brasileiros a projetarem na Europa o exemplo a ser seguido, na palavra da autora: “tais convicções

¹⁷⁷ ADJUTO, Alonso. Herbert Spencer e a sua obra. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. V, 1896, p. 302.

evolucionistas permitiam a seus adeptos ter uma visão otimista quanto à possibilidade de o Brasil superar o que consideravam atraso econômico, social e político”, e complementava em seguida que “bastava a eles olhar as nações mais civilizadas para compreenderem a direção a seguir. Espelhando-se na Europa, poderiam propor transformações que levassem à queda da monarquia, à extinção do trabalho escravo...”.¹⁷⁸ Talvez o emprego das teorias evolucionistas não viesse fornecer um objetivo novo como projetar a Europa como exemplo ou espelho, antes, trouxe uma nova chave de leitura num ambiente intelectual cientificista. Neste sentido, seria mais interessante pensar que os evolucionismos não proporcionaram uma leitura de reflexividade, ou seja, foi o desejo de europeização do brasileiro culto que evocou uma linguagem científica para dar conta de tais objetivos.

As teorias evolucionistas se desdobraram no Brasil nos “ramos das ciências naturais, como a antropologia e a geologia (...) e foram principalmente essas ciências que abordaram a questão da evolução”,¹⁷⁹ tratava-se de mensurar o tempo da nação em sua natureza mesológica (geologia) e racial (antropologia). Uma questão freqüente em espaços científicos como o Museu Nacional era sobre a origem do homem americano, sobretudo nas décadas de 1870 e 80. Regina Gualtieri ressalta que

a valorização atribuída pelo Museu aos estudos relativos às origens do povo americano também deve ser compreendida considerando-se as especificidades da sociedade brasileira do século XIX, incitadoras das discussões que visavam a esclarecer a unidade ou não da origem dos diferentes povos, identificadas, respectivamente, pelas concepções monogenistas e poligenistas. Esses conhecimentos eram, naquele momento, essenciais para delinear a evolução social e política de uma nação composta de um povo miscigenado e marcado, de acordo com as teorias da época, pela inferioridade racial.¹⁸⁰

Tais preocupações em pontuar a antiguidade e a descendência comum ou não do homem americano em comparação às outras “raças” se dedicavam à compreensão, além de outros pontos, dos estágios evolutivos das populações que se encontravam no país. A partir do conhecimento destes estágios evolutivos, era possível avaliar formas de progresso sociais e políticos possíveis.

¹⁷⁸ GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero & GLICK, Thomas (org.). *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 45.

¹⁷⁹ DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero & GLICK, Thomas (org.). *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 98.

¹⁸⁰ GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. *Op. Cit.*, p. 56.

O crescente debate sobre os evolucionismos e sua aplicação nas mais variadas áreas do conhecimento – e em especial aqui, na história, na etnografia e na sociologia – no final do século XIX sinalizaram não apenas uma renovação do repertório intelectual, como também as formas de emprego de tais matérias na interpretação da nação. É importante ter em mente que estas teorias não indicavam uma alternativa ao “atraso da nação”, elas desempenhavam uma possibilidade de leitura da realidade à qual eram submetidos argumentos que projetavam horizontes políticos. Desta maneira, o debate sobre os evolucionismos motivaram paixões, mobilizaram projetos e, sobretudo, procurou afirmar aqueles espaços de autoridade sociopolíticos. Tomemos como exemplo um artigo de Silvio Romero publicado na *RB* em 1899.

“É ponto geralmente assentado em biologia (...) de que o desenvolvimento embrionário do indivíduo recapitula a evolução da espécie”,¹⁸¹ Romero inicia assim sua crítica aos “exageros de Ernst Haeckel”, afirmando que este ponto da biologia darwinista é inviável para uma leitura do social. A homologia entre os conceitos “filogênese” e “ontogênese” e a sociologia seria, portanto, um equívoco analítico. E Romero aponta que esta leitura ocorre há vinte anos no Brasil (desde finais da década de 1870), onde se tem uma “aplicação da lei fundamental da biologia a assuntos históricos e sociológicos”.¹⁸² O autor mapeia, então, duas fórmulas constantes utilizadas em sociologia: “cada povo que se desenvolve *recapitula as fases anteriores* da evolução da espécie humana” e “sempre que a civilização se desloca e entra em contato e fusão com gentes de períodos inferiores de cultura, a história volta a séculos atrás e *passa a recapitular sumariamente as fases passadas da história da humanidade*”.¹⁸³ Segundo o autor, estas leituras são rasas em demasia, além de ausentes de exemplos históricos. O evolucionismo, neste sentido, trabalha com a ideia de fases diversas de evolução e, ao mesmo tempo, a repetibilidade das fases por parte dos grupos mais atrasados.¹⁸⁴

Esta ideia de repetição histórica é cara à observação de Romero, ele está preocupado em responder análises sociológicas que condenem a experiência social e política brasileira às explicações da ontogenia¹⁸⁵ e da filogenia. Não por acaso ele traz o exemplo dos Estados Unidos

¹⁸¹ ROMERO, Silvio. O haeckelismo em sociologia. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XVIII, 1899, p. 200.

¹⁸² ROMERO, Silvio. *Op. Cit.*, p. 201.

¹⁸³ *Idem*.

¹⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 202.

¹⁸⁵ Sobre ontogênese: “princípio formulado pelo médico inglês Harvey em 1628, dizendo respeito ao desenvolvimento do organismo individual a partir do ovo até o estado adulto. Opõe-se à filogênese, que diz respeito

– que já despontava como uma potência econômica e política, à época – para apontar a ineficácia daquelas interpretações. “A evolução humana, tomada em seu conjunto, tem atravessado ciclos diversos”, reitera ele, assegurando que as ciências sociais¹⁸⁶ sustentam argumentações sobre a passagem dos “vários grupos humanos (...) pelos mesmos estágios nas diversas formas de seu desenvolvimento”.¹⁸⁷ Até este ponto o autor concorda, porém, ele acredita que isso gerou interpretações confusas:

daí surgiu a ideia de que a evolução social se repete, no sentido de atravessar ela fases correlatas entre as várias raças e nações, o que só é, até certo ponto, verdade numa aceção muito geral e feitas muitas reduções.¹⁸⁸

Romero monta um esquema onde demonstra os usos desta concepção de evolução humana pela ciência social, vale destacar que cada conceito utilizado nas interpretações destas disciplinas está repleto de concepções temporais. O “mitólogo” e o “crítico de religião” sustentam os diferentes tipos de crença que a humanidade desenvolve, em geral, com base em três grandes etapas: animismo ou naturalismo fetichista, politeísmo e monoteísmo. Os lingüistas constataam que toda língua passa pelos passos: monossilabismo, aglutinação, flexão e analitismo. Já os economistas apontam para os ciclos: caçador, pastor, agricultor, manufatureiro.¹⁸⁹ Estes conceitos conservam uma temporalidade que vai do homem primitivo ao moderno, onde cada etapa possui experiências históricas necessárias para que se permaneça neste determinado estágio e que fornecem maturidade para se chegar na etapa seguinte.

O alvo do artigo é a ideia de repetição implicada na lei desenvolvida por Haeckel, para sua crítica o autor elege alguns pensadores com os quais ele está de acordo, mas que se equivocaram ao se utilizar do conceito de recapitulação. Um deles é Gabriel Tarde (1843-1904), sociólogo e jurista francês que trabalhou na área da criminologia e da psicologia social, neste momento ele não era muito conhecido no Brasil. Romero diz que Tarde “é um evolucionista sui

à evolução do phylum, ou espécie. Segundo a teoria do biólogo evolucionista alemão Ernst Haeckel, a ontogênese reproduz a filogênese, ou seja, o indivíduo ao longo de seu desenvolvimento passa por diferentes estágios de evolução que são os de sua espécie”. MARCONDES, Danilo & JAPIASSÚ, Hilton. *Op. Cit.*.

¹⁸⁶ Segundo o autor: “mitólogos, críticos de religião, estéticos, lingüistas, economistas, literatos, etnólogos, antropólogos, filósofos”. ROMERO, Silvio. *Op. Cit.*, p. 208.

¹⁸⁷ *Idem, Ibid.*.

¹⁸⁸ *Idem, Ibid.*.

¹⁸⁹ *Idem, ibidem.*, p. 209.

generis, que se distingue dos outros em relegar a hereditariedade para o domínio da biologia, não lhe reconhecendo larga messe na esfera social, onde o processo próprio da repetição é, a seu ver, desempenhado principalmente pela *imitação*".¹⁹⁰ O enaltecimento de Tarde estaria justamente na substituição do uso sociológico de "hereditariedade" por "imitação", apesar deste último ser fundamentado no outro, temos aqui uma superação da homologia genérica e vaga de Haeckel.

Em seguida, Romero toma referência do filósofo inglês Herbert Spencer ao qual partilha das observações teóricas e lhe atribui: "sabe-se que a doutrina evolucionista em geral e particularmente na ramificação spenceriana, funda-se em leis que se aplicam ao universo inteiro".¹⁹¹ No entanto, tal como fez com Tarde, o autor aponta falhas na teoria de Spencer: a correspondência entre o mundo biológico e os organismos sociais fundamenta as leis de recapitulação e repetição, assim como se pode verificar em paralelo a "lei da repetição acelerada e antecipada".¹⁹² Por fim, questiona o valor destas leis, apontando a falta de originalidade do filósofo e a frequência dos usos de tais leis. É interessante observar que Romero se colocava, neste período, como sectário das reflexões teóricas de Spencer; porém, mesmo se colocando seguidor do filósofo inglês, ele tece críticas quando acredita necessário.

Por fim, o autor traz o nome do sociólogo belga Guillaume de Greef (1842-1924), pouquíssimo conhecido no Brasil e até na Europa, para tratar de ideias evolucionistas que teriam se equivocado no uso da noção de recapitulação. É provável que a ênfase de Romero em Greef ocorra para demarcar erudição e/ou domínio sobre o tema, já que o nome do evolucionista belga era quase desconhecido no Brasil do final século XIX. Tendo debatido os usos da noção de recapitulação entre alguns grandes sociólogos evolucionistas, Romero parte para algumas observações sobre a inviabilidade da aplicação da lei na história do Brasil.

Ele recorre à história das colonizações para demonstrar os limites da teoria da recapitulação e, para isso, vai até as experiências antigas de colônia, recorre a Roma, Grécia, Cartago, etc. Demonstrando uma constante preocupação com a experiência histórica e as potencialidades políticas e sociais do Brasil, Romero diz inexata a elaboração que condena o

¹⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 211.

¹⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 214.

¹⁹² *Idem, ibidem* p. 216.

encontro entre um povo civilizado e outro inferior, ou sua mestiçagem, à recapitulação de fases passadas da história da humanidade ou da “civilização”.¹⁹³ Conforme defende,

os precipitados aplicadores da lei biológica da ontogênese, que recapitula a filogênese, à sociologia deveriam pensar nisto, que lhes escapa de todo. Eles nos falam de uma *recapitulação abreviada da história da humanidade...* Qual é, porém, no desenvolvimento geral das variadas raças humanas a que serve de modelo para a operação? Qual é nessa esfera o tipo que possa servir de paradigma? Qual forma clássica que se deva reproduzir?¹⁹⁴

No tempo em que a reprodução do fenômeno precisava ser constatada para que a teoria se demonstrasse cientificamente eficaz, Romero sentencia que em sociologia a lei da recapitulação é uma falsificação.

Com efeito, a primeira contradição, apontada pelo autor, desta lei em sociologia está no fato de seus seguidores não explicarem os casos levantados por ele, a segunda resulta do desconhecimento acerca da origem do homem, e, por fim, a terceira decorre da não verificabilidade da lei em animais que possuem alguma sociabilidade. Num esforço de apontar para uma análise sociológica mais complexa, ele sugere que o problema seja reduzido “a seus termos próprios” para que então se “procure a solução”.¹⁹⁵ O autor ressalta que a história da humanidade se atenta para o constante contato e miscigenação, reforçados pelo crescente comércio. E mais uma vez assegura:

Só porque está provado que todo animal superior recapitula *no embrião* as fases avitas primitivas, eles precipitadamente concluem que o mesmo se deve dar na sociedade, sem reparar nas diferenças capitais entre os dois domínios.

É assim que não reparam que o fato biológico, que se dá com o próprio homem, como animal, se verifica quer haja quer não haja cruzamento de espécies. Dê-se ou não cruzamento (onde ele é possível) entre duas variedades animais; dê-se ou não cruzamento entre raças distantes da humanidade, o produto animal e humano, no *embrião*, testemunham sempre a lei da recapitulação ontogenética. Isto na biologia.

Na sociologia, porém, recorrer à fusão entre povos diversos de raça e distanciados de cultura, os nosso adversários não podem nem se quer apontar vagos, longínquos vislumbres de sua lei... É a primeira antinomia grave que ela tem com a lei biológica. (...) A inventada lei sociológica só pode longinquamente iludir, quando opera em produtos *cruzados*, em casos de *mestiçamentos*; seu domínio, se ela fosse verdadeira,

¹⁹³ *Idem, Ibid.*, p. 220.

¹⁹⁴ *Idem, Ibid.*, pp. 223 e 224.

¹⁹⁵ *Idem, Ibid.*, p. 224.

seria o da *hibridização*... Os seus autores não a dão, não a podem dar, como aplicável ao desenvolvimento de um mesmo povo.¹⁹⁶

Tendo apontado os limites e equívocos das teorias evolucionistas que apostam na recapitulação, Romero se vira agora para seus “imitadores” no Brasil, que teriam adotado acriticamente a ideia de recapitulação abreviada. Tomando a colonização do Brasil como exemplo, o autor reflete sobre três casos observados na “evolução das colônias”. No primeiro caso a colônia reproduz as experiências, costumes e fenômenos da metrópole, acompanhando sua evolução histórica sem recapitular estágios passados. Aqui o autor propõe o nome “lei de homocronia”, pois as experiências histórico-temporais são homogêneas. Usa como exemplo a adoção do catolicismo em colônias de metrópole católica e do protestantismo em colônias de metrópole protestante.¹⁹⁷ No segundo caso há a “lei de heterocronia”, ou seja, no desejo forçoso de acompanhar a metrópole, as colônias acabam por importar costumes de maneira confusa. “É assim que certas aldeias tiveram, nos Estados Unidos principalmente, jornais, hotéis, telefones, antes que possuíssem ruas regularmente abertas”.¹⁹⁸ Por fim, as colônias seriam capazes de antecipar fenômenos sociológicos que ainda não se havia verificado na metrópole, a esta experiência o autor chama de “lei de proterocronia”. “É o caso do Brasil, que faz a República que ainda não existe em Portugal, separa a igreja do Estado, coisa que também não existe em Portugal”.¹⁹⁹

Destas três leis o autor tira alguns ensinamentos, apontando para a complexidade da colônia e para não verificabilidade da lei de recapitulação ao afirmar que as colônias não precisam retornar aos estágios anteriores da metrópole, que elas podem acompanhar com tal ânsia que por vezes acabam se atrapalhando e que são capazes de antecipar fenômenos ainda não experimentados na metrópole. Segundo ele, “as colônias são organismos muito mais complicados do que um simples embrião animal e não podem entre si tais fenômenos seguir os degraus de uma evolução radicalmente idêntica”, e pontua: “nesse caso a sociologia seria inútil, a simples biologia daria conta de tudo”.²⁰⁰ Caberia, pois, à sociologia uma avaliação mais detida em cada

¹⁹⁶ *Idem, Ibid.*, p. 225.

¹⁹⁷ *Idem, Ibid.*, p. 230.

¹⁹⁸ *Idem, Ibid.*, p. 231.

¹⁹⁹ *Idem, Ibid.*, p. 231.

²⁰⁰ *Idem, Ibid.*, p. 234.

uma das “criações fundamentais da humanidade”, aspecto que o autor analisa no artigo seguinte que dá continuidade a este.

O autor conclui suas afirmativas sobre os exageros das teorias evolucionistas de recapitulação ressaltando que “comparadas entre si raças de todo estranhas, mostram certo paralelismo analógico nas várias fases de seu desenvolvimento (...), coisa explicável pela identidade da natureza humana”, “povos de uma mesma raça mostram certa homologia no seu desenvolvimento”, “um povo, comparado com uma ou mais colônias que tenha fundado, mostra nestas a adoção de ideias capitais por *homocronia*, *heterocronia* e *proterocronia*”, finalmente, “um povo, comparado consigo mesmo, nos vários momentos de sua própria evolução, pode aqui e ali passar por algumas *similitudes*, mais ou menos profundas; mas não se repete, desdobre-se”.²⁰¹ No fundo, sua preocupação é apontar a viabilidade da nação, do brasileiro, em meio a uma cena teórica que cada vez mais condenava as experiências étnicas, políticas, culturais e sociais. Romero criticava os autores europeus tendo em vista os usos destas teorias feitas pelos intelectuais compatriotas, afirmando em suas categorias sociológicas temporais que o Brasil não remontaria ao Portugal medieval, já que experimentara fenômenos políticos que nem a antiga metrópole havia tido.

No tomo seguinte da *RB* saiu o complemento deste artigo de Silvio Romero, um texto mais teórico que o anterior sobre as “classificações dos fenômenos em sociologia”. Nele o autor fazia um estudo sobre a criatividade humana, como os homens criavam e, a partir disso, faziam evoluir as sociedades, “raças”, nações, às quais integravam.²⁰² Ambos os artigos foram republicados no livro *Ensaio de sociologia e literatura*, de 1901, possivelmente como consequência de comentários elogiosos que os textos receberam quando impressos na *RB*. Os artigos de Romero alimentaram o debate sobre os evolucionismos no final do século XIX, serviram como ponto de reflexão acerca da produção de teorias para interpretar a natureza da realidade brasileira.

²⁰¹ *Idem, Ibid.*, p. 235.

²⁰² Ver ROMERO, Silvio. Classificação dos fenômenos em sociologia ou teoria das criações fundamentais da humanidade. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XIX, 1899.

2.4 Raça e racismo

“A liberdade estendeu já o seu manto de redenção e novos sóis iluminam os campos em que outrora negrejavam as nuvens da servidão”.²⁰³ O artigo do professor Domingos Freire, da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, sobre a atividade econômica de maior importância para o país até então, oferece-nos trechos significativos com relação a uma das visões possíveis sobre os negros no pós-abolição. Ele aponta que o

Café é para o Brasil o mesmo que o trigo é para os países europeus. E foi o braço escravo que espalhou esses pomares sem fim pelas encostas das serras, de onde assistiram as cenas cruéis do eito e às duras pragas da maldição de uma raça, enquanto os frutos cor de cereja no arbusto inocente avermelhavam o mesmo chão em que o sangue escravo escorria ao estalar do azorrague.²⁰⁴

A referência à “maldição de uma raça” não parece fortuita, mesmo que a “maldição de cam” fosse uma tópica cientificamente distante – presente num imaginário diametralmente oposto ao do cientificista do final do século XIX –; todavia, a suposição de uma praga rogada sobre os africanos era recorrente: a tela de Modesto Broccos, *A maldição de Cam*, era de 1895. No entanto, o que nos interessa aqui é, antes, o pressuposto de que aquela “raça” estaria naturalmente fadada à miséria.

As concepções sobre as “raças” eram diversas: alguns supunham estáticas; outros acreditavam que, apesar de estáticas, existiam possibilidades de transformações lentas; havia quem acreditasse no processo civilizatório com base no contato entre civilizados e não-civilizados; etc. Buscando estabelecer uma diferença entre o racista e o racialista, Tzvetan Todorov sugere que

de um lado um *comportamento* feito, o mais das vezes, de ódio e desprezo com respeito a pessoas com características físicas bem definidas e diferentes das nossas; e, por outro lado, de uma *ideologia*, de uma doutrina referente às raças humanas.²⁰⁵

²⁰³ FREIRE, Domingos. A pátria das plantas cultivadas. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. X, 1897, p. 229.

²⁰⁴ *Idem*.

²⁰⁵ TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991, p. 106.

Ainda segundo Todorov, “o racista comum não é um teórico”, não tem a necessidade de fundamentar sua conduta cientificamente. Já o racismo é um conjunto de reflexões e experimentações que almejam algum respaldo científico. O autor define a categoria analítica como: a) a afirmação da existência das raças humanas; b) ligação entre o comportamento do indivíduo e suas características físicas; c) comportamento comum ao grupo, o sujeito não tem vontade e segue uma moral herdada de sua raça; d) hierarquia universal dos valores, onde se sustenta a superioridade ou inferioridade de alguma raça; e) e, por fim, uma política baseada no conhecimento, ou seja, trata-se de definições políticas para ação de um grupo sobre o outro, na maior parte das vezes subjugando-o.²⁰⁶

O pensamento racista, este coletivo singular que concentra uma diversidade de perspectivas, mobilizou um conceito de “raça” intrinsecamente vinculado aos desenvolvimentos naturalistas desde meados do século XVIII. Claude Blanckaert afirma que “a classificação natural pretende explicar o mundo e reduzir suas disparidades em coordenadas formais”, e assegura em seguida que “o paradigma classificatório oferecia um espaço de exame e um princípio de ordem, no duplo sentido da palavra, distributivo e imperativo”.²⁰⁷ O impulso pela classificação e ordenação da natureza, a tentativa de dar alguma inteligibilidade à irregularidade do mundo e a pretensão em organizar o mundo a partir de um viés, tornou o pensamento racista no século XIX alguma coisa próxima daquilo que Todorov observou: elaborações teóricas e científicas acerca da diversidade humana que poderiam servir de fundação para definições políticas.

O naturalismo cientificista, a filosofia iluminista e o pensamento liberal do final do século XVIII²⁰⁸ constituem o cenário intelectual no qual o conceito de “raça” obtém o formato semântico que o identifica na modernidade. Neste sentido, temos verbos que se complementam – classificar/hierarquizar, ilustrar/civilizar – e articulam formulações como as noções de uma história universal, de modelos de desenvolvimento humano, projeções de igualdade, etc. Segundo Thomas McCarthy, “a diferenciação racial e a hierarquia farão sentido tanto no contexto do desenvolvimento sociocultural humano naturalmente concebido, como, e ao mesmo tempo, no

²⁰⁶ *Idem, Ibid.*, p. 107-110.

²⁰⁷ BLANCKAERT, Claude. Un fil d’Ariane dans les labyrinthe des origines... Langues, races et classification ethnologique au XIX^{ème} siècle. In. *Revue d’Histoire des Sciences Humaines*, n. 17, v. 2, 2007, p. 138.

²⁰⁸ Sobre o naturalismo cientificista, ver o livro já citado de Tzvetan Todorov, sobre a filosofia iluminista ver Andreas Hofbauer que consta em epígrafe, e sobre o pensamento liberal na formulação moderna do conceito de raça, ver Thomas McCarthy, *Race, Empire, and the Idea of human development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

contexto da espécie atingindo o ápice do moralmente concebido”.²⁰⁹ Estas ideias terão particular importância nas interpretações evolucionistas do final do século XIX, e em especial num país como o Brasil que apresentava ao seu intérprete o encontro de tantas “raças” diversas.

Outra peculiaridade do pensamento racialista brasileiro do final do século XIX é a recorrência da ideia de hereditariedade e da teoria de Hipolyte Taine, ambas imersas num emaranhado de termos evolucionários. O crítico e escritor Múcio Teixeira, num texto sobre a literatura brasileira, dizia que “as nossas excepcionais condições de raça, e de meio físico, parece-me que já vai chegando o momento histórico de nos compenetrarmos do singular papel que nos está reservado”.²¹⁰ Na ocasião, o crítico estava preocupado com a produção literária de uma nação ainda jovem, lançando mão da teoria de Taine sobre o meio, a “raça” e o momento histórico para conjecturar o porvir da literatura brasileira. Outra observação neste sentido foi feita por Fausto Cardoso: “o meio e a raça, conceitos outrora separados e insomáveis, reúnem-se no luminoso foco com que Spencer fez ressaltar a analogia absoluta entre os organismos vivos e as sociedades”.²¹¹ Aqui, a teoria da história literária de Taine passa para a matéria dos estudos históricos mais gerais, combinada com o organicismo de Herbert Spencer e serve de base para uma interpretação do social.

Nessa mescla que marca o pensamento racialista brasileiro do final do século XIX a afirmação da existência da “raça”, da classificação e sua hierarquização é o básico para compreendermos estes racialismos. Existem nuances entre os intelectuais em matéria de experimentações teóricas, alguns desenvolvem determinadas interpretações partindo de um evolucionismo mais biológico, sociológico, cultural; outros fazem uso das teorias que relacionam “raça” e meio. Tudo isso para lembrar que aquele coletivo singular (pensamento racialista brasileiro) reunia uma diversidade de reflexões, apesar de aspectos comuns. Poderíamos tomar como assunto exemplar a indagação de Fausto Cardoso:

Que é a divisão da espécie humana em raças, senão uma classificação, conforme o princípio genésico,²¹² isto é, uma classificação, conforme as disposições hereditárias e as diferenças de origem, estruturais e mentais?²¹³

²⁰⁹ McCARTHY, Thomas. *Op. Cit.*, p. 53.

²¹⁰ TEIXEIRA, Múcio. A literatura brasileira. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. IV, 1895, p. 379.

²¹¹ CARDOSO, Fausto. *Op. Cit.*, t. IV, p. 149.

²¹² O termo “genética” foi aplicado pela primeira vez em 1908, em estudos sobre genes, hereditariedade e variações orgânicas.

Ou seja, a mobilização de ideias como a classificação da humanidade em “raças” diversas, a investigação das origens sócioespaciais, a análise do estágio evolucionário de acordo com a hereditariedade, serviram às experimentações de linguagens do pensamento racalista para interpretação da brasilidade no final do século.

O pensamento racalista brasileiro do final do século XIX estava imerso numa linguagem que reunia as categorias evolucionistas de interpretação do tempo, as pretensões científicas que colocam a ciência como uma causa e o tratamento do conceito de raça. Segundo John Pocock, “as linguagens são poderosas estruturas mediatárias, e atuar sobre elas e no interior delas é atuar sobre pessoas, talvez imediatamente, mas também por meio de uma transformação dos seus meios de mediação, o que, com frequência, é feito de maneira indireta e leva tempo”.²¹⁴ Neste sentido, podemos pensar que as linguagens racialistas eram utilizadas em meios periódicos para empreender campanhas ou projetos científicos de autonomização do discurso intelectual com o governamental, um distanciamento político do Estado em prol de um espaço de fala privilegiado voltado à sociedade. Ela também era uma mediação entre o intelectual criador e o leitor, e enquanto mediação agia no sentido de promover leituras da brasilidade com a autoridade que a ciência possuía à época, ou seja, com base numa concepção determinista e fixa do mundo, dos homens, da “raça”.

Procurei demonstrar neste capítulo que as tópicas racialistas no final do século XIX continham horizontes latentes de expectativas internas à constelação conceitual que estes racialismos mobilizaram. Havia, pois, no cientificismo a pretensão de apreender a lei que fotografasse a natureza fixa do mundo, havia também uma interpretação que pretendia compreender a dinâmica das “raças” no tempo e no espaço. Desta maneira, disciplinas que trabalhassem cientificamente articulando o estático e o dinâmico possuíam possibilidades discursivas privilegiadas para dar conta de tal articulação, apresentando uma argumentação política e científica. E estas disciplinas foram a história, a antropologia e a sociologia – que não possuíam um caráter autônomo de disciplina neste momento, mas apareciam como argumento científico ou narrativas com pretensões científicas –, unidas às teorias evolucionistas que

²¹³ CARDOSO, Fausto. *Ibid.*, t. III, p. 304.

²¹⁴ POCCOCK, John. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 82.

ofereciam categorias de interpretação da dinâmica social. Ou seja, estas disciplinas aliadas às teorias evolucionistas conseguiram articular a estática científica e a dinâmica sociorracial.

A *RB*, como um espaço que estimulava a movimentação de ideias, é um interessante suporte onde pudemos observar com base na metáfora do termômetro de que maneira as tópicas racialistas eram articuladas entre os intérpretes e as premissas de suas reflexões. Para tanto, nos foi útil uma análise da história que Fausto Cardoso pretendia, da etnografia que Nina Rodrigues empreendeu e da crítica sócio-histórica de Silvio Romero. Isto é, uma escrita da história naturalista que criasse prognósticos cientificamente embasados nos desenvolvimentos monistas de Haeckel, uma etnografia que perscrutasse os estágios evolutivos das “raças” que compunham o Brasil e a complexidade mestiça da brasilidade, e uma sociologia que compreendesse os organismos sociais para desvendar as tramas da sociedade e elaborar diagnósticos da nação. Todos estes lugares articulados a outras perspectivas engendraram formas de ver as brasilidades, as tópicas racialistas observadas aqui indicam maneiras de olhar a miscigenação e o mestiço.

Num país como o Brasil do final do século XIX, onde o atraso sócio-econômico com relação a outras nações ocidentais era cada vez mais evidente, estas linguagens e experimentações racialistas apareciam como alternativas para formular o diagnóstico do atraso. Alguns responsabilizavam o quadro étnico brasileiro, outros sentenciavam a falta de investimentos do governo. Existiam também aqueles que apontavam para evolução histórica da experiência social brasileira: “a liberdade estendeu já o seu manto de redenção e novos sóis iluminam os campos em que outrora negrejavam as nuvens da servidão”.²¹⁵

²¹⁵ FREIRE, Domingos. *Op. Cit.*, t. X, 1897, p. 229.

3 LEITURAS DA MISCIGENAÇÃO: HORIZONTES RACIALISTAS NA *REVISTA BRASILEIRA*

O animismo fetichista africano, diluído no fundo supersticioso da raça branca e reforçado pelo animismo incipiente do aborígine americano, constitui o subsolo ubérrimo de que brotam exuberantes todas as manifestações ocultistas e religiosas da nossa população.²¹⁶

Considerar a polissemia da mestiçagem [constitui] em considerar a construção das identidades sociais. Focalizar a *construção* das identidades, seu caráter relacional e cambiante, leva, mais uma vez, a uma desnaturalização. De certa forma, a identidade é uma ilusão e uma contingência, apoiada exatamente na crença de que é uma verdade e uma necessidade.²¹⁷

As formas de ver a brasilidade, ou interpretá-las, impressas nas páginas da *RB* trazem no bojo das tópicas racialistas uma complexa trama de leituras sobre a miscigenação e as historicidades que compunham a nação. A revista, oferecendo-nos um termômetro acerca do debate público sobre tais questões, comporta uma interessante diversidade de horizontes de expectativas a respeito destas leituras. Cada interpretação elabora uma expectativa que está “ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também ela se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”.²¹⁸ Ou seja, as avaliações sobre a miscigenação apontavam pretensões ou previsões daquilo que se argumentava com ambição de alcance, os horizontes racialistas de expectativas eram elaborações que aspiravam tal ou qual brasilidade de acordo com quem os formulavam.

Estes intelectuais que discutiam a “raça” de acordo com as questões que o momento suscitava estavam preocupados em compreender o povo brasileiro nas suas constituições étnicas e temporais, o que aquela população poderia gerar num futuro e a possibilidade de a nação vir a ser uma grande “civilização” nos trópicos. Para tanto, partiam de dois eixos analíticos que agrupavam visões mais ou menos diversas sobre a miscigenação e o mestiço: de um lado, um projeto civilizador com base numa estrutura alegórica que compreende a miscigenação num

²¹⁶ RODRIGUES, Nina. Ilusões da catequese no Brasil. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. IX, 1897, p. 321.

²¹⁷ LIMA, Ivana S. *Op. Cit.*, 2003, p. 18.

²¹⁸ KOSELLECK, Reinhart., *Ibid.*, 2006b, p. 310.

processo branqueador e o mestiço como meio para este; de outro, uma perspectiva de que a população precisava ser ainda conhecida, diagnosticada, em termos étnicos e temporais para que se pudesse determinar observações precisas acerca da qualidade do brasileiro e suas potencialidades.

As reflexões sobre a diversidade de historicidades brasileiras – sejam pelas elaborações de diagnósticos ou pela noção de miscigenação como processo de embranquecimento – esboçaram pontos de vista ora mais otimista, ora ufanista, ora decadentista, entre outros. É preciso dizer que nem todos os intelectuais deste período estavam de acordo com tais observações, havendo aqueles que discordavam dos usos do conceito de “raça”, das leituras relativas à miscigenação, ou ainda dos horizontes racialistas. Buscamos neste capítulo analisar não apenas a diversidade de perspectivas, como também as observações acerca da brasilidade como temas postos em horizontes de expectativas.

3.1 Projetos e diagnósticos de brasilidade

“A cor da população interessava diferentemente aos diversos níveis do Estado”,²¹⁹ desta maneira Ivana Lima sugeria que a mestiçagem, o mestiço, atuava num “espaço de ambigüidades” variado, que em cada circunstância fazia surgir uma possibilidade da polissêmica e polifônica experiência mestiça de brasilidade. Para o sujeito – submetido ou atuando – que estava nessa esfera confusa, a identidade se movia de acordo com os interesses: nos círculos sociais, com relação à polícia, aos sentidos e outras pesquisas do Estado, etc. Para os intelectuais que refletiam sobre o Brasil, ora o mestiço era visto como distinção nacional, ora como fonte de degeneração. Por isso, Ivana Lima aponta para o caráter contingente da identidade, e, sobretudo, da identidade mestiça.

Silvio Romero num artigo sobre o teatro de Martins Penna falava que o constrangimento causado pelo realismo de sua peça nas pessoas ocorria pelo contraste étnico entre o Brasil da elite e a nação real. O autor colocava que

outra causa que deve ter muito contribuído é a constante referência a *escravos*, *moleques*, *mucamas*, o aparecimento de *pretos* ou *cafuzos* em cena; por que num país onde a maioria da população é de gente de cor, de mestiços de todas as gradações, essas

²¹⁹ LIMA, Ivana S., *Ibid.*, 2003, p. 206.

coisas não agradam, não podem agradar e nós, a despeito de todas as nossas pretensões liberalizantes, temos em larga escala, a pretensão e o gosto da *branquidade*. Aqui só dá por mestiço quem de todo não o pode negar; todos os mais, logo que possam disfarçar, dão-se por brancos de boa linhagem.²²⁰

Na avaliação de Romero, a sociedade brasileira dos anos de 1830 e 40 não estava disposta a presenciar a afirmação de que a “gente de cor” constituía também a nação, assim como a posteridade que teria legado esquecimento ao dramaturgo. Para o autor, a miscigenação é uma esfera de aproximação da “branquidade”, o mestiço que poderia se identificar como branco logo o fazia. No entanto, detenhamo-nos no “gosto pela branquidade”, a despeito das “pretensões liberalizantes” de intelectuais como Silvio Romero.

As “pretensões liberalizantes” e o branqueamento da população não foram, necessariamente, percepções antagônicas; muitos pensadores liberais das décadas finais do século XIX articularam o conceito de “raça” à reflexão sobre os papéis sociais dos sujeitos nacionais. A própria noção liberal de igualdade sinaliza para um processo de homogeneização – onde o diferente deveria ser segregado ou extinto –, alguns pensadores sustentaram que não havia ainda um povo brasileiro, pois, dado a noção de nacionalidade mais adotada, a nação tinha de ser composta por uma “raça” homogênea. E esta homogeneidade seria alcançada com o branqueamento, seja através da imigração ou da miscigenação, sendo este último o processo defendido por mais intelectuais no final do século. Pode parecer um lugar comum a ideia de que a miscigenação no final do século XIX visava o branqueamento da população, até visava, mas é preciso dizer que se trata de uma pretensão muito mais antiga²²¹ e que este processo está imerso em linguagens e aspirações datadas, ou seja, imbuídos de um realismo e um devir civilizatório cientificista, próprios deste *fin-de-siècle*.

A polissemia dos estudos sobre a miscigenação apontava uma diversidade de horizontes defendidos pelos intelectuais, localizamos dois eixos de leituras possíveis: de um lado, a miscigenação aparece como alegoria de um processo de branqueamento; de outro, o horizonte temporal mestiço sinaliza a precoce decadência nacional. Cabe destacar duas noções que são marcas de intelectuais da Geração de 1870 para o olhar a nação: diagnóstico e projeto.²²²

²²⁰ ROMERO, Silvio. *Op. Cit.*, 1897, p. 163.

²²¹ Ver, neste sentido, o livro de Andreas Hofbauer, *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Edunesp, 2006.

²²² RODRIGUES, Antonio Edmilson. *Op. Cit.*

Segundo Antonio Edmilson, “a noção de diagnóstico sugere a ideia de ideal (...), a importância dessa associação entre diagnóstico e ideal compreende uma nação em construção”, e “a noção de projeto configura sua associação à ideia de modelo, sugerindo que a nação, após experimentar o novo, consolida-se como moderna pela constituição de uma estrutura modelar”.²²³ Enquanto o “diagnóstico” sugere uma necessidade de se conhecer a nação, o “projeto” aponta para um país já conhecido, tornando possível a projeção de modelos para se alcançar os objetivos definidos. Neste sentido, ao passo que os intelectuais que trabalhavam com a alegoria de miscigenação possuíam um modelo mais ou menos definido para se alcançar a “civilização”, aqueles que elaboravam diagnósticos exploravam aspectos ideais das experiências analisadas para alcançar a nação e conjecturar o porvir.

A “pretensão e gosto pela branquidade” e o desagrado pela “gente de cor” levou muitos intelectuais a projetarem um espaço de tempo em que o Brasil alcançaria um padrão cultural e populacional europeu. Este período seria trabalhado biologicamente e socialmente pelo mestiço como um aparelho natural de adequação da “civilização” aos ares tropicais, a miscigenação como processo é uma alegoria que estes pensadores se valeram não mais para afirmar um projeto de harmonia da nação, mas uma proposta de possibilidade nacional e potencialidade política. Se a leitura da formação do brasileiro apontava para um presente onde “a maioria da população é de gente de cor”, o futuro era imaginado por muitos intelectuais com o otimismo da vitória dos brancos sobre as “raças não-civilizadas”. É importante ressaltar que, apesar desta generalização, as nuances de cada interpretação sobre o assunto revelam apontamentos e respostas diferentes entre estes pensadores.

Sobre a alegoria, Massaud Moisés propõe que ela fala a respeito de um “discurso acerca de uma coisa para fazer compreender outra”, trata da “concretização do mundo abstrato” e pode ser representada em narrativas, assim como em linguagem não-verbal.²²⁴ Carlos Ceia acrescenta que “uma alegoria é aquilo que representa uma coisa para dar ideia de outra através de uma ilação moral; (...) regra geral, a alegoria reporta-se a uma história ou uma situação que joga com sentidos duplos e figurados”.²²⁵ Desta forma, “a decifração de uma alegoria depende sempre de uma leitura intertextual, que permita identificar num sentido abstrato um sentido mais profundo,

²²³ *Idem, Ibid.*, p. 213 e 214.

²²⁴ MOISÉS, Massaud. Dicionários de termos literários. São Paulo: Cultrix, 2004, p.14.

²²⁵ CEIA, Carlos. “Sobre o conceito de alegoria”. In. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 19-26, 1998, p. 19.

sempre de caráter moral”.²²⁶ Compreender a estrutura alegórica sobre o processo de miscigenação a partir das diversas linguagens apresentadas naquele período é um meio de aprofundar a reflexão com relação à miscigenação, tanto quanto apreender o papel atribuído ao mestiço como portador de uma missão nacional: a de levar o país às glórias da “civilização”. Esta alegoria é referida inúmeras vezes pelas três gerações necessárias para tal esforço, como a personagem de Azeredo que está na metade do caminho.

De corte naturalista-realista, o conto de Magalhães de Azeredo é iniciado com uma descrição detalhada do cenário da história: uma plantação de café e cana. As personagens também são caracterizadas em seus pormenores, sobretudo aquelas que atuam na tensão central da narrativa: o conflito entre D. Bellarmina e a escrava Manoela. A primeira é apresentada pela severidade no trato com os escravos e por uma apresentação de suas características físicas que, aparentemente, se relacionam ao seu comportamento.²²⁷ Podemos destacar duas maneiras como o autor lida, a partir de determinismos, com suas personagens: a primeira, ligada ao racismo, atribui ao comportamento delas características inatas de acordo com cada “raça”; e a segunda se refere a determinadas qualidades que são conferidas aos modos femininos.

O cotidiano da fazenda é apresentado numa espécie de divisão do trabalho entre os escravos: “no pátio dois negros velhos, curvados, batiam com longas varas o feijão que secava; um pardo alto, à porta da estribaria, atirava baldes de água ao lombo dos animais de sela”²²⁸. Eis que a nossa personagem é apresentada, e é nesta apresentação que pretendo me deter para que possamos observar não só a descrição de um tipo dentro da narrativa, mas de uma alegoria acerca da miscigenação como processo. Magalhães de Azeredo aponta, quando aborda as escravas da fazenda, a diferença entre a mulata Manoela e as outras escravas que se supõe sejam negras: a “mulatinha” Manoela, “filha de um português” e “uma ‘fula’”,²²⁹ era “famosa naqueles sítios pela sua beleza (...); a tez, da verdadeira cor do jambo maduro, e os cabelos anelados, indicavam a progressiva influência do sangue branco, anulando as imperfeições e rudeza da raça primitiva, através de duas ou três gerações”.²³⁰ Antes de nos determos a esta descrição, observemos que o autor expõe as outras escravas que faziam intriga e praticavam vingança com Manoela de modo

²²⁶ *Idem, Ibid.*, p. 20.

²²⁷ MAGALHÃES de AZEREDO, Carlos. “Uma escrava”. In *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. I, 1895, p. 129.

²²⁸ *Idem, Ibid.*, p. 131.

²²⁹ Fula é uma etnia que habita a região da Nigéria e do Congo, além de algumas partes do norte da África.

²³⁰ *Idem, Ibid.*, p. 131.

que tal comportamento seria típico do negro, que possui um inato espírito vingativo.²³¹ Mas fiquemos com esta imagem que o autor mostra acerca da miscigenação: o efeito purificador do sangue do branco sobre a perversidade “das raças primitivas”.

Vejamus que a “progressiva influência do sangue branco” revela uma apropriação do saber biológico muito utilizado na literatura naturalista para dar conta da realidade como se fosse uma vocação do escritor. Além disso, observa-se uma dupla noção da ciência como fator do projeto civilizador: por um lado, o mais evidente, temos o uso da linguagem biológica já mencionada; por outro, mais latente, temos que o “sangue branco”, detentor do conhecimento científico, objetiva corrigir a “rudeza da raça primitiva”, elevando-a à “civilização”. Com efeito, a ciência era o caminho para o mundo civilizado neste terço final do século XIX, utilizava-se da ciência enquanto linguagem e prática, no primeiro caso a partir de homologias biologizantes, no outro como desígnio nacional: um país civilizado, europeizado, branqueado. Para tanto, o lugar social do mestiço e da miscigenação era privilegiado, neste debate otimista ou harmonizador, pois tratava da ambição nacionalista de tornar-se uma grande pátria.

Dada a realidade brasileira, o mestiço constituiu os contornos possíveis para o caminho do progresso e da “civilização” que seriam alcançados “através de duas ou três gerações”. Esta alegoria é comum a outros pensadores, artistas, cientistas e escritores, dentre os quais se propuseram a desenhar o mestiço. Entre eles temos Modesto Brocos (1852-1936), pintor de origem espanhola, naturalizado brasileiro, que em 1895 pintou *A redenção de Cam*. A tela revela muito sobre o tempo e os termos para o branqueamento da população nesta concepção. Trata-se da passagem em três gerações do negro ao branco: notemos a avó negra, a mãe mulata e o filho branco. A imagem está de acordo com o entendimento das gerações necessárias para que “o sangue branco” anulasse as “imperfeições e rudeza da raça primitiva”.

Modesto Broccos nasceu em Santiago de Compostela, no ano de 1852, numa família de artistas. Aos 19 anos se viu na necessidade de deixar a Espanha rumo à América do Sul, primeiro Buenos Aires e depois Rio de Janeiro, com a intenção de se dedicar à arte. No Rio, começou trabalhando na imprensa, como correspondentes de revistas ibéricas e gravurista d’*O Mequetrefe*. Segundo Tatiana Lotierzo e Lilian Schwarcz, “no Brasil, Brocos encontrou um ambiente capaz de aguçar o interesse pela temática que combinava as narrativas épicas ou bíblicas com tipos locais,

²³¹ *Idem, Ibid.*, p. 132.

o que impunha o desafio de explorar distintas tonalidades de tons terrosos na caracterização da pele de personagens típicas”.²³² Brocos frequentou aulas da Academia Imperial de Belas Artes, onde a temática histórico-realista era bastante tratada, nos idos dos anos 1870, ocasião a qual lhe foi sugerido abordar a história bíblica do Noé bêbado.

Figura 4 – *A Redenção de Cam*, Óleo sobre tela, 199cm x 166cm



BROCOS, Modesto. *A redenção de Cam*. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1895.

²³² LOTIERZO, Tatiana; SCHWARCZ, Lilia. “Raça, gênero e projeto branqueador: ‘A redenção de Cam’, de Modesto Brocos”. In. *Arteloge*, Paris, v. 5, pp. 35-56, 2013, p. 41.

O traço realista da tela retrata uma cena em que a avó negra agradece pela redenção de sua descendência na figura do neto embranquecido pela miscigenação, do outro lado está o pai branco a olhar satisfeito o produto da ação civilizadora de seu sangue e ao centro a mãe mestiça em pose próxima às representações renascentistas da Virgem Maria aponta a avó ao filho. Segundo Tatiana Lotierzo, as “personagens lembram a madonna que carrega o menino Jesus no colo; José; e o anjo que intermedeia, na iconografia religiosa, as relações entre o plano terreno e a divindade, ao estabelecer algum tipo de conexão gestual mais direta com uma dimensão ausente da cena”.²³³ É interessante observar na tela o papel das mulheres remetendo às qualidades descritas por Magalhães de Azeredo, a personagem feminina nestas representações possui a tarefa de intermediar o branqueamento. Desta maneira, o feminino e o mestiço estão numa mesma esfera de ambigüidade.

O que podemos notar com a “passagem do negro para o branco” não é só a eliminação física e cultural de uma “raça”, não se trata somente da supressão da alteridade que visava tornar mais evidente a nação homogênea em termos étnicos, refere-se também a uma afirmação implacável da necessidade do progresso. A noção de progresso aqui está intrinsecamente ligada às potencialidades da cultura europeia tão-só, tornando irrelevantes as contribuições de outras culturas. A estrutura alegórica que buscamos destacar em *Uma escrava* deve ser decifrada a partir da leitura intertextual de uma época. Obviamente a miscigenação não possuía apenas este sentido de harmonização, outras interpretações davam conta de uma imagem desordeira do mestiço. Entretanto, podemos observar neste quadro que a linguagem racalista desenhou o mestiço como caminho para o progresso e “civilização”. Aparece latente por trás deste desejo de branqueamento a semântica civilizatória que está ligada àquela vontade mesma de ser Europa, de ser civilizada, de criar uma identidade nacional que aproxime o velho continente dos trópicos.

Os intelectuais brasileiros que debateram “raça” com base no problema do desenvolvimento nacional propuseram-se discutir o que era – e o que poderia se tornar – o povo brasileiro. Mestiço e miscigenação não são conceitos isentos de ambigüidade, não são constatações fáceis de ser apreendidas num discurso onde o cenário discursivo muitas vezes repreende tais formulações. Segundo Ivana Lima, “todo o debate sobre o mestiço consistiu em

²³³ LOTIERZO, Tatiana. *Contornos do (in)visível: a redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos*. São Paulo: USP, 2013, p. 238. [DISSERTAÇÃO]

definir possíveis significados para esta noção, e em tentar, a partir destas definições, orientar o destino da *Nação* no caminho do *progresso e civilização*".²³⁴ Desta maneira, buscamos analisar aqui a segunda parte, a que busca orientar os destinos da nação.

Marcelo Paixão e Flavio dos Santos Gomes apontaram que “quando o pensamento culturalista moderno consagrou o princípio da mestiçagem, evidentemente o mesmo acabaria valorizando o legado das três raças formadoras do povo de nosso país”, e concluem que “essa consagração, entretanto, não diz tudo acerca dos papéis sociais que cada um dos brasileiros teria no país do futuro”.²³⁵ Neste sentido, observamos que muitas vezes o papel de cada uma das três raças no processo miscigenador/civilizador era contribuir para o progresso do homem branco em terras tropicais.

Pintado em quadro de época, a alegoria acerca do mestiço e da miscigenação em *Uma escrava* traça um projeto onde as “raças primitivas” seriam corrigidas pelo “sangue branco”. Como colocou Machado de Assis, é mais um quadro da escravidão do que do cenário em que os escravos trabalhavam,²³⁶ mas, aprofundando a leitura, pensemos escravidão aqui como uma moeda de troca a qual o homem branco cobrava para que pudesse corrigir as imperfeições das “raças primitivas”. Portanto, o quadro mestiço que visualizamos é uma invenção harmonizadora que busca perscrutar o progresso, a “civilização”. Pintado no final do século XIX, a alegoria mestiça da brasilidade é um festival de cores que visa homogeneizar. Talvez soe paradoxal para nosso tempo que a mistura de cores engendre algum tom de branco, mas para aqueles observadores e para aquela época o quadro mestiço era uma oportunidade de branquear.

Tendo em vista que nem sempre a miscigenação como modelo para se alcançar a “civilização” era pensada para interpretar a nação, alguns intelectuais buscaram avaliar as qualidades temporais das “raças” que integravam o país. Compreender as historicidades destas “raças” significava não só traçar prognósticos cientificamente eficazes, mas lidar com a realidade presente das populações que, no final do século XIX, começavam a abundar as grandes cidades do Brasil. Nestas relações temporais entre passado, presente e futuro, os intelectuais buscavam articular o entendimento dos passados plurais com o presente coletivizado nos encontros das

²³⁴ LIMA, Ivana S. *O Brasil mestiço. Op. Cit.* p. 92.

²³⁵ PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio dos S. Raça, pós-emancipações, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. In. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 4, pp. 171-194, 2008, p. 189.

²³⁶ MACHADO DE ASSIS, J. M. *A Semana I. Obras completas*. São Paulo: Globo, 1997, p. 214.

idades e com o futuro que se pretendia etnicamente singularizado, apreendendo o tempo em camadas de experiências diversas: evolutivas e progressivamente homogeneizadora. Os tempos mestiços de uma nação ainda em construção eram idealizados com pretensões à “civilização”, estas idealizações não possuíam moldes exemplares a serem sugeridos pelos intelectuais como etapas.

Os tempos passados apontariam, em suas estratificações complexas, os ritmos diversos da evolução de cada “raça” que compunha a nação. A ideia de “estratos do tempo”, retirada de Reinhart Koselleck, “remete a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformaram e se diferenciaram uma das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica”.²³⁷ A metáfora nos é interessante pela ideia das diversas profundidades que o tempo pode trazer: as leituras evolucionistas do final do XIX abordam tais “estratos” em termos de densidade da experiência do mundo no tempo e a capacidade que supunham criativa de cada “raça”. Neste sentido, “o progresso é pensável e possível, pois o tempo, ao transcorrer como sucessão de singularidades, também libera inovações que podem ser interpretadas progressivamente”.²³⁸ Ou seja, a compreensão das temporalidades tem de ver com a sucessão de experiências singulares que marcam os estágios evolutivos: “a proposta de diferentes estratos do tempo permite tratar de diferentes velocidades de mudança”.²³⁹

Apreender a temporalidade abstrata das experiências das “raças” era misturar uma concepção de tempo intangível com uma concretude dos tipos naturais das leituras racialistas, ou seja, uma amalgamação do tempo abstrato com o físico. Algumas categorias evolucionistas evocavam esta leitura sobre as temporalidades, como as já tratadas “homocronia”, “heterocronia” e “proterocronia” utilizadas por Silvio Romero. Na *RB*, quem se destacou pelos usos de categorias evolucionistas temporais nas abordagens antropológicas, publicando um estudo pioneiro à época, foi Nina Rodrigues com artigos sobre a religião na Bahia.

A imprensa fez ecoar o artigo de Nina Rodrigues em debates sobre as pertinências do estudo para a sociedade brasileira. No recifense *Jornal Pequeno*, numa matéria sobre “feitiçaria e o Código Penal”, a questão levantada era o temor supersticioso da população que afetava até a

²³⁷ KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo. In. _____. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014, p. 19.

²³⁸ *Idem, Ibid.*, p. 21.

²³⁹ *Idem, Ibid.*, p. 25.

política, dizia que “o fetichismo dos africanos, afinal libertos, estava corrompendo nossa altiva civilização” e conclamava: “guerra aos sacerdotes fetichistas, guerra aos feiticeiros!”.²⁴⁰ Já na *Revista do Museu Paulista*, o artigo de Rodrigues ganha relevo por mobilizar uma bibliografia estrangeira: “o que torna tão importante esse estudo antropológico é o conhecimento da respectiva literatura de *Tylor* e outros autores que se tem ocupado do animismo”, e aponta que o “Dr. *Nina Rodrigues* está do mesmo tempo nos introduzindo nos mistérios dos *Candomblés* e expondo os motivos e analogias demonstradas pela investigação etnográfica e comparativa”.²⁴¹

Em “o animismo fetichista dos negros baianos” Rodrigues busca avaliar na religião africana o estágio evolutivo da população da Bahia, composta por dois terços de negros e seus mestiços segundo o autor. Ele inicia o artigo opondo seu estudo a alguma ciência oficial: “só a ciência oficial, na superficialidade e dogmatismo, poderia persistir em afirmar ainda hoje que a população baiana é na sua totalidade uma população monoteísta cristã”.²⁴² Ele aponta a necessidade de conhecer as “condições mentais” dos dois terços da população de “raça inferior” que “não teria a capacidade de abstrair o monoteísmo”. Sua etnografia da religião, com a pretensa isenção da cientificidade da época, visava a “observação documentada, tão minuciosa e severa como pede a natureza delicada do assunto”,²⁴³ no sentido de comprovar a incapacidade daquela população ao catolicismo, contrapondo à ciência oficial indutiva seus estudos etnográficos metodologicamente empreendido.

A observação de que esta parcela da população baiana não estava preparada mentalmente para as abstrações monoteístas poderiam ser percebidas na

persistência do fetichismo africano como expressão do sentimento religioso, é fato que as exterioridades do culto católico aparentemente adotado por eles, não conseguiram disfarçar nem nas associações híbridas que com esse culto largamente estabeleceu o fetichismo, nem ainda nas práticas genuínas da feitiçaria africana, que ao lado do culto cristão por aí vegeta exuberante e válida. A existência na Bahia de crenças fetichistas tão profundas, de práticas tão regularmente constituídas como as da África (...), esta existência, assim vivida e multiforme, é coisa que está no ânimo público e no pleno conhecimento de todos.²⁴⁴

²⁴⁰ Feitiçaria e o código penal. In *Jornal Pequeno*. Recife, 18/10/1900, p. 1.

²⁴¹ IHERING, Hermann von. Bibliografia. In. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. II, 1897, p. 436.

²⁴² RODRIGUES, Nina. O animismo fetichista dos negros baianos. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. VI, 1896, p. 75.

²⁴³ *Idem, Ibid.*

²⁴⁴ *Idem, Ibid.*, p. 76.

Nina Rodrigues faz uso da *Primitive culture*, de Charles Tylor, na sua leitura evolucionista da religiosidade africana na população baiana e suas misturas com elementos próprios da colonização. Ele aponta que a dificuldade de compreender a cultura africana e sua temporalidade está no grave fato da escravidão no Brasil.

A violência da escravidão fazia o negro se converter ao catolicismo e esconder suas práticas fetichistas, segundo Rodrigues, que aponta ser este o motivo do receio do negro em revelar sua religiosidade e talvez ele comungar o catolicismo e o candomblé ao mesmo tempo. Esta conclusão se deu pela dificuldade do autor em imergir nos cultos de candomblé para seu estudo etnográfico. O objetivo do estudo publicado originalmente na *RB* é “menos do que buscar a filogênese africana do nosso fetichismo negro e indagar até onde se mantiveram puras as práticas e crenças religiosas importadas, é aquele o meu intento”.²⁴⁵ Dispensando o evolucionismo haeckeliano, o autor busca compreender os estágios evolutivos daquela cultura na Bahia. Sua pesquisa se pauta também no estudo lingüístico, não com os mesmos princípios da “etnografia do IHGB”,²⁴⁶ mas com vista a identificar as matrizes africanas da população baiana. Na pesquisa sobre as palavras de origem ioruba que o autor empreende, ele busca avaliar os limites das misturas culturais: “a tradução da palavra *orixá* por *santo* devia concorrer para facilitar a fusão das crenças fetichistas do negro com o catolicismo que lhe ensinaram no Brasil”.²⁴⁷

Os conceitos de animismo e fetichismo estão ligados a uma leitura evolucionista das experiências humanas e dizem de uma “crença difundida entre os povos primitivos de que as coisas naturais são todas animadas”.²⁴⁸ O “animismo”, desenvolvido por Charles Tylor, substituiu o termo fetichismo nos estudos sobre religião. O uso das duas categorias por Nina Rodrigues visa um tom enfático no estágio evolutivo daquelas populações estudadas pelo autor. “Animismo fetichista”, portanto, é um esforço de caracterizar “os negros e seus mestiços” como “raças” em estágio de evolução anterior ao branco, mas também de observar que os estágios não são permanentes e que as potencialidades de abstração e desenvolvimento intelectual são exercícios de passagem evolutivas de um a outro estágio.

²⁴⁵ *Idem, Ibid.*, p. 79.

²⁴⁶ Ver TURIN, Rodrigo. *Op. Cit.*, 2013, pp. 27-89.

²⁴⁷ RODRIGUES, Nina. *Op. Cit.*, 1896, p. 166.

²⁴⁸ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 61.

O texto está dividido em quatro capítulos publicados em dois tomos da *RB*. No primeiro, o autor denomina “zoologia fetichista dos áfrico-baianos”, alterando na versão francesa trocando zoologia por teologia. Neste capítulo o autor busca apresentar aos leitores os santos ou orixás do candomblé, relacionando o “ídolo-fetichê” de cada qual. O autor ressalta que os ídolos não são imagens dos deuses, mas objetos onde os deuses habitam por intermédio do “pai de terreiro”, apontando para alguma capacidade de abstração. Segundo ele, as manifestações de um “animismo inferior” não excluem a complexidade da mitologia, o fetichismo é um estágio próximo do politeísmo tornando perceptível neste caso a “transição intelectual da humanidade”.²⁴⁹

Já no segundo, “liturgia fetichista dos áfrico-baianos”, o autor localiza os ambientes de celebração dos candomblés na Bahia, os terreiros que estão espalhados por parte do estado. Numa descrição do culto, ele dizia: “tudo concorria ali para dar ao conjunto um cunho de poesia selvagem e misteriosa que devia falar profundamente ao espírito acanhado e inculto de uma raça supersticiosa em extremo”.²⁵⁰ É perceptível o uso de modelos culturais ocidentais para comparar os ritos dos candomblés, no entanto, mais relevante é perceber que, se por um lado a referência “poesia selvagem” pressupõe inferiorizar o ritual, por outro visa criar uma esfera de empatia com aquilo que é investigado. Vanda Fortuna aponta, numa análise d’*O animismo fetichista* em relação com *Os Africanos no Brasil*, que “a comparação do estudo do fenômeno religioso realizado nestas duas obras, separadas por uma década de contato com as religiões africanas, permitiu perceber como a convivência como ‘outro’ modificaria seu olhar”.²⁵¹ O que não significa dizer que Nina Rodrigues tenha abandonado sua perspectiva racista, mas que o método utilizado não era o da antropologia física. Neste estudo etnográfico, principalmente no segundo capítulo, o autor buscava descrever o cotidiano litúrgico dos candomblés, ressaltando dados que eram desconhecidos por muitos intelectuais.

O autor aponta que o ritual de entrada no candomblé, ou “desejar ter santo” nas suas palavras, seria menos rigoroso na Bahia que nas religiões fetichistas na África. Esta seria uma marca da perda da pureza do ritual que no Brasil seria praticado não só por “africanos”, como

²⁴⁹ RODRIGUES, Nina. *Ibid.*, 1896, p. 174.

²⁵⁰ *Idem, Ibid.*, p. 335.

²⁵¹ FORTUNA, Vanda. Nina Rodrigues e a “formalidade das práticas” católicas no estudo comparado das religiões (Bahia - Século XIX): uma discussão teórica. In. *Revista Diálogos*. Maringá, 2013, v. 17, n. 3, p. 1036.

também por “negros e crioulos”. É curiosa a distinção que o autor faz entre negros e africanos, sendo aqueles sujeitos já miscigenados tanto biologicamente quanto culturalmente. O autor encerra o capítulo afirmando que não são apenas “negros e ignorantes” os frequentadores dos “terreiros de candomblés”, mas, principalmente, pessoas doentes: “todos nós médicos sabemos a freqüência com que os doentes (...) vão se entregar aos cuidados dos feiticeiros”.²⁵² Mas assegura, antes, que “o negro baiano está ainda nesse estado de evolução mental em que não se admite que, fora das mortes violentas, haja moléstias e mortes naturais. A moléstia é sempre produto de encantamento, de feitiço”.²⁵³ Sutilmente o autor sugere que a “evolução mental” do negro se estende pela outra parcela dos “dois terços” mestiços da população baiana, supondo que a miscigenação levaria ao enegrecimento cultural e físico daquele estado.

No terceiro capítulo, “feitiço, vaticínio, estado de possessão, oráculos fetichistas”, o autor esmiúça os dados litúrgicos do candomblé pelas descrições do “estado de santo” (a diferença entre a possessão na África e na Bahia) e da ambientação dos terreiros para alcançar aquele estado. Segundo sua observação psicológica, o estado de santo seria uma experiência de sonambulismo hipnótico fruto de uma “nevrose” que atinge negros e é piorada pelos mestiços: “o fundo extremamente nevropático ou histérico do negro põe-se em relevo entre nós de um modo muito saliente”.²⁵⁴ Estes casos se desenvolveriam, segundo o autor, por conta da aflorada superstição dos negros, fenômeno comum às religiões fetichistas. Daí o autor salienta mais uma diferença entre negros, segundo ele: entre os negros africanos existiria uma deficiência intelectual em que manifestaria um tipo de histeria, os civilizados desenvolveriam outros tipos da patologia por conta da supersticiosidade. Rodrigues aponta que esta condição neurastênica ocorria por conta do “fraco desenvolvimento intelectual dos negros africanos”.²⁵⁵

Finalmente, o quarto capítulo, “cerimônias do culto fetichista: candomblés, sacrificios e ritos funerários”, o autor se preocupa com um desfecho que torne o culto mais compreensível ao leitor. Nina Rodrigues aponta que “entre os negros baianos, como entre os seus ascendentes de Guiné, o sacrifício chegou a esta fase do seu aperfeiçoamento ou evolução em que, instigado pelo

²⁵² RODRIGUES, Nina. *Op. Cit.*, 1896, t. VII, p. 50.

²⁵³ *Idem, Ibid.*, p. 47.

²⁵⁴ *Idem, Ibid.*, p. 168.

²⁵⁵ *Idem, Ibid.*, p. 172.

desejo de fazer economias, o crente substitui o todo pela parte”.²⁵⁶ Na evolução cultural, os negros concebem abstrações que são mediadas pelo concreto: os sacrifícios religiosos são realizados à abstração do que o sangue animal, como condutor vital, pode oferecer ao santo. Diz o autor que “certamente os negros não acreditam que os fetiches comam os alimentos materiais, mas que o recebem sob a forma da alma ou fantasma do alimento”.²⁵⁷

Num esforço de localizar nos negros e mestiços uma qualidade temporal de passado comum, Nina Rodrigues atribuía a eles um desenvolvimento humano diferente das “raças superiores”. A cultura em fase “animista” sugeria que esta população não possuía a capacidade intelectual para responder aos mesmos estímulos, no fundo era a aplicação de uma leitura que visava isolar estes grupos. Em Nina Rodrigues, a miscigenação e os mestiços estavam num horizonte de incertezas. Segundo Joelma Tito da Silva,

entre o medo e a possibilidade de um futuro degenerado, Nina Rodrigues denunciava a ameaça representada pelo futuro das raças mestiças, caso nenhuma intervenção fosse produzida no sentido de frear a união física e cultural entre brancos, negros e índios.²⁵⁸

A interpretação de Nina Rodrigues traz uma complexa avaliação sobre as historicidades que constituiriam o brasileiro, o futuro era imaginado pelo risco de uma nação precocemente degenerada pelos frutos da miscigenação. O diagnóstico decadentista do autor destoava da alegoria mestiça que havia desenvolvido um projeto para um horizonte branco/civilizado.

A alegoria mestiça tratava de um país já conhecido e acompanhado do modelo das gerações necessárias para se alcançar a “civilização”: dentro de um projeto de miscigenação progressiva e branqueadora os futuros brasileiros estariam mais próximos da sociedade planejada. De outro modo, os diagnósticos sobre os tempos mestiços buscavam analisar uma nacionalidade não totalmente conhecida, partia-se, sobretudo, de uma crítica ao Romantismo em seus estudos sobre a cultura indígena e ao silêncio sobre os negros. Silvio Romero dizia, nos idos da década de 1880, ser “uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas”, e ressaltava mais a frente: “nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas *cozinhas*, como a América em nossas

²⁵⁶ *Idem, Ibid.*, p. 344.

²⁵⁷ *Idem, Ibid.*, p. 345.

²⁵⁸ SILVA, Joelma Tito da. *Op. Cit.*, p. 257.

selvas, e a Europa em nossos *salões*".²⁵⁹ Os "salões" já eram bem conhecidos e constituíam o filão principal da identidade que se pretendia alcançar, mas a "cozinha" e a "selva" eram elementos misteriosos para a elaboração dos diagnósticos, sobretudo no que dizia respeito aos negros. E Romero apelava: "apressem-se os especialistas, visto que os pobres moçambiques, benguelas (...) vão morrendo. (...) Que manancial para o estudo do pensamento primitivo! Este anelo já foi feito quanto aos índios. É tempo de continuá-lo a repeti-lo quanto aos pretos".²⁶⁰

O estudo das historicidades brasileiras como tempos mestiços foram desenvolvidos para revelar diagnósticos de uma nação em construção, cada qual dos "metais heterogêneos" (para retomar uma ideia do mineralogista José Bonifácio) apontaria para uma qualidade – não necessariamente positiva, na observação daqueles intelectuais – do ser brasileiro no mundo. É oportuno salientar que alguns intelectuais elaboravam diagnósticos para, em seguida, desenvolver um projeto, e que estas noções não se pretendem fixas dada a natureza própria do intelectual como um leitor dinâmico do mundo. O próprio Silvio Romero, para tomarmos um breve exemplo, estabeleceu a necessidade de criar diagnósticos e o fez, assim como partilhou por algum momento do modelo das gerações necessárias para o branqueamento/civilização. Porém, se na década de 1880 e começo da seguinte ele defendia que "todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias",²⁶¹ no final dos anos de 1890 ele afirmava:

vai para muito perto de trinta anos que começamos a nos ocupar com as gentes brasileiras, sua literatura, sua etnografia, sua novelística popular, seu folclore, sua política, seus costumes, sua filosofia e descobrimos logo que não bastava dizer, com Martius, que era mister, na história do Brasil, estudar o elemento europeu, o elemento indígena e o elemento africano; vimos que era preciso não parar aí, era indispensável ir adiante e afirmar que o brasileiro é o resultado daqueles fatores, é o mestiço quer físico, quer moral. Mas nunca perguntamos se era isto uma vantagem ou uma desvantagem. Respondemos agora: é uma desvantagem.²⁶²

Os diagnósticos de brasilidade apontavam para tempos mestiços que precisavam ser branqueados num horizonte latente de possibilidades. Nina Rodrigues escreveu, certa vez, para uma revista francesa que era preciso saber se os mestiços eram "um produto normal, socialmente

²⁵⁹ ROMERO, Silvio. *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Laemmert, 1888, p. 10.

²⁶⁰ *Idem, Ibid.*, p. 11.

²⁶¹ ROMERO, Silvio. Introdução a história da literatura brasileira. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. VIII, 1881, p. 75. Este artigo foi publicado na segunda fase da *RB*.

²⁶² ROMERO, Silvio. *Op. Cit.*, 1897, p. 248.

viável, ou, se, ao contrário, constituem raças abastardadas, inferiores, uma descendência incapaz e degenerada”.²⁶³ A questão impressa na Europa dava conta de anseios intelectuais brasileiros, dúvidas acerca de uma sociedade miscigenada do país.

Pensadores, artistas e escritores do período ao se dedicarem sobre o mestiço e a miscigenação ratificaram sua posição ambígua na sociedade, ora vista como condição passageira para “civilização”, ora como dano sócio-biológica da sociedade. E se a alegoria mestiça pressupunha uma nacionalidade já conhecida ao elaborar o projeto de europeização da população, os diagnósticos das historicidades mestiças brasileira revelavam a necessidade de cautela para os desenvolvimentos de projetos. Na virada do século XIX para o XX as reflexões acerca da nação se juntavam às inquietações sobre a população abrangendo questões que tratavam dos horizontes de expectativas nacionais, isto é, buscava-se compreender de que maneira o Brasil alcançaria os graus de “civilização” europeus. Segundo Ivana Lima, “por isso a tão forte recorrência do conceito de mestiçagem, embora este nunca tenha adquirido um sentido muito fechado, ao contrário, sendo preenchido por conteúdos cambiantes”.²⁶⁴

3.2 Leituras e horizontes de brasilidade

“O problema, porém, é sempre o mesmo, cifra-se a um conjunto de processos de eliminação da raça mais atrasada em proveito da mais adiantada”.²⁶⁵ Numa resenha sobre *O missionário*, de Inglês de Sousa, o jurista Souza Bandeira protestava contra a colonização missionária do Brasil que assolava a população indígena. Ele dizia que “a civilização pelo seu contato absorvente e exclusivista foi pouco a pouco afastando os indígenas para os centros menos acessíveis, e grande parte foi desaparecendo na luta pela vida”.²⁶⁶ Este mal-estar com a “civilização” aparecia em algumas leituras cétricas, muitas vezes atreladas a uma lamentação da “eliminação da raça mais atrasada”. Entrementes, as interpretações ordinárias davam conta da composição de um ambiente favorável à europeização da sociedade, incorporando à nação os ares

²⁶³ RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime. In. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, 2008, p. 1152. O artigo foi traduzido pela antropóloga Mariza Corrêa, especialista nos estudos sobre Nina Rodrigues. O original foi publicado em 1899, na revista “Archives d’Anthropologie Criminelle”.

²⁶⁴ LIMA, Ivana S. *Op. Cit.*, 2003, p. 204.

²⁶⁵ BANDEIRA, J. C. de Souza. O padre católico e a catequese no Brasil. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XX, 1900, p. 111.

²⁶⁶ *Idem, Ibid.*, p. 112.

do progresso ocidental. Nestes casos, a “eliminação das raças atrasadas” era uma condição e o pensamento racista brasileiro buscou examinar formas de alcançá-la.

Conforme dito até aqui, os horizontes racialistas compreendiam a brasilidade de maneira diversa, em interpretações que variavam de um a outro intelectual, em um e outro momento. Todavia, existiam algumas tônicas que permaneciam na retórica interpretativa de muitas brasilidades, elas estavam relacionadas à constatação de que a sociedade brasileira era notavelmente mestiça. Pessimista e otimista são adjetivos que não conseguiam dar conta da complexidade das obras, era preciso ir além observando as nuances entre cada argumento e suas propostas, possivelmente aproximando as leituras com afinidades. Neste sentido, podemos notar que as obras de Nina Rodrigues e Silvio Romero não eram apenas pessimistas, antes, partiam de uma concepção de decadência da nação que deveria ser evitada. A alegoria mestiça também não era apenas otimista, mas mirava, num processo harmônico e “não-violento”: a miscigenação como um processo de eliminação das “raças atrasadas”. Mais uma vez, é importante salientar que estes autores podiam se afastar de uma ou outra interpretação sobre o mestiço e a mestiçagem em momentos diferentes.

Tornando à questão que Romero respondeu ser negativa – “uma desvantagem” – sobre o fato de ser o brasileiro um produto da miscigenação física e/ou moral, dizia ele em seguida:

a grande desvantagem provém da *fraqueza* do produto, da *inferioridade* do resultado. A mistura das raças, o fato de mais serias conseqüências para o futuro da humanidade. (...) A mescla, porém, de raças totalmente distanciadas de cor, de grau de cultura, de psicologia, é o grande disparate dos modernos tempos, que enfraqueceria irremediavelmente a humanidade se não ficasse sempre um reduto imesclado de gente superior.²⁶⁷

Tal era o novo diagnóstico de Romero que passava a condenar a miscigenação, trata-se de uma passagem da sua biografia intelectual que marca o fim de uma visão confiante sobre o futuro do Brasil. Nesta linha, segundo o autor: “o Brasil é a região do globo onde o cruzamento das três raças da humanidade se tem dado em maior escala. Negros, vermelhos e brancos se misturam e continuam a se mesclar sem a mínima cerimônia”.²⁶⁸

²⁶⁷ ROMERO, Silvio. *Op. Cit.*, 1897, pp. 248 e 249.

²⁶⁸ *Idem, Ibid.*, p. 249.

Se sua leitura buscava, antes, integrar o mestiço com vistas a condicionar a “civilização” nos trópicos, se partia de uma concepção que apontava para a contribuição do africano e do ameríndio na aclimação da “cultura superior europeia”, na segunda metade dos anos de 1890 Romero observava que as marcas da miscigenação eram prejudiciais à nação. Afirmava o autor:

os mestiços tomados em sua totalidade são fundamentalmente inferiores, como robustez, ao negro e ao branco, como inteligência e caráter, ao branco, sem a menor dúvida. (...) A maior ou menor vitalidade de nosso povo, como agente histórico, está na maior ou menor preponderância dos elementos brancos na vasta fusão de sua população. (...) Continuaremos a ser por muitas décadas, senão centenas de anos, um povo de ordem secundária, um produto híbrido da história.²⁶⁹

Neste momento a filosofia da história de Silvio Romero aponta para uma dimensão de decadência, aproximando-se das perspectivas arianistas defendidas por Gobineau. Num outro artigo o autor dizia “acreditamos que a raça ariana, que acreditamos originária da Europa, é a mais elevada e distinta da humanidade”.²⁷⁰

A decepção política de Romero contribuiu para sua guinada decadentista, o republicano convicto não gostava dos rumos da República que havia se instaurado no país. Na observação de Alberto Luiz Schneider, “a pretensão romeriana de explicar o Brasil exibiu uma consciência nacionalista perturbada, oscilando entre o otimismo e o pessimismo”.²⁷¹ José Veríssimo escrevia, numa resenha sobre o texto de Romero, que o crítico era um pessimista, “mas um pessimista com relances de entusiasmo lírico”.²⁷² E Araripe Junior, em ensaio sobre a figura polemista do pensador sergipano, apontava que “o pessimismo de alguns patricios nasce não de uma filosofia, vem desse desalento que gera a decadência, mas em regra de se terem encasquetado de que o pessimismo constitui um instrumento de progresso”.²⁷³ Apesar de desenvolver uma perspectiva crítica a este aspecto, é curiosa a observação de Araripe acerca da noção de pessimismo como um instrumento para alcançar o progresso e a “civilização”, talvez pensando o pessimismo como uma possibilidade de elaborar diagnósticos. Em Romero, o pessimismo e a perspectiva de decadência estavam relacionados aos apontamentos sobre a degradação humana causada pela miscigenação.

²⁶⁹ *Idem, Ibid.*, pp. 250 e 251.

²⁷⁰ ROMERO, Silvio. História do direito nacional. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XV, 1898, p. 102.

²⁷¹ SCHNEIDER, Alberto L. *Silvio Romero, hermenêutica do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 117.

²⁷² VERÍSSIMO, José. Martins Pena e o teatro brasileiro. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XV, 1898, p. 52.

²⁷³ ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. *Op. Cit.*, t. XX, 1900, p. 361.

Em Nina Rodrigues, o tema seria tratado com base em observações sobre as marcas físicas da degeneração.

Ele estava preocupado com o debate psicológico da época, percebia uma ausência sobre a influência que patologias psíquicas exerciam em pessoas agrupadas. Com a pretensão de investigar mais de perto o funcionamento das “anormalidades coletivas”, o médico acompanhou uma das campanhas militares em Canudos. Partindo do pressuposto de que a figura de Conselheiro é anacrônica por conta de sua loucura, Nina Rodrigues sugere que uma melhor observação de sua condição seria realizada com base numa comparação entre a psicose e o meio em que viveu o líder de Belo Monte. Nas palavras do autor: “é examinada por este prisma que a cristalização do delírio de Antonio Conselheiro no terceiro período de sua psicose progressiva reflete as condições sociológicas do meio em que se organizou”.²⁷⁴ Ele dizia ser necessário pesquisar a “fase sociológica” que a população nômade dos sertões vivia para compreender sua “crise moral e religiosa”.

O autor ficou curioso sobre os sucessos de Conselheiro com o povo do sertão e com os embates da Guerra, dizia que “alguma coisa mais do que a simples loucura de um homem era necessária para este resultado e essa alguma coisa é psicologia da época e do meio em que a loucura de Antonio Conselheiro achou combustível para atear o incêndio de uma verdadeira epidemia vesânica”.²⁷⁵ Rodrigues indica que esta loucura epidêmica se manifesta sob determinadas condições: primeiramente, um alienado cria um delírio e o impõe ao outro ou à multidão; depois, há uma influência pela convivência num meio delirante; por fim, a necessidade da “verossimilhança para a manutenção dos limites do possível”.²⁷⁶ Estas condições de epidemia são proporcionadas pelo “meio rudimentar” dos sertões e pelo “jagunço” que é um mestiço desta região.

O termo que circulava pelo interior da Bahia e de Pernambuco trazia a si aspectos bélicos: “jagunço, inicialmente arma e depois o homem que a usava”.²⁷⁷ Outros estudiosos davam conta de se tratarem de valentões a serviço de fazendeiros, antes do conflito de Canudos tornar a palavra conhecida nacionalmente. Nina Rodrigues trazia um novo sentido, na esteira do que se

²⁷⁴ RODRIGUES, Nina. A loucura epidêmica de Canudos. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XII, 1897, p. 130.

²⁷⁵ *Idem, Ibid.*, p. 136.

²⁷⁶ *Idem, Ibid.*, p. 137.

²⁷⁷ CALASANS, José. Os Jagunços de Canudos. In. *Caravalle. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, v. 15, n. 1, 1970, p. 33.

falava na imprensa à época do conflito: uma população sertaneja, em contraponto à litorânea. Mas o médico acrescentava que o jagunço era um miscigenado:

o jagunço é um produto tão mestiço no físico que reproduz os caracteres antropológicos combinados das raças de que provém, quanto híbrido nas suas manifestações sociais que representam a fusão quase inviável de civilizações muito desiguais. Pelo lado etnológico não é o jagunço todo e qualquer mestiço brasileiro. Representa-o em rigor o mestiço do sertão que soube acomodar as qualidades viris dos seus ascendentes selvagens, índios ou negros, às condições sociais da vida livre e da civilização rudimentar dos centros que habita. Muito diferente é o mestiço do litoral que a aguardente, o ambiente das cidades, a luta pela vida mais intelectual do que física, uma civilização superior às exigências da sua organização física e mental, enfraqueceram, abastardaram, acentuando a nota degenerativa que já resulta do simples cruzamento de raças antropológicamente muito diferentes, esses tipos imprestáveis e sem virilidade que vão desde os degenerados inferiores, verdadeiros produtos patológicos, até esses talentos tão fáceis, superficiais e palavrosos quanto abúlicos e improdutivos, nos quais os lampejos de uma inteligência vivaz e de curto vôo, correm parselhas com a falta de energia e até de perfeito equilíbrio moral.²⁷⁸

É interessante notar a oposição entre litoral e sertão desde antes da obra de Euclídes da Cunha, uma tópica da imprensa, principalmente a baiana, que partia das grandes cidades e notava com ares de superioridade as gentes do interior. No entanto, notemos que para Nina Rodrigues o jagunço traz, acima de tudo, a marca da miscigenação entre indígenas e negros que no interior resistem à “civilização” com um “gosto pela vida errante e nômade”, “pelas aventuras da guerra”, “para as depredações a mão armada”. O autor ainda ressaltava que no sertão imperava “uma organização feudal por parte da burguesia” e “a luta das represálias de tribos bárbaras e selvagens”. E reiterava:

todas as grandes instituições que na civilização deste fim de século garantem a liberdade individual e dão o cunho da igualdade dos cidadãos perante a lei, sejam políticos como o direito do voto, o governo municipal, etc., sejam judiciários como o funcionamento regular dos tribunais, tudo isso é mal compreendido, sofismado e anilado nessas longínquas paragens. O que predomina soberana é a vontade, são os sentimentos ou os interesses pessoais dos chefes, régulos ou mandões, diante dos quais as maiores garantias da liberdade individual, todas as formas regulares de processo, ou se transformam em recurso de perseguição contra o inocente, se desafetos, ou se anulam em benefício de criminosos quando amigos. E a mais das vezes a execução dessa vontade soberana é sumariíssima, e em nada diferem os processos escolhidos do que eram os adotados pelo selvagem que antes do europeu possuiu este país.²⁷⁹

²⁷⁸ RODRIGUES, Nina. *Op. Cit.*, 1897, p. 137.

²⁷⁹ *Idem, Ibid.*, p. 138.

O mestiço dos sertões se inspirava, pois, num atavismo que retomava os costumes selvagens, anteriores a algum “contrato social”. É notável que Nina Rodrigues dialogava neste ponto com os filósofos contratualistas que tratavam do “estado de natureza”, isto é, para o autor os jagunços retrocederiam²⁸⁰ ao estágio pré-civilizado. O que tornava perigosa não apenas esta população, mas, sobretudo, as marcas degenerativas da miscigenação.

Em outro artigo, publicado na revista cinco tomos depois, o autor se dedicava a outro estudo sobre os “crimes coletivos”, uma manifestação próxima à loucura epidêmica. Neste estudo de caso, Rodrigues analisava o atentado cometido pelo militar Marcelino Bispo ao presidente Prudente de Moraes, em 1897, quando este recepcionava a tropa vitoriosa de Canudos. Marcelino ser apenas o executor de um plano para eliminar o presidente, o mentor seria o Capitão Deocleciano Martyr, um florianista convicto. Rodrigues sugere a ideia de crime por associação a dois, sendo o capitão o detentor de uma “inteligência considerável” e Bispo possuía “toda violência agressiva de um impulsivo degenerado e hereditário”.²⁸¹ Curiosamente o autor trata um pretenso assassino de um presidente como “regicida”, ele explica que a criminalidade política brasileira reflete com base num atavismo as feições das lutas das crises sociais europeias.

Traços marcantes do caráter violento do regicida seriam os laços hereditários, segundo o autor Marcelino Bispo era regicida por conta de sua “natureza degenerada”. E acentua: “é ele mestiço em sangue muito próximo dos índios brasileiros (...). Já desta circunstância se pode induzir o grau da sua impulsividade hereditária”, e complementa, “se os pais do assassino eram honestos, pacíficos, laboriosos, ‘houve outros parentes do criminoso, cablocos perversos e assassinos e dentre estes um que há tempos assassinou o próprio irmão’”.²⁸² A hereditariedade é um elemento importante para se investigar a degenerescência, outro são os “estigmas físicos”: marcas que a antropologia física daria conta de investigar, principalmente nos estudos frenológicos. Em Marcelino Bispo, que o médico teve acesso apenas por fotografias e gravuras, uma das marcas era o “grande desenvolvimento e saliência da mandíbula, um dos estigmas mais importantes da degeneração criminoso ou mórbida”.²⁸³ O autor lista três características que apontam a tendência regicida em Bispo: “desequilíbrio ou desarmonia mental”, “instabilidade

²⁸⁰ Não pela ideia biologizante de filogenia, mas pela psicológica do atavismo, o que significa que o autor estava muito mais ligado a reflexões de uma etnografia que estava a abandonar a linguagem biológica pela psicossocial.

²⁸¹ RODRIGUES, Nina. O Regicida Marcelino Bispo. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XVII, 1899, p. 24.

²⁸² *Idem, Ibid.*, p. 27.

²⁸³ *Idem, Ibid.*.

doentia” e “misticismo exagerado”. Uma combinação de ingenuidade com resposta enérgica a uma tarefa, adoção de vida errante e vagante, além do exagero da exaltação política.

Neste estudo sobre Marcelino Bispo, o médico traz um debate que já realizara anteriormente sobre a responsabilidade penal de sujeitos degenerados. Diz o autor que “sem prejuízo do valor sempre incontestável do fator antropológico na determinação criminosa, assim se confirma aqui a justa sentença de Lacassagne: ‘a sociedade é o caldo de cultura dos seus micróbios criminosos’”.²⁸⁴ Neste sentido, o criminoso precisava ser descoberto antes de cometer o crime e a medicina legal, junto com a antropologia criminal e a psiquiatria, busca pesquisar formas de se alcançá-lo. Consoante aos desenvolvimentos destas disciplinas, encontrar o criminoso não era difícil, ele possuía marcas físicas, “estigmas”, que caracterizavam sua degeneração.

Em uma de suas aulas no Collège de France, sobre “os anormais”, Michel Foucault dizia que a psiquiatria funcionava no final do século XIX como “mecanismo e instância da defesa social”.²⁸⁵ Como instância de defesa social, a psiquiatria agia no período como “caça aos degenerados”. Segundo Foucault, “o degenerado é aquele que é portador de perigo. O degenerado é aquele que, o que quer que se faça, é inacessível à pena. O degenerado é aquele que, como quer que seja, será incurável”.²⁸⁶ Na obra de Nina Rodrigues o portador da degeneração tinha uma marca física ainda mais evidente que as protuberâncias faciais estudadas por Cesare Lombroso, em Nina Rodrigues as marcas degenerescência está na cor da pele de seu portador.

Se o degenerado era portador de alguma periculosidade social no final do século XIX, a constatação de que os mestiços eram sujeitos degenerados se tornava um elemento para a elaboração de políticas com vistas a contornar o quadro étnico da nação. Neste sentido, não buscamos tratar a leitura do racismo de Nina Rodrigues como tão-somente pessimista, pois era, antes, dotada de uma intenção de alerta para o futuro. Anos mais tarde, na introdução do livro que não chegou a publicar em vida, o médico salientava que as raças inferiores e, sobretudo sua miscigenação, se constituíam na “esfinge do nosso futuro”.²⁸⁷ Como nas histórias antigas as criaturas apresentavam enigmas para que os exploradores pudessem prosseguir, na avaliação de

²⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 42.

²⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 278.

²⁸⁶ *Idem*.

²⁸⁷ RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

Rodrigues a resolução do “problema da raça” era a condição para que a nação pudesse seguir sua marcha à “civilização”.

Entretanto, nem toda interpretação da brasilidade, nem todos os horizontes de possibilidades, tinham como suporte uma análise racialista da sociedade. No Brasil do final do século XIX, as leituras racialistas buscavam, por um lado, conhecer a sociedade, elaborar diagnósticos e refletir sobre curas; ou ainda, por outro, tomando a nação por conhecida, propor modelos para a correção étnica e social do país. Mas nem todos os intelectuais concordavam com os usos do conceito de “raça” para avaliar, no final do século, os elementos formadores da qualidade nacional do Brasil. Vozes dissonantes pontuavam, aqui e ali, suas discordâncias, insatisfações e antipatias aos racialismos nos horizontes de brasilidade.

Alberto Seabra era uma destas vozes: médico formado em Salvador, no ano de 1894, com uma “tese pioneira sobre a memória, *A memória e a personalidade*”²⁸⁸ que versava sobre questões psiquiátricas. Em 1897, numa revista que mantinha alguma proximidade com a *RB*, a *Revista do Brasil*, editada por Cunha Mendes na virada do século XIX para o XX, Seabra dizia que “o estudo da evolução da sociedades humanas tem provocado interpretações variadíssimas, que se disputam entre si a primazia”.²⁸⁹ O autor defende que o estudo da história humana deve partir de possibilidades diversas de interpretação, criticando o “exclusivismo” teórico ou filosófico como “defeito” de determinadas interpretações. Porém, ele salienta: “de todas, a que conduz a resultados mais deploráveis pela concepção pessimista do Cosmos, que ela implica, é aquela que considera a raça como fator exclusivo da história”.²⁹⁰ Desta forma, “raça” seria um conceito que, não só simplificaria a “complexidade real” dos “fenômenos sociais”, mas que os dados sustentados pelos racialismos eram infundados: “não foi ainda possível estabelecer uma relação constante entre as faculdades intelectuais e um sinal morfológico”.²⁹¹

Também a antropologia física era alvo de suas críticas, ele não acreditava que as medidas do corpo humano conseguiriam dar conta de sua personalidade psicológica. E sobre os estudos que partiam dos conhecimentos do determinismo o autor dizia não haver relação entre “peso do cérebro” ou “capacidade craniana”. Indaga-se: “como dar a raça uma importância tão exagerada,

²⁸⁸ ABDALLA, Ively G. *Ter equilíbrio para dar equilíbrio*. São Paulo: Arte&Ciência, 1998, p. 52.

²⁸⁹ SEABRA, Alberto. O valor das raças como fator sociológico. In. *Revista do Brasil*, São Paulo, n. IX, 1898, p. 242.

²⁹⁰ *Idem, Ibid.*

²⁹¹ *Idem, Ibid.*

se nem mesmo os antropólogos puderam ainda se entender sobre o que seja uma raça”?²⁹² E assevera: “supondo mesmo a existência real, objetiva de certas raças perfeitamente caracterizadas, elas não poderiam transmitir os seus caracteres e perpetuar o seu tipo com plena integralidade, pois que se cruzam”.²⁹³ Se para Nina Rodrigues a miscigenação é o caminho para degradação humana, o médico Alberto Seabra nega as pertinências deterministas do conceito de “raça” com base na mesma mistura.

O autor se vale das indicações do psicólogo Gustave Le Bon, um dos grandes teóricos da virada do século, para sustentar sua crítica aos usos antropológicos do conceito de “raça”. “Uma raça deve ser considerada como um ser permanente, liberto do tempo”, contra esta passagem que Seabra evoca de Le Bon, o médico afirma:

uma raça não é um conjunto de caracteres fixos, permanentes, imutáveis. O imobilismo não existe na natureza. De par com atributos morfológicos e mesmo psico-fisiológicos de uma fixidez toda relativa, as raças possuem ainda, plasticidades variáveis, virtualidades poderosas que só necessidades históricas de certa monta podem salientar e desenvolver.²⁹⁴

A “raça”, portanto, não possuía em Alberto Seabra a qualidade de um conceito que explicasse o mundo, ou ainda, uma aplicação científica que permitisse lidar com a realidade. Afastada de suas pretensões realistas e científicas, as teorias que encontravam, no texto de Seabra, a figura de Le Bon como porta-voz que fazia ecoar os usos da “raça” eram postas como metodologicamente duvidosas.

Um ano antes, Clóvis Bevilaqua tinha escrito para o quinto tomo da *RB* uma resenha sobre o livro *Lois psychologique de l'évolution des peuples*, de Le Bon, publicado em 1894. É muito provável que Seabra tivesse feito a leitura da resenha, já que Bevilaqua também escrevia artigos para a *Revista do Brasil* e o livro de Gustave Le Bon, um já importante psicólogo do período, tinha encontrado uma boa recepção e aberto uma série de debates no Brasil. O tom da resenha é também uma crítica às concepções do psicólogo francês, sobretudo no que diz respeito à rigidez do conceito de “raça”, mas, particularmente, a uma ideia de dominação das “raças superiores” sobre as “inferiores”.

²⁹² *Idem, ibidem*, p. 243.

²⁹³ *Idem, Ibid.*

²⁹⁴ *Idem, Ibid.*

Chamando atenção para a proposta de dominação racial que, segundo Le Bon, seria o objetivo da “civilização”, Bevilaqua aponta que o argumento e a conclusão do psicólogo são precipitados por suporem existir “civilizações diferentes, desligadas entre si”. Em seguida, ele ressalta:

é mais importante afirmar contra a doutrina de Le Bon, é que o conhecimento da história demonstra à sociedade, o elo de filiação que prende a civilização dos antigos à dos modernos, e que as grandes culturas nasceram do conúbio de povos diferentes, do influxo recebido de raças estranhas.²⁹⁵

A filiação entre antigos e modernos pode ser entendida a partir de laços geracionais numa concepção de história teleológica e progressista: “os povos de grandes energias recebem o legado de cultura deixado por seus antecessores”.²⁹⁶ No entanto, o “legado de cultura” também é criado pela união de “povos diferentes”, pelo “influxo de raças estranhas”. Trazendo à discussão a maneira como os árabes salvaguardaram a obra dos filósofos clássicos, Bevilaqua pontua que “é da combinação dos esforços e produções de origens diferentes que se argamassa a cultura humana”.²⁹⁷ Não é difícil perceber uma relação próxima entre o argumento do autor e sua condição de intelectual brasileiro, ou seja, uma defesa daquilo que fazia do Brasil uma possibilidade proeminente de “civilização”: os cruzamentos como matéria-prima da cultura nacional.

Ao contrário de Seabra, Bevilaqua utilizava o conceito de “raça” para refletir o social, não com base em dados biológico, mas como uma construção histórica. E nesta construção, as “raças” do final do século XIX, sobretudo nos países mais desenvolvidos, eram históricas por conta dos cruzamentos, da miscigenação. Este ponto é muito caro ao autor, que busca ressaltar em sua resenha três condições que Le Bon supõe para que exista uma miscigenação homogênea: a) as “raças” que se cruzam não devem estar em números diferentes, b) não se diferenciem muito em seus caracteres físicos e c) estejam em condições climáticas idênticas por algum tempo.²⁹⁸ Bevilaqua se coloca de acordo com a primeira e a última assertiva, discordando da segunda onde ele sugere que o psicólogo desconheça o caso brasileiro: “essa mestiçagem tem revelado

²⁹⁵ BEVILAQUA, Clóvis. Gustave Le Bon e a psicologia dos povos. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. V, 1896, p. 334.

²⁹⁶ *Idem, Ibid.*

²⁹⁷ *Idem, Ibid.*, p. 335.

²⁹⁸ *Idem, Ibid.*, p. 336.

incontáveis aptidões intelectuais, mesmo quando elementos da raça preta ou vermelha se fazem fortemente sentir na coloração cútis”²⁹⁹.

A conclusão do autor é de um completo descontentamento com o livro de Le Bon: “a falsidade da teoria leboniana irrompe por todos os poros e por todas as juntas”³⁰⁰. À maneira de alegar as potencialidades da miscigenação brasileira para a “civilização” futura, argumentando que o psicólogo francês pouca importância deu aos aspectos intelectuais da “raça” e da miscigenação, ele provoca: “que exultem os hotentotes e se lamentem os franceses”. A resenha aparece como reflexão divergente das interpretações cientificamente hegemônicas no final do século, um discurso que encontrava em alguns outros pensadores do período certa sintonia. Araripe Jr., contrapondo-se aos pessimismos políticos do período, dizia que Le Bon atribuía o atraso das repúblicas sul-americanas aos cruzamentos de “raças” desigualmente desenvolvidas, ideia partilhada pelas “teorias das raças” e pelo “darwinismo”. Ele destaca que nesta leitura, que encontrava repercussão no país, “o Brasil apareceu como uma nação perdida, não só por força das instituições *impossíveis* que adotou, mas também porque a raça compósita, que forma a sua população, é uma raça decadente, arruinada, incapaz de desenvolver-se e de criar”³⁰¹. Em seguida o autor postula:

acho-me inteiramente em discordância com este conceito, por mais apadrinhado que venha pelo darwinismo, que aliás não sufraga, e por sábios europeus, indiferentes às nossas desventuras. Ao contrário disto, penso que temos raça capaz de todos os progressos, e que, longe de desprezarmos as nossas qualidades diferenciais, devemos cultivá-las com amor, de sorte que, entrando no concerto das nações e tirando dele a força que nos falta, possamos dizer ao mundo qual o nosso papel e a feição que a natureza nos destinou.³⁰²

O professor de biologia do Colégio Pedro II, dr. Rodolfo Paula Lopes, entra na discussão não com Le Bon, mas com outro teórico que circulou bastante no período: Herbert Spencer e sua “sociedade como organismo”. O texto bem humorado é carregado de uma retórica satírica onde a insatisfação com as ideias organicistas levam o autor a empreender uma série de ataques, desacreditando os pressupostos de Spencer com base numa experimentação analítica de sua

²⁹⁹ *Idem, Ibid.*, p. 338.

³⁰⁰ *Idem, Ibid.*, p. 339.

³⁰¹ ARARIPE JUNIOR. Tristão de Alencar. *Op. Cit.*, 1900, p. 362.

³⁰² *Idem, Ibid.*, p. 363.

teoria. Destarte, sugere o autor: “quanto a ser uma um organismo, abstraído da dessa subordinação de Herbert Spencer, é solução aceita por todo o espírito verdadeiramente emancipado”.³⁰³ No entanto, “assinalar analogias entre a estrutura biológica e a organização social” deve se apoiar em leis científicas que confirmem demonstrabilidade da teoria.

Iniciando sua reflexão abordando o conceito de “estática social”, num balanço entre as propostas de Auguste Comte e a leitura que Spencer fez dele, o autor busca compreender um debate no interior da sociologia que havia ocorrido em meados do século – o livro de Spencer, *Social statics*, foi publicado em 1851 – e que nos idos de 1890 ainda se podia ouvir seus ecos. Grosso modo, Comte acreditava que a sociedade poderia ser estudada com base nas leis de “estática social”, estudo dos elementos estruturais da sociedade e sua ordem, e “dinâmica social”: os movimentos das sociedades com vistas ao progresso. Já Spencer propunha uma biologização do conceito comtiano, traçando analogias entre a anatomia e as estruturas sociais. Paula Lopes percebia nesta operação, que supõe uma observação materialista, uma tentativa de “explicar fatos mais nobres pelos de ordem mais grosseira”.³⁰⁴ E acrescentava: “essas pretensões que a própria evolução despertava, caem hoje por impertinentes, desde que o espírito científico alastrou-se pelos domínios superiores do mundo real”.³⁰⁵

Ele não só se opunha ao pensamento de Spencer, mas ao evolucionismo como um todo. Sobre o monismo ele dizia ser simplista, “a ciência não visa reduzir fenômenos”, trazendo a compreensão de dois aspectos que torna o conhecimento relativo: uma noção objetiva e outra subjetiva, “o espetáculo e o espectador”. Desta maneira, a relação entre homem e mundo, sujeito e objeto, faz-se com base em medidas científicas relativas às compreensões de quem empreende o estudo, ou seja, “as ciências sofrem assim a reação da nossa concepção moral, como supremo árbitro dos seus elevados destinos”.³⁰⁶ O autor sugere, então, que a moderna ciência se ampara num “subjetivismo relativo” contrário ao “objetivismo materialista” de Herbert Spencer.

Paula Lopes sustentava que os sociólogos materialistas, ao buscarem medir a “evolução social” a partir das características nacionais ou de “civilização”, reduziam a complexidade científica dos estudos sobre os homens. A sociologia, portanto, independia da biologia tanto

³⁰³ LOPES, Rodolfo Paula. A sociedade como organismo. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XII, 1897, p. 13.

³⁰⁴ *Idem, Ibid.*, p. 14.

³⁰⁵ *Idem, Ibid.*, p. 15.

³⁰⁶ *Idem, Ibid.*, p. 16.

quanto as questões de ordem humanas não devem ser comparadas à das plantas, seria no próprio homem que se encontraria a verdadeira ciência do homem. Ele argumentava:

a redução do homem social sobre o qual pesavam as camadas históricas, a um resultado direto de sua natureza fisiológica, seria tentativa idêntica, e muito mais inexeqüível ainda, a de aceitar a fase extrema do desenvolvimento individual, como sequência direta do estado inicial, abrindo mão das fases intermediárias. Entre o homem biológico e o homem social interpõe-se a humanidade.³⁰⁷

Entre as dimensões do corpo físico e do cultural existia um dado da maior complexidade. A compreensão da humanidade deve ser avaliada no tempo e não com o artifício da “estreita noção de raça”, posto que “as diferenças de climas e de raças se apagam sob as camadas seculares”. Com uma dose de sarcasmo, o autor sugere que o naturalismo seria a substituição metafísica da teologia e o evolucionismo seria o paralelo do criacionismo.³⁰⁸

As máximas de Spencer não estariam de acordo com a moderna concepção de ciência, porque contrárias ao “princípio relativo das condições de existência”. Tomando como exemplo a influência que o clima exerce sobre os sujeitos que com o passar do tempo deixam neles suas marcas, o autor afirma que a “variação orgânica” da humanidade está relativa ao local em que se encontra determinada sociedade e ao tempo que assinala sua passagem. Por isso ele discorda das analogias que atribuem “graus de escalas” às “semelhanças entre os organismos sociais e os zoológicos”; e com um tom satírico ele provoca:

certo é que o sociólogo inglês vê na humanidade uma multidão de núcleos, no tempo e no espaço, em série idêntica à biológica desde o protozoário Bosquímano, por exemplo, até o vertebrado inglês, ou antes, a Inglaterra com Câmara dos Comuns e caminhos de ferro e os fios telegráficos: cérebro, artérias, nervos!³⁰⁹

Os elementos retóricos do texto visam a apropriação verossímil dos pressupostos teóricos aos quais busca criticar, com a intenção de diluir por dentro o evolucionismo de Spencer. Em alguns momentos do texto o autor é mais ácido e seus ataques tomam um direcionamento mais evidente, atribuindo a Spencer uma “pretensa sociologia, montada em anedotas”; ou ainda,

³⁰⁷ *Idem, Ibid.*, p. 18.

³⁰⁸ *Idem, Ibid.*, p. 19.

³⁰⁹ *Idem, Ibid.*, p. 22.

afirmando que “Spencer estraga logo no limiar da ciência o que esta de mais claro tem fundado”.³¹⁰

Paula Lopes está preocupado com o simplismo teórico dos que se utilizam dos evolucionismos, ele lembra que o “organismo social” não pode ser simplesmente comparado com outras ordens da natureza, dada sua complexidade. Segundo o autor, “qualquer sociedade humana, insignificante que seja, revela-se superior a dos animais elevados da série”,³¹¹ quer dizer, a comparação spenceriana entre “raças inferiores” e “formas zoológicas menos complexas” seria um equívoco epistemológico. Sua conclusão responde o problema inicial – “será a sociedade um organismo?” – com uma observação sobre os limites do evolucionismo e sua pretensão de reduzir o mundo à leis únicas ou comparar elementos de dimensões heterogêneas, só seria possível falar de “organismo social” se a sociedade fosse a referência. Tais dúvidas são encaminhadas aos adeptos das teorias evolucionistas.

As resistências de Seabra ao racialismo, de Beviláquala às críticas lebonianas à miscigenação e de Paula Lopes ao simplismo das comparações spencerianas encontram numa frase de Araripe Jr. um ponto de ressonância: “todos os exageros científicos tem o seu limite no tempo e no espaço”.³¹² Quase todos estes intelectuais estavam preocupados com a repercussão de ideias que apontavam para a decadência do país, e Araripe mais uma vez ressaltava: “não necessitamos, portanto, para salvar o solo do Brasil, eliminar o povo, que o tem regado com lágrimas e suor, e chamar a conquista europeia ou americana, como único meio de fazê-la florescer e de libertar esta terra...”.³¹³

O pensamento racalista mobilizou uma constelação conceitual em tópicos que formavam uma complexa trama estruturada nos debates e argumentos para dar conta da qualidade de Brasil no final do século XIX. Análises e reflexões tecidas a fim de entender o que era e o que poderia ser a nação, expostas em horizontes de expectativas impressos na *RB*. A revista como matéria para desfiar o enredo do debate público, tornando os fios dos pensamentos mais aparentes, foi um interessante suporte para compreender a complexidade dos horizontes racialistas entrelaçados em movimentos de ideias que ora se distanciavam, ora se aproximavam.

³¹⁰ *Idem, Ibid.*, p. 279.

³¹¹ *Idem, Ibid.*, p. 281.

³¹² ARARIPE JR. Tristão de Alencar. *Op. Cit.*, 1900, p. 364.

³¹³ *Idem, Ibid.*, p. 365.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mestiçagem humana é um problema biológico dos mais apaixonantes intelectualmente e que tem o dom especial de suscitar sempre as discussões mais ardentes.³¹⁴

A tarefa de pensar o Brasil no final do século XIX estava imersa na preocupação de se alcançar uma explicação lógica sobre o povo, compreendido como mestiço. A miscigenação é, deste modo, parte de uma tônica permanente nas reflexões sobre a brasilidade: ser brasileiro é constituir-se mestiço – quando não no sangue, nas ideias, para remeter a Silvio Romero. Na década de 1890, esses intelectuais lançaram-se à leitura da miscigenação não apenas como elemento biológico, mas da ordem cultural e temporal. Os olhares sobre a miscigenação demandavam uma filosofia da história do Brasil fundamentada no pensamento racista brasileiro – uma indagação sobre as temporalidades da nação que levaria a elaborações de horizontes de expectativas diversos – que pudemos observar impressa nas páginas da *RB*.

O ambiente intelectual deste período, com preocupações em legitimar e estabelecer uma autoridade que fornecessem ao estudioso uma possibilidade de normatizar a sociedade, estava imerso numa circunstância em que a polêmica era um recurso da Retórica para operar as afirmações desses pensadores naquele ambiente. E como a *RB* era uma plataforma voltada aos “leitores ativos”, ou seja, cidadãos da “República das Letras”, os artigos que punham as ideias em movimento possuíam a ambição de demarcar territórios ao tentar vulgarizar a ciência ao mesmo tempo em que trazia este caráter de cientificidade. As transformações de ordem política e social ocorridas com posteriores à Abolição e com o advento da República levaram os pensadores a discutir grandes projetos para a nação e desenvolver diagnósticos cientificamente precisos, apontando para futuros ora mais entusiastas, ora mais decadentes. Nesse sentido, nos aproximamos da metáfora de “termômetro”, pensada por Mateus Pereira e Mauro Franco, para utilizar o periódico como plataforma para analisar as variações do conceito de raça no interior do debate público que chamamos de pensamento racista brasileiro.

³¹⁴ RODRIGUES, Nina. *Op. Cit.*, 2008, p. 1151.

Em nossa análise, pôde-se constatar que a novidade do conceito de “raça” utilizado pelos pensadores sociais, escritores e homens de ciências a partir da década de 1870 está no cientificismo dominante daquela produção. Esse cientificismo, por sua vez, está intrinsecamente relacionado, na maior parte dos casos, aos usos das variadas matrizes do evolucionismo. Neste sentido, se racialismo não quer dizer, necessariamente, evolucionismo, pelo menos na década de 1890 ambos se fundem num complexo emaranhado de explicações acerca da realidade brasileira. Dos artigos que analisamos, pudemos perceber que as leituras racialistas mais utilizadas no período eram fundamentadas teoricamente nos evolucionismos, fossem o cultural de Tylor, o social de Spencer ou o monista de Haeckel.

Conforme exposto, os avanços técnico-científicos provocaram nos intelectuais do final do século XIX uma vontade de buscar a realidade como inclinação do seu fazer enquanto agente do pensamento na esfera pública. Isto é, a ciência deveria compreender a natureza do universo como uma “fotografia das leis” que regem o mundo, nas palavras de Fausto Cardoso, e para isso a história e sociologia deveriam se basear nos desenvolvimentos da física, da biologia, da psicologia, entre outras ciências. Desta maneira, o pensamento racialista brasileiro estava amparado em tópicos que mobilizavam as narrativas históricas, antropológicas e sociológicas em torno de um cientificismo impulsionado pelas teorias evolucionistas. Tratava-se da elaboração de meios para se pesquisar os passados das “raças” que formavam o Brasil e o presente como coletivo singular daquelas temporalidades em contato e contraste; essas pesquisas deveriam ser capazes de traçar prognósticos cientificamente eficazes para tratar dos horizontes de expectativas sobre a nação.

Ao lançarem mão de conceitos evolucionistas para mensurar o estágio temporal das populações, os intelectuais pretendiam identificar não apenas os ritmos de evolução de cada “raça”, mas também os resultados dos contatos cruzados destes ritmos diversos. Tais fundamentações teóricas tinham a ver, principalmente, com a pretensão de analisar as temporalidades das “raças” que compunham o Brasil.

Supondo que a “divisão da espécie humana em raças” seria “senão uma classificação (...) conforme as disposições hereditárias” que sinalizavam “as diferenças de origem, estruturais e mentais”, Fausto Cardoso pretendeu desenvolver uma escrita da história naturalista que possibilitasse a compreensão não só das “diferenças de origem”, mas das heranças das estruturas

mentais. Em outras palavras, a divisão das “raças” e o estudo de seus passados apreenderiam os estratos temporais das “raças” que compunham a brasilidade.

Em Silvio Romero a narrativa historiográfica pressupõe o contato e o contraste numa dialética que aproximou o autor de uma leitura entusiasmada da brasilidade num determinado momento, mas que o afastou desta posteriormente. Dizia o autor “que num país onde a maioria da população é de gente de cor, de mestiços de todas as gradações, essas coisas não agradam, não podem agradar e nós (...) temos em larga escala, a pretensão e o gosto da *branquidade*”, nesse trecho ele afirmava não apenas a necessidade de estar sintonizado com os padrões europeus, mas que a história do Brasil resultava de um cruzamento entre contatos e contrastes.

A etnografia proposta por Nina Rodrigues, preocupada com o esboço sócio-cultural da população brasileira e os contornos étnicos da nação, buscava avaliar a gravidade do sujeito degenerado na construção nacional. O autor apontava as marcas visíveis dessa degeneração, sobretudo a cor da pele que era produto da miscigenação, e sustentava que os danos do cruzamento de “raças” em estágios evolutivos diversos condenavam o país a uma degradação precoce. Tratando da religiosidade brasileira, o autor afirmou que “no Brasil o mestiçamento não é só físico, é ainda afetivo ou dos sentimentos”. Mais do que reproduzir uma máxima romeriana, o autor apontava que a brasilidade era constituída de uma mistura biológica sutil das camadas mais profundas dos tempos de cada “raça”: a herança cultural.

Ao destacarmos Fausto Cardoso, Silvio Romero e Nina Rodrigues, das páginas da *RB*, procuramos evidenciar as leituras que pretendiam avaliar as temporalidades dos brasileiros analisadas com base nas interpretações evolucionistas da história; o primeiro estava preocupado com os sentidos da escrita da história, o segundo desenvolvia uma sociologia de análise da história do Brasil na literatura e na cultura, e o terceiro partia da antropologia para compreender as religiões na Bahia. O pensamento racista brasileiro mobilizou o conceito de “raça” de acordo com as heranças intelectuais naturalistas e realistas do final do século XVIII e início do XIX, mas aliados às ideias do determinismo de Claude Bernard que pretendia dar rigor às explicações dos fenômenos da natureza e da sociedade. Havia um impulso para ordenar o mundo em análises lógicas e racionais, seria preciso então trazer ao difícil tema da miscigenação um tratamento naturalista e cientificista.

É importante destacar uma vez mais que as leituras racialistas, apesar de hegemônicas, não eram unânimes. Como demonstrado no final do capítulo três, autores como Alberto Seabra, Clóvis Beviláqua, Rodolfo Paula Lopes e Araripe Junior, atentaram para o mau uso do conceito de “raça”, ao qual era atribuída uma importância exagerada, e ainda apontaram para os equívocos de condenar a nação ao atraso devido à sua população. Com isso, buscamos ressaltar que tanto os autores racialistas deslocavam suas perspectivas de análise, como o cenário intelectual era tão diverso que não poderíamos concluir que o período estava entregue aos racialismos.

O principal aspecto que buscamos evidenciar, no entanto, é a importância dada à miscigenação quando se pensava a nação, tema “dos mais apaixonantes intelectualmente” e que “suscita sempre as discussões mais ardentes”.³¹⁵ Remetendo à frase de Romero que diz ser “a filosofia da história dum povo qualquer o mais temeroso problema que possa ocupar a inteligência humana”,³¹⁶ percebemos que essa filosofia da história do Brasil se pautava na preocupação em compreender a miscigenação e o mestiço, partindo da relação entre contatos e contrastes de camadas temporais diversas.

Na história do Brasil o mestiço foi questão da maior importância em dois momentos: nas gerações modernistas de 1870 e 1930. O primeiro, analisado nesta dissertação, partia dos usos do conceito de “raça”, das linguagens racialistas, da elaboração de filosofias da história do Brasil; o segundo aproveitou os debates anteriores à luz das discussões culturalistas. Tema ambíguo, polissêmico, polifônico, de difícil semantização; é exercício constante nas reflexões sobre a brasilidade: olhar a miscigenação.

³¹⁵ RODRIGUES, Nina. *Ibidem*.

³¹⁶ ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980, p. 69.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADJUTO, Alonso. Herbert Spencer e a sua obra. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. V, 1896.
- ALMEIDA, Francisco de Paula Lacerda de. Teoristas e filósofos do direito (estudos sobre Clóvis Bevilacqua). . In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XIII, 1898.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. A geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e a nova escola penal no Brasil (1890-1930)*. São Paulo: FFLCH-Depto. de Sociologia, 1996. [TESE]
- ANDRADE, Débora El-Jaick. A imprensa como tribuna dos intelectuais no século XIX: *O Guanabara* em defesa da arte e dos artistas nacionais. In. ENGEL, Magali. *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- ARANHA, Graça. A literatura atual do Brasil. In *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro,t XIII, 1895.
- ARANTES, Daniel Essenine. T. *Os contos da terceira fase da Revista Brasileira (1895-1899)*.Campinas: Unicamp, 2014. [DISSERTAÇÃO]
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Silvio Romero – polemista. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XV, 1895.
- _____. Indicações sobre a história nacional. In. GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ARAÚJO, João Vieira de. Etnografia criminal. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. I, 1895.
- ARAÚJO, Ferreira de. Política. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. IX, 1897.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In. _____. *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites no século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BANDEIRA, J. C. de Souza. O padre católico e a catequese no Brasil. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XX, 1900.

BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade brasileira*. São Paulo: Edusp, 1986.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BERNARD, Claude. *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*. Retirado da internet do site: http://classiques.uqac.ca/classiques/bernard_claude/intro_etude_medecine_exp/intro_medecine_exper.pdf

BEVILAQUA, Clóvis. Gustave Le Bon e a psicologia dos povos. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. V, 1896.

BEZERRA NETO, José Maia. “José Veríssimo: pensador social e etnografia da Amazônia”. In. *Dados* [online]. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, 1999.

BLANCKAERT, Claude. Un fil d'Ariane dans les labyrinthe des origines... Langues, races et classification ethnologique au XIXème siècle. In. *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, n. 17, v. 2, 2007.

BROCOS, Modesto. *A redenção de Cam*. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1895.

CALASANS, José. Os Jagunços de Canudos. In. *Caravalle*. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien, v. 15, n. 1, 1970.

CAMARGO, Katia A. A revista como fonte de pesquisa. In *Educação: teoria e prática*. v. 13, n. 24, 2005.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In. _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

CARDOSO, Fausto. A ciência da história. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. I, 1895.

CARULA, Karoline. *A tribuna da ciência*. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, José Francisco Viveiros de. *A nova escola penal*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894.

CEIA, Carlos. “Sobre o conceito de alegoria”. In. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 19-26, 1998.

CUNHA, Euclídes da. Guerra no sertão. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XIX, 1899.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero & GLICK, Thomas (org.). *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

DIMAS, Antonio. A encruzilhada do fim do século. In. PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1994.

Editorial. “A questão do Rio Grande”. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. II, 1895

FAR, Alessandra El. *A encenação da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FORTUNA, Vanda. Nina Rodrigues e a “formalidade das práticas” católicas no estudo comparado das religiões (Bahia - Século XIX): uma discussão teórica. In. *Revista Diálogos*. Maringá, 2013.

FRANCO NETO, Mauro. *Ciência, evolução e experiência do tempo no fin-de-siècle: estudos e revisões sobre letrados brasileiros e argentinos*. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2015. [DISSERTAÇÃO]

FREIRE, Domingos. A pátria das plantas cultivadas. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. X, 1897.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero & GLICK, Thomas (org.). *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

GUIMARÃES, Antônio S. Alfredo. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade branca e a fraternidade, mestiça). In. *Contemporânea - Revista de sociologia da UFSCar*, n. 2, p. 17-36, jul./dez. 2011.

GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

_____. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: EdUnesp, 2006.

IHERING, Hermann von. Bibliografia. In. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, v. II, 1897.

KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In. _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In. _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006b.

_____. Estratos do tempo. In. _____. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2014.

LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

_____. Memória. In. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LIMA, Ivana S. *O Brasil mestiço*. Discurso e prática sobre relações raciais na passagem do século XIX para o século XX. Rio de Janeiro: Departamento de História/PUC, 1994 [Dissertação]

_____. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LOPES, Rodolfo Paula. A sociedade como organismo. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XII, 1897.

LOTIERZO, Tatiana; SCHWARCZ, Lilia. “Raça, gênero e projeto branqueador: ‘A redenção de Cam’, de Modesto Brocos”. In. *Artelogie*, Paris, v. 5, pp. 35-56, 2013.

_____. *Contornos do (in)visível: a redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos*. São Paulo: USP, 2013, p. 238. [DISSERTAÇÃO]

MACHADO DE ASSIS, J. M. *A Semana II*. Obras completas. São Paulo: Globo, 1997.

_____. *Correspondência de Machado de Assis: tomo II, 1870-1889*. Coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro : ABL, 2009.

MAGALHÃES de AZEREDO, Carlos. “Uma escrava”. In *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. I, 1895.

- MARCONDES, Danilo & JAPIASSÚ, Hilton. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*, v. IV. São Paulo: Ed. Cultrix, 1979.
- MARTINS, Ana Maria. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.
- MARTIUS, Carl F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. In. GUIMARÃES, Manoel L. L. Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERj, 2010.
- MATTOS, Hebe. “Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil”. In. SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila. *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- McCARTHY, Thomas. *Race, Empire, and the Idea of human development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MIDOSI, Nicolau. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Escriptorio da Revista Brasileira, 1879.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionários de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- OLIVEIRA, Álvaro Joaquim de. Introdução ao estudo das ciências. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XI, 1897.
- OLIVEIRA, Candido Baptista de, *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1857.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio dos S. Raça, pós-emancipações, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. In. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v. 4, pp. 171-194, 2008.
- PALLARES-BURKE, Maria Lucia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In. São Paulo, Cad. Pesq., n. 104, 1998.
- PEREIRA, Leonardo A. de M. “A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do Império”. In. SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila. *O Brasil imperial*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PEREIRA, Mateus H. de Faria & FRANCO NETO, Mauro. “Revista Brasileira (1857-1861); apropriações do outro como termômetro da ilustração”. In. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 19, n. 36, 2012.

PLUET-DEPATIN, Jacqueline. La Belle époque des revues. *Apud*. CAMARGO, Katia Aily F. A revista como fonte de pesquisa. In. *Educação: teoria e prática*. V. 13, N. 24, 2005.

POCCOCK, John. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

RODRIGUES, Antonio Edmilson. Cultura política na passagem brasileiro do século XIX ao século XX. In. LESSA, Mônica Leite & FONSECA, Silvia C. P. de Brito. *Entre a Monarquia e a República*. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

RODRIGUES, Raymundo Nina. A loucura epidêmica de Canudos. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XII, 1897a.

_____. Ilusões da catequese no Brasil. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. IX, 1897b.

_____. O problema médico-judiciário (sua solução no Brasil). In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XV, 1898.

_____. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.

_____. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. Mestiçagem, degenerescência e crime. In. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, 2008.

ROMERO, Silvio. Introdução a história da literatura brasileira. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. VIII, 1881.

_____. *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. Laemmert, 1888.

_____. História do direito nacional. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. I, 1895.

_____. Martins Penna. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. X, 1897.

_____. Classificação dos fenômenos em sociologia ou teoria das criações fundamentais da humanidade. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XIX, 1899.

_____. O haeckelismo em sociologia. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XVIII, 1899.

- SAID, Edward. Teoría ambulante. In. _____. *El mundo, el texto y el crítico*. Buenos Aires: Editora Debate, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia das letras, 1993.
- SCHNEIDER, Alberto L. *Sílvio Romero, hermeneuta do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.
- SEABRA, Alberto. O valor das raças como fator sociológico. In. *Revista do Brasil*, São Paulo, n. IX, 1898.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultura na Primeira República. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SILVA, Joelma Tito da. Uma esfinge do futuro: Tempo e raça em Nina Rodrigues. In. RAMOS, Francisco R. Lopes & SILVA FILHO, Antonio L. M. e Silva. *Cultura e memória*. Os usos do passado na escrita da História. Forataleza: Núcleo de Documentação Cultural - UFC, 2007.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In. RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SONTAG, Ricardo. Unidade legislativa penal brasileira e a Escola Positiva Italiana: sobre um debate em torno do Código Penal de 1890. In. *Revista Justiça e História*, Rio Grande do Sul, v. 11, 2014.
- TEIXEIRA, Múcio. A literatura brasileira. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. IV, 1895.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1991.
- TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo*. Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.
- VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In. _____. *et alli. O moderno em revista*. Representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. História cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- VERGARA, Moema de Rezende. *A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003. [TESE]

VERÍSSIMO, José. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1895a.

_____. Um historiador político – O Sr. Joaquim Nabuco. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XIV, 1895b.

_____. O positivismo no Brasil. ”. In. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. IV, 1895.

_____. Garrett e a literatura brasileira. In *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. XVII, 1899.

_____. *A educação nacional*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Topbooks; Puc-Minas, 2013.

WAINBERG, Jacques A. *Línguas ferinas: um estudo sobre a polêmica e os polemistas*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

WOLFF, Francis. O dilema dos intelectuais. In. NOVAIS, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

ANEXO - Índice de artigos da fase José Veríssimo da *Revista Brasileira*

Tomo I – (Janeiro a Março de 1895)

Autor	Título
Direção	A “Revista Brasileira”
Affonso Arinos	Pedro Barqueiro (Conto)
Medeiros e Albuquerque	Federação e República
Araripe Junior	Machado de Assis
Silvio Romero	História do direito nacional
M. Said Ali	Estudos de lingüística: I-Verbos sem sujeitos II- A colocação dos pronomes pessoais
Carlos Parlagreco	A Exposição de Belas Artes
Rodrigo Octavio	Sonhos funestos (drama em verso)
João Pandiá Calogeras	A fábrica de ferro de S. João de Ipanema
Arthur Azevedo	A dívida (conto)
Barão Homem de Mello	A orografia brasileira
Magalhães de Azeredo	Uma escrava (conto)
J. C. de Souza Bandeira	O estudo da legislação comparada
Dr. Marcio Nery	A simulação da loucura por alienados
Coelho Netto	A Tapéra (novela)
Alfredo Alexander	A ciência psíquica segundo a teoria de Myers
Araripe Junior	A estética de Poe
Fausto Cardoso	A ciência da História
Visconde de Taunay	Um literato argentino – D. Martin Garcia Mérou
J. P. Xavier de Veiga	A revolta de 1720 em Vila-Rica
Paulo Ferrand	Pontes portateis
João Vieira de Araújo	Etnografia criminal
Redação	Bibliografia
Redação	Notícias de ciência, letras e artes
Redação	Notas e observações

Tomo II – (Abril a Junho de 1895)

Autor	Título
Coelho Netto	A Tapéra (novela)
Medeiros e Albuquerque	O impossível
Silvio Romero	História do direito nacional
Visconde de Taunay	Um literato argentino – D. Martin Garcia Mérou
J. P. Xavier de Veiga	História mineira – A revolta de 1720 em Vila-Rica
Alfredo Alexander	A ciência psíquica segundo a teoria de Myers
B. F. Ramiz Galvão	Claudio Manoel da Costa
Fausto Cardoso	A ciência da História
João Pandiá Calogeras	A fábrica de ferro de S. João de Ipanema
Dr. Carlos Seidl	O quarto centenário da febre amarela
Araripe Junior	A estética de Poe
Redação	Poesias inéditas de Claudio Manoel da Costa
Orville A. Derby	Investigações geológicas do Brasil
Lucio Mendonça	Fio reatado
M. Said Ali	Estudos de lingüística. III- A acentuação segundo publicações recentes

D. Maria do Carmo Mello Rego	Rosa a “Boróro”
Clovis Bevilacqua	O suicídio na capital Federal
Vários autores*	A questão do Rio Grande
D. S. Ferreira Penna	D. Isabel Grameson
José Veríssimo	A pedagogia
Raul Pompeia	Paisagem
Feliciano Gonzaga	O teatro hindu
Barão Homem de Mello	A orografia brasileira
Redação	Bibliografia
R. Villa-Lobos	Notícias de ciência, letras e artes: <i>A heliogravura e a gravura</i>
Redação	Notas e observações – A “Revista Brasileira” e a Biblioteca Nacional

*Pedro Tavares Junior, Medeiros e Albuquerque, Silvio Romero, Thomaz Alves Junior, Ferreira de Araujo, Fernando Mendes, Severo Macedo, Francisco Portella, Frederico Borges e J. Izidoro Martins Junior.

Tomo III – (Julho a Setembro de 1895)

Autor	Título
General Mello Rego	Índios de Mato-Grosso – os Bororós
Feliciano Gonzaga	O teatro hindu
Carlos Parlagreco	A arte e a crítica
Redação	Poesias inéditas de Claudio Manoel da Costa
Fausto Cardoso	A ciência da História
Alberto de Oliveira	Trechos de um poema
Silvio Romero	História do direito nacional
Dr. Marcio Nery	A consciência
José Veríssimo	A Revolução Chilena e a questão da América Latina
Joaquim Nabuco	Um estadista do Império – J. Th. Nabuco de Araújo
Dr. Emilio A. Goeldi	As aves nadadoras do Brasil
J. Izidoro Martins Junior	A filogenia jurídica e suas leis
“Um Bibliophilo”	O “Livro Brasileiro”
Tarquínio de Souza	O estado de sítio
Capistrano de Abreu	Os Bacaerys
Alvaro J. de Oliveira	O argonio
Dr. H. von Ihering	As ilhas oceânicas do Brasil – a ilha da Trindade
Affons Arinos	Joaquim Mironga
Major Pedro Ivo	A instrução militar no Brasil
Raymundo Corrêa	Flor de Lotus
J. C. de Souza Bandeira	O monismo no direito
Dr. Emilio A. Goeldi	As avestruzes do Brasil
Marquez de S. Vicente	O Brasil e a agressão paraguaia em 1865

Tomo IV – (Outubro a Dezembro de 1895)

Autor	Título
Rodrigo Octavio	Bodas de sangue (novela)
A. Getulio das Neves	A indústria nacional
Domicio da Gama	Uma nota da América
Marquez de S. Vicente	O Brasil e a agressão paraguaia em 1865
Capistrano de Abreu	Os Bacaerys
D. Maria do Carmo de Mello Rego	Curupira (lenda cuiabana)

Feliciano Gonzaga	O teatro hindu
J. C. de Souza Bandeira	O monismo no direito
Domicio da Gama	A exposição de Belas-Artes
Dr. H. von Ihering	As ilhas oceânicas do Brasil II – a ilha de Fernando de Noronha
José Veríssimo	A questão do casamento
Fausto Cardoso	A ciência da História
Dr. Marcio Nery	Íncubos e súcubos
Raymundo Corrêa	Os ciganos (poesia)
Moreira de Azevedo	Felisberto Caldeira
Oliveira Lima	Beckford e a sociedade portuguesa no século XVIII
Joaquim Nabuco	Um estadista do Império – J. Th. Nabuco de Araújo
Silvio Romero	História do direito nacional
Visconde de Taunay	O padre José Maurício
José de Alencar	O crédito (comédia)
Oliveira Lima	As memórias de Barras
José Veríssimo	O positivismo no Brasil
Dr. Marcio Nery	Os íncubos em psiquiatria
Machado de Assis	Uma noite (Conto)
Mucio Teixeira	A literatura brasileira
Rodrigues Barbosa	A ópera “Moema”
Redação	Bibliografia
Redação	Livros e folhetos
Redação	Revistas e outros periódicos nacionais
R. Villa-Lobos	Notícias de ciência, letras e artes: Alexandre e Diógenes (Gravuras)
“Um bibliófilo”	Notas e observações: o livro nos Estados Unidos

Tomo V – (Janeiro a Março de 1896)

Autor	Título
José de Alencar	O crédito (comédia)
Oliveira Lima	O romance francês em 1895
Lourenço de Albuquerque	Tarifas protecionistas
Magalhães de Azeredo	A chama (poesia)
Dr. Fortunato Duarte	Estudos clássicos
Visconde de Taunay	O padre José Maurício
Rodrigo Octavio	Raul Pompeia
Mucio Teixeira	Rimance do triste pagem (poesia)
A. Getulio das Neves	A indústria nacional
Joaquim Nabuco	Um estadista do Império – J. Th. Nabuco de Araújo
Magalhães de Azeredo	O espírito americano
Arthur Orlando	O adultério e o projeto do Código Penal
Coelho Netto	Cancioneiro
Oliveira Lima	Antonio José o “Judeu”
Araripe Junior	A estética de Poe
Redação	Paulo Ferrand
J. P. da Graça Aranha	O “farol” maranhense
J. J. da Silva Ramos	João de Deus
Alonso Adjuto	Herbert Spencer e a sua obra
Clovis Bevilacqua	Gustave Le Bon e a psicologia dos povos
Alberto Lofgren	A flora da Lagoa Santa
Dr. J. M. Caminhoá	Indústrias extrativas
Dr. Ferreira de Araujo	A política

Redação	Bibliografia
Redação	Notícias de ciências e artes
Pacheco Junior	Notas e observações. Uma forma verbal arcaica
Redação	A quinzena

Tomo VI – (Abril a Junho de 1896)

Autor	Título
Affonso Celso	Giovannina (romance)
Dr. J. M. Caminhoá	Indústrias extrativas
Araripe Junior	A estética de Poe
Arthur Orlando	O adultério e o projeto do Código Penal
Dr. John C. Brander	A suposta glaciação do Brasil
Dr. Nina Rodrigues	O animismo fetichista dos negros baianos
M. Said Ali	Os exames de madureza na Alemanha
Alvaro de Oliveira	A fotografia através dos corpos opacos
Rodrigo Octavio	Homens e coisas do Paraguai, Solano Lopez e José Dias
Dr. Domingos Freire	Fatos da vida dos insetos
Graça Aranha	Uma história do direito nacional
Leite e Oiticica	O mal financeiro e seu remédio
Joaquim Nabuco	Um estadista do Império – J. Th. Nabuco de Araújo
Affonso de Miranda	O Poder Judiciário na Constituição Federal
Raymundo Corrêa	Três estâncias (poesia)
Vice-Almirante Arthur Jaceguay	A nossa marinha de guerra
Coelho Netto	Agareno (romance)
Magalhães de Azeredo	Ao mar (poesia)
Affonso Arinos	A cadeirinha
J. Rodrigues Barbosa	Concertos populares
Redação	Bibliografia
Redação	Livros e folhetos
Dr. Ferreira de Araujo	A política
Redação	A quinzena
Silva Ramos	Notas e observações: a ortografia da Revista

Tomo VII – (Julho a Setembro de 1896)

Autor	Título
Coelho Netto	Agareno (romance)
Escragnolle Doria	Cantoras d'outro tempo – Rosina Stoltz
Dr. Marcio Nery	A causa da profilaxia das febres palustres
Affonso Celso	Giovannina (romance)
Dr. Nina Rodrigues	O animismo fetichista dos negros baianos
Dr. J. M. Caminhoá	Indústrias extrativas
Oliveira Lima	Primeiras impressões dos Estados Unidos
Mario Alencar	Na igreja (poesia)
Dr. Domingos Freire	Fatos da vida dos insetos
Joaquim Nabuco	O ministério Paraná
Dr. Carlos Seidl	Saneamento do Rio de Janeiro
Lourenço de Albuquerque	O imposto em ouro
Arthur Orlando	O problema da morte
Escragnolle Doria	Edmundo de Goncourt

M. de Bethencourt	Um aspecto da questão feminista
J. C. de Souza Bandeira	A reforma do Processo Civil
Lucio de Mendonça	Do recurso extraordinário
Dr. Marcio Nery	A educação das crianças do ponto de vista médico
Alphonsus de Guimarães	Alma (poesia)
João Köpke	Ensino das línguas
Rodrigues Barboza	Música
José Veríssimo	Teatro
L. Cruls	Revista científica
R. Villa-Lobos	Notícias de ciências, letras e artes. <i>O Cristo da Cana</i>
Redação	Varias
Redação	Bibliografia
Redação	Livros e folhetos
Ferreira de Araujo	A política

Tomo VIII – (Outubro a Dezembro de 1896)

Autor	Título
Machado de Assis	Henriqueta Renan
Arthur Orlando	A pena entre os hebreus
Joaquim Nabuco	O ministério Paraná
Raymundo Corrêa	Plenilunio (poesia)
Silvio Romero	História do direito nacional
Oliveira Lima	Primeiras impressões dos Estados Unidos
Coelho Netto	Agareno (romance)
Visconde de Taunay	O padre José Maurício
Urbano Duarte	O riso
J.C. de Souza Bandeira	O advogado na literatura e na vida real
Barão de Loreto	O Visconde de Pedra-Branca
João Pandiá Calogeras	As estradas de ferro federais
Lucio Mendonça	Função do supremo tribunal
Garcia Redondo	A planta da ressurreição – com estampas
Magalhães de Azeredo	In Excelsis (poesia)
Escragnolle Doria	Cantores d'outro tempo – Henrique Tamberlick
Medeiros de Albuquerque	Sete anos de República no Brasil
Licínio Cardoso	O positivismo e o ensino oficial
Visconde de Maracajú	Episódios da Guerra do Paraguai – a ocupação de Tayi – a passagem de Humaitá
L. Cruls	O clima do Brasil
Machado de Assis	Não consultes médico
Visconde de Taunay	Um soneto celebre
Valentim Magalhães	Prefácio a um livro de versos
L. Cruls	Revista científica
Redação	Notícias de ciências, letras e artes
Redação	Bibliografia
Ferreira de Araujo	A política
Carlos Euler	Notas e observações: a planta da ressurreição

Tomo IX – (Janeiro a Março de 1897)

Autor	Título
Escragnolle Doria	Cantores d'outro tempo – J. Dejean e Rosina Laborde
Licínio Cardoso	O positivismo e o ensino oficial
J. Pandiá Calogeras	As estradas de ferro federais
Carlos Euler	O Pitecantropos
Visconde de Taunay	O padre José Maurício
Affonso Celso	Oito anos de parlamento
Coelho Netto	Agareno (romance)
Antonio Salles	O Ceará literário
Clovis Bevilacqua	Juristas e filósofos
Joaquim Nabuco	A liga
Dr. Domingos Freire	A pátria das plantas cultivadas
Magalhães de Azeredo	O natal de Frei Guido
Alves Faria	O suplício (poesia)
Arthur Mac Donnal	As mulheres intelectuais e o casamento
Oliveira Lima	Guilherme Moniz Barreto
Visconde de Taunay	Memórias do Segundo Reinado
Dr. Marcio Nery	A extenuação nervosa
Dr. Nina Rodrigues	Ilusões de catequese no Brasil
Antonio Salles	Os nossos acadêmicos
Capistrano de Abreu	Sobre uma história do Ceará
Silva Ramos	A poesia lírica brasileira
L. Cruls	Revista científica
Redação	Notícias de ciências, letras e artes
Redação	Bibliografia
Ferreira de Araujo	A política
Redação	Notas e observações

Tomo X – (Abril a Junho de 1897)

Autor	Título
Silvio Romero	Martins Penna
Dr. Domingos Freire	A pátria das plantas cultivadas
José Veríssimo	Um romance simbolista <i>Giovannina</i> pelo Sr. Affonso Celso
Oliveira Lima	A sociedade nos Estados Unidos
Antonio Salles	Os nossos acadêmicos
D. Flavia do Amaral	Nevoas do passado (conto)
Dr. Carlos Seidl	Os semeadores da peste
Magalhães de Azeredo	À Grécia (poesia)
Dr. Carlos Euler	As flores e seus hóspedes
Rodrigo Octavio	Dias da Rocha – saudades e evocações
Dr. Marcio Nery	Os raios X em medicina
Mario de Alencar	Marinha
Escragnolle Doria	Artistas d'outro tempo – Gottschalk, Carlota Patti, Ritter e Saraeste
Alphonsus de Guimarães	Árias e canções (poesias)
Oliveira Lima	O catolicismo nos Estados Unidos
José Veríssimo	Literatura apressada a propósito da <i>Flor de sangue</i> do Sr. Valentim Magalhães
Eduardo Ramos	Balada (poesia)
Visconde de Taunay	Um romance goense – Jacob e Dulce por Gip
Jayme Reis	A primeira fundação do Rio de Janeiro

Alphonsus de Guimarães	O manto (conto)
Inglês de Souza	Títulos ao portador, relance histórico
Antonio Salles	Em Copacabana (poesia)
Capitão Tasso Fragoso	O Estado-Maior do exército
Orville A. Derby	Uma questão cartográfica, o “mapa das Cortes” e suas cópias
L. Cruls	Revista Científica
Redação	Bibliografia
Eduardo Ramos	Notas e observações. <i>Errata necessária</i>

Tomo XI – (Julho a Setembro de 1897)

Autor	Título
Oliveira Lima	Tendências atuais da literatura francesa
Leite e Oiticica	Estudos econômicos – o café e o cambio
Dr. Marcio Nery	O bacilo da febre amarela
Raymundo Corrêa	Musa Aldeian (poesia)
Inglês de Souza	Títulos ao portador, relance histórico
Valdomiro Silveira	Violento (Conto)
Clovis Bevilacqua	Tobias Barreto como jurista
Magalhães de Azeredo	Versos
J. de Campos Novaes	Uma doença das jabuticabeiras
Redação	Academia Brasileira de Letras – Sessão inaugural
Antonio Salles	A questão cubana
Alphonsus de Guimarães	Árias e canções (poesia)
Arthur Azevedo	A escola dos maridos (comédia de Molière)
Escragnolle Doria	Cantores d’outro tempo – Julião Gayarre
Alvaro Joaquim de Oliveira	Introdução ao estudo das ciências
Silvio Romero	História do direito nacional
Dr. Marcio Nery	Obsessões
Magalhães de Azeredo	Aspectos da Itália
Dr. Bulhões de Carvalho	Estudos demográficos – a população do Distrito Federal
Araripe Junior	A estética de Poe
Carlos Euler	Ao Pólo Norte em balão
Moniz Barreto	A filosofia positiva e o ensino militar
João Ribeiro	A exposição de Belas-Artes
Mario de Alencar	Revista das revistas
L. Cruls	Revista científica
Redação	Notícias de ciências, letras e artes
J. Rodrigues Barbosa	Música
Redação	Bibliografia
Redação	Notas e observações

Tomo XII – (Outubro a Dezembro de 1897)

Autor	Título
Affonso Arinos	Assombramento
Dr. Paula Lopes	A sociedade como organismo
Arthur de Azevedo	A escola dos maridos (comédia de Molière)
Silvio Romero	História do direito nacional
G. Moniz Barreto	O Sr. Eça de Queiróz
Vice-Almirante Jaceguay	Arthur A primeira missão brasileira à China

Magalhães de Azeredo	Aspectos da Itália
Araripe Junior	A estética de Poe
Dr. Nina Rodrigues	A loucura epidêmica de Canudos
Dr. Carlos Seidl	A lepra no Brasil
Alphonsus de Guimarães	Ossa Mea (poesia)
Escragnolle Doria	Artistas d'outro tempo – Domingos Santinelli
Emilio Goeldi	As cegonhas do Brasil
Virgílio Varzea	Em viagem
Oliveira Lima	Primeiras impressões dos Estados Unidos – Newport, Boston
Dr. Bulhões de Carvalho	Estudos demográficos – nupcialidade do Distrito Federal
Affonso Celso	Versos – Amigos, Livros, Alma Varia e A confiança
Domicio da Gama	Moloch
Redação	Revista das revistas
L. Cruls	Revista científica
Redação	Bibliografia
Redação	Notas e observações
Redação	Notícias de ciências, letras e artes
Redação	Livros e folhetos

Tomo XIII – (Janeiro a Março de 1898)

Autor	Título
Salvador de Mendonça	A harmonia em pintura
Virgílio Varzea	Em Viagem
Affonso Celso	O gorro de papai
Capitão Tasso Fragoso	Como se faz um oficial alemão
Dr. Marcio Nery	Villegiatura
Domicio da Gama	Os olhos
Rodrigo Octavio	Traços da história constitucional
João Ribeiro	Impressões da Alemanha – democracia e socialismo
Alphonsus de Guimarães	Elias
Joaquim Nabuco	Guilherme Puelma-Tupper
M. Said Ali	Questões ortográficas
Antonio Salles	Tropical – versos (tradução)
Graça Aranha	A literatura atual do Brasil
Oliveira Lima	O catolicismo nos Estados Unidos – o cardeal Gibbons
Flavia do Amaral	Imolação
Visconde de Taunay	Augusto Leverger
Lacerda de Almeida	Teoristas e filósofos do direito
Escragnolle Doria	Artista d'outro tempo – Segismundo Thalberg
Affonso Celso	Versos: A indiferença, A vontade, A gratidão e Nada
Redação	Revista das revistas
L. Cruls	Revista científica
Redação	Bibliografia
José Veríssimo	Notas e observações: a <i>Revista Brasileira</i> e a <i>Révue de Deux Mondes</i>
Redação	Notícias de ciências, letras e artes
Redação	Livros e folhetos

Tomo XIV – (Abril a Junho de 1898)

Autor	Título
Virgílio Varzea	A noiva do paladino
J. Rodrigues Barbosa	Música sacra
Affonso Celso	Versos: Uma rosa, Dor de amar, O sono, A alegria e Fantasmas
Medeiros e Albuquerque	Uma língua internacional: o esperanto
Ed. Trindade	A figueira
Oliveira Lima	Do Prata ao Niágara
Redação	O centenário da Índia
Zepherino Candido	A lenda de Machico
José Veríssimo	Um historiador político: Joaquim Nabuco
Alberto de Oliveira	Alvorada (versos)
João Ribeiro	Impressões da Alemanha – democracia e socialismo
Affonso Celso	A imitação de Cristo
Visconde de Taunay	Augusto Leverger
Magalhães de Azeredo	Portugal (versos)
Lucio de Mendonça	Extinção do cargo de Vice-Presidente
Machado de Assis	O velho senado
Alphonsus de Guimarães	Nova primavera
Oliveira Lima	O destino dos Estados Unidos
Alberto Salles	Poetas cubanos
Dr. Nina Rodrigues	O problema médico-judiciário: sua solução no Brasil
João Ribeiro	Revista das revistas
L. Cruls	Revista científica
Redação	Notícias de ciências, letras e artes
Redação	Bibliografia
Redação	Livros e folhetos

Tomo XV – (Julho a Setembro de 1898)

Autor	Título
Lucio de Mendonça	Guilmar
Clovis Bevilacqua	A interpretação sociológica do Governo Federativo segundo Raul de la Grasserie
Visconde de Taunay	Augusto Leverger
José Veríssimo	Martins Penna e o teatro brasileiro
Escragnolle Doria	Artista d'outro tempo – Emilio Wroblewski
Tasso Fragoso	Que é a arte?
Silvio Romero	História do direito nacional
Virgílio Varzea e Oscar Rosas	George Marcial (romance)
Ângelo Amaral	O acordo financeiro
Joaquim Nabuco	A minha formação
Araripe Junior	Sylvio Romero, polemista
Magalhães de Azeredo	Procelárias (versos)
João Ribeiro	Exposição de arte retrospectiva
Affonso Celso	A primeira comunhão
A. de Paula Freitas	A Igreja da Candelária
Dr. Marcio Nery	As moléstias do Vale do Amazonas
Alphonsus de Guimarães	Setenário das dores de Nossa Senhora (versos)
Dr. L. Cruls	Revista científica
Redação	Notícias de ciência, letras e artes

Redação	Notas e observações
Redação	Bibliografia
Redação	Livros e folhetos

Tomo XVI – (Outubro a Dezembro de 1898)

Autor	Título
Arthur de Azevedo	Confidências (diálogo cômico em verso)
J. Lucio de Azevedo	Últimos anos da vida de Antonio Vieira
Virgílio Várzea e Oscar Rosas	George Marcial (romance)
Antonio Salles	Luiz Guimarães
Carlos Euler	Palestras ornitológicas
Joaquim Nabuco	A minha formação
Araripe Junior	Silvio Romero, polemista
J. P. Calogeras	A propósito do Museu Paraense
Oliveira Lima	Os Estados Unidos como potência colonial
R. Villa Lobos	Notas bibliográficas: o formato dos livros
Theodoro Rodrigues	Extrema crença (versos)
Alberto de Oliveira	Uma escola primária
Redação	Academia Brasileira: recepção do Sr. João Ribeiro
Eduardo Ramos	Os mitos voltam (versos)
Oliveira Lima	Curiosidades bibliográficas
J. J. Oliveira Fonseca	Pégáda
Redação	Bibliografia
Redação	Livros e folhetos

Tomo XVII – (Janeiro a Março de 1899)

Autor	Título
Alphonsus de Guimarães	Cytharpa
Joaquim Nabuco	A minha formação
Dr. Nina Rodrigues	O regicida Marcelino Bispo
Araripe Junior	Silvio Romero, polemista
Virgílio Varzea	George Marcial (romance)
Dr. Fortunato Duarte	Desaparecimento dos casos em português
Magalhães de Azeredo	Trovas (versos)
Heinrich von Eincken	A doutrina da redenção
Redação	Visconde de Taunay
Rodolfo Teófilo	O adjunto (conto)
José Veríssimo	Garrett e a literatura brasileira
Alphonsus de Guimarães	Nova primavera (versos traduzidos de Heinrich Heine)
J. de Campos Novaes	Uma doença das jabuticabeiras
Inglês de Souza	Convêm fazer um Código Civil?
Oliveira Paiva	D. Guidinha do poço (romance)
Hermann Meyer	Nos arredores da Fonte do Xingú: paisagens e povos do Brasil central
Medeiros e Albuquerque	As calças do Raposo (conto)
Barão de Loreto	Versos: A mãe, A estátua de Moisés, Aparição de Beatriz, A gôndola e Triboulet
Henrique Morizé	A sensação do calor e a temperatura
Alfredo de Carvalho	A imprensa pernambucana: período da Independência, 1821-1825
Redação	Notícias de ciências, letras e artes

Redação	Bibliografia
Redação	Livros e folhetos

Tomo XVIII – (Abril a Junho de 1899)

Autor	Título
Oliveira Paiva	D. Guidinha do poço (romance)
J. Lucio de Azevedo	Onde e como se perdeu Orellana
Luiz Guimarães Filho	Versos
Dr. Friedrich Katzer	A medição geográfica do Pará
Virgílio Varzea	George Marcial (romance)
Alfredo de Carvalho	A imprensa pernambucana: período da Independência, 1821-1825
João Ribeiro	As boas palavras (versos)
Oliveira Lima	Escritores americanos: Mark Twain e John Fiske
Silvio Romero	O haeckelismo em sociologia
Antonio Salles	Holocausto (versos)
Lima e Silva	O medo (conto)
Lacerda de Almeida	D. Carlos, infante de Espanha: episódio do reinado de Filipe II
Cunha e Costa	O tricentenário de Velásquez
Carlos Euler	Palestras ornitológicas
Alphonsus de Guimarães	Cantigas e voltas (versos)
Dr. Marcio Nery	Delírio crônico sistematizado
Theodoro Magalhães	Araripe Junior
R. Villa Lobos	Notas e observações: sistemas de classificação
Redação	Bibliografia

Tomo XIX – (Julho a Setembro de 1899)

Autor	Título
Oliveira Paiva	D. Guidinha do poço (romance)
Alphonsus de Guimarães	Pergunta imprevista
Arthur Azevedo	Sganarello (versos traduzidos de Molière)
Oliveira Lima	As memórias do Príncipe Bismarck
Magalhães de Azeredo	Em Vallombrosa
Magalhães de Azeredo	O samba
Silvio Romero	Classificações dos fenômenos em sociologia
Mario de Alencar	À Inglaterra (versos)
Rodrigo Octavio	Felisberto Caldeira
Theodoro de Magalhães	Anastácio do Bomsucesso
Euclídes da Cunha	A guerra no Sertão
Torres Homem	Cartas ao Marquês de Monte Alegre
Augusto O. Viveiros de Castro	A secularização dos cemitérios e o monopólio do serviço funerário
Affonso Celso	Imprecações (versos)
Garcia Redondo	Uma escritora portuguesa: D. Claudia de Campos
John C. Branner	Notas e observações: o mapa topográfico do estado de São Paulo
Redação	Bibliografia
Redação	Livros e folhetos

Tomo XX – (Outubro a Novembro de 1899)

Autor	Título
Oliveira Lima	D. João VI no Brasil
Oliveira Paiva	D. Guidinha do poço (romance)
J. C. de Souza Bandeira	O padre católico e a catequese
Virgílio Varzea	George Marcial (romance)
Otto de A. Silva	Reflexões sobre a física matemática
Lucio de Mendonça	Branca
Raymundo Corrêa	Lembranças de Petrópolis
Aníbal Teófilo	A andorinha morta
Mario de Alencar	Hera e Zeus
Harold Bolce	Os Bôeres beligerantes
José de Alencar	A roceira
Tristão da Cunha	Antonio Nobre
Affonso Celso	Itamar
Alberto Löfgren	Os sambaquis do Brasil Meridional
Torres Homem	Cartas ao Marquês de Monte Alegre
José Veríssimo	Um romance mexicano
Araripe Junior	Silvio Romero, polemista